florestas® sustentáveis

PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

"Herdade da Baliza"

Julho 2019

EMPRESA RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DA "HERDADE DA BALIZA",
COSABE COMPANHIA SILVO AGRÍCOLA DA BEIRA SA,

REPRESENTADA NESTE ATO POR:

_____

(PAULO AMÉRICO HENRIQUES DE OLIVEIRA)

_____

(PEDRO MÁRIO DOS SANTOS DIAS LOPES)

TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA REDAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

_____

LUIS MATOS BOTICA

(Licenciado em Engenharia dos Recursos Florestais)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

ÍNDICE

INTRODUÇÃO **3**

A. DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO **5**

I. CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GERAL DA EXPLORAÇÃO **5**

1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO 5
   - *1.1 Caracterização do Proprietário e do Responsável pela Gestão* *5*
   - *1.2 Identificação do Redator do PGF* *5*
   - *1.3 Caracterização Geográfica da Exploração Florestal e Acessibilidade* *5*
2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA PROPRIEDADE 6
   - *2.1 Relevo e Altimetria* *6*
   - *2.2 Hidrografia* *8*
   - *2.3 Clima* *9*
   - *2.4 Solos* *10*
3. CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA DA PROPRIEDADE 12
   - *3.1 Habitats* *12*
   - *3.2 Fauna* *13*
     - Mamíferos 13
     - Aves 13
     - Repteis e anfíbios 13
     - Peixes 13
   - *3.3 Flora* *13*
4. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NATURAIS 14
   - *4.1 Agentes Bióticos* *15*
   - *4.2 Agentes Abióticos* *15*
     - Análise da Perigosidade de Incêndio 15
     - Histórico da ocorrência de incêndios e de outros riscos naturais 16
5. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS 17
   - *5.1 PROF* *17*
   - *5.2 PDM* *27*
     - A Reserva Agrícola Nacional (RAN) 31
     - A Reserva Ecológica Nacional (REN) 31
     - Povoamentos de Sobro e ou Azinho 32
     - Ponto Arqueológico 32
     - Marcos geodésicos - 32
   - *5.3 DFCI* *32*
     - Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível 33
     - Rede Viária florestal 35
     - Rede de Pontos de Água 36
   - *5.4 Outros Ónus Relevantes para a Gestão* *36*
     - Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) 36
     - Áreas Classificadas 36
     - Regime Cinegético 42
     - Certificação florestal 43
     - Outros ónus 43
6. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS 43
   - *6.1 Caracterização dos Sistemas de Ocupação do Solo* *43*
   - *6.2 Caracterização Silvopastoril* *45*

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

6.3 Caracterização das Infraestruturas ... 45
Áreas sociais ... 45
Na área de estudo existem 19 edificações que se dividem entre: apoios agrícolas, habitações abandonadas e ruínas. ... 45
Infraestruturas Florestais ... 45
7. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA PROPRIEDADE ... 48
7.1 Produção ... 48
7.2 Conservação dos Habitats de espécies da fauna e da flora e de Geomonumentos ... 48
7.1 Proteção ... 48
7.1 Função de Silvopastorícia, Caça e Pesca em águas interiores ... 48
B. MODELO DE EXPLORAÇÃO ... 49
I. PLANO DE EXPLORAÇÃO E DE INTERVENÇÃO ... 49
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA GESTÃO ... 49
2. COMPARTIMENTAÇÃO PARA EFEITOS DE GESTÃO ... 49
2.1 Objetivos de Gestão ... 49
2.2 Definição e Delimitação de Parcelas ... 51
2.3 Descrição e Caracterização das Parcelas ... 54
2.4 Descrição Quantitativa dos Recursos Florestais nas Parcelas ... 55
3. PLANEAMENTO DAS INTERVENÇÕES ... 57
3.1 Plano de Intervenções ... 58
4. AÇÕES POR PROGRAMAS OPERACIONAIS ... 66
4.1 Programa de Operações Silvícolas Mínimas ... 68
4.2 Programa de Gestão de Produção ... 69
4.3 Programa de Gestão de Produção - Suberícola ... 70
4.4 Programa de Gestão de Agentes Bióticos e Abióticos ... 70
4.5 Programa de Gestão das Infra-Estruturas e DFCI ... 71
Cercas ... 71
Rede divisional ... 71
Faixas de gestão de combustível ... 71
Infraestruturas de apoio ao sistema de rega ... 72
4.6 Programa de aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados (silvopastorícia, caça e pesca) ... 82
Silvopastoricia ... 82
Caça ... 83
Pesca ... 83
4.7 Programa da Biodiversidade ... 83
5. ADEQUAÇÃO AO PROF ... 85
II. CONCLUSÃO ... 87
C. ANEXOS ... 89
I. CARTOGRAFIA ... 89
II. DOCUMENTOS ... 90

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

INTRODUÇÃO

A necessidade de uma gestão florestal sustentável e multidisciplinar, ativa e permanente, encontra-se refletida nos princípios orientadores da Lei de Bases da Política Florestal, regulamentada pela Lei n.º 33/96 de 17 de agosto. Estes princípios orientadores, nomeadamente os que se referem ao aumento da produção e à conservação da floresta e dos recursos naturais que lhe estão associados, bem como os relativos à necessidade do uso e gestão da floresta de acordo com políticas e prioridades de desenvolvimento nacionais, articuladas com políticas sectoriais e de ordenamento do território, implicam como medidas de política florestal, respetivamente, a adoção e aplicação de Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e de Planos de Gestão Florestal (PGF).

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, na a sua redação atual, permitem a aplicação regional, não só das diretrizes estratégicas nacionais como da monitorização da gestão florestal sustentável, uma vez que definem normas de silvicultura pelas quais a gestão das explorações florestais se deve efetuar.

Os programas regionais de ordenamento florestal (PROF) são instrumentos de política setorial de âmbito nacional, regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, na a sua redação atual, definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços. O PROF prossegue uma abordagem multifuncional, integrando as seguintes funções gerais dos espaços florestais: - Produção;- Proteção;- Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; - Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores;- Recreio e valorização da paisagem.

Através do Despacho n.º 782/2014 do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, de 17 de janeiro, foi redefinido o âmbito geográfico dos PROF que, de 21, passaram a 7, procurando -se deste modo reduzi r os custos e diminuir a complexidade administrativa, não só para a entidade responsável pela sua elaboração e aplicação, mas também para todos os agentes envolvidos.

O PROF do Centro Interior (PROF CI - 2ª geração), no qual se enquadra a área de estudo, encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro.

Os Planos de Gestão Florestal, regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2010 de 22 de outubro, Decreto-Lei nº 27/2014, de 18 de fevereiro e Decreto-Lei nº 65/2017 de 12 de junho, surgem ao nível da exploração florestal e não são mais do que um instrumento de ordenamento florestal que regula no tempo e no espaço as intervenções de natureza cultural e/ou de exploração, e visam a produção sustentada de bens ou serviços, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica. O mesmo regulamento define que os proprietários de explorações florestais e agro-florestais devem voluntariamente submeter aquelas áreas a um PGF, o qual deverá estar em consonância com as linhas orientadoras estabelecidas no PROF da região onde se inserem, no caso concreto, PROF do Centro Interior.

Considerando o enquadramento político e legislativo, associado à catástrofe causada pelos incêndios florestais, torna-se ainda mais evidente a necessidade e a importância da existência do presente instrumento de ordenamento, pois a problemática dos fogos florestais só é possível de ser solucionada com a gestão dos espaços florestais e com a aplicação prática no terreno do conceito de gestão florestal sustentável. Assim, torna-se cada vez mais necessário uma gestão ativa e profissional das explorações florestais com vista ao incremento da sua rendibilidade.

Os objetivos do presente Plano de Gestão Florestal consistem na realização de um planeamento adequado e economicamente viável das operações referentes a uma gestão florestal

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

sustentável, integrando as componentes de gestão multifuncional da área de estudo, como sejam as vertentes ambiental e multifuncional (silvopastorícia).

Para tal, para o horizonte de planeamento de 20 anos considerado, foram definidas ações de manutenção e de exploração dos recursos florestais existentes.

Sendo um Plano de Gestão Florestal uma ferramenta de orientação e de suporte a uma gestão florestal sustentável e economicamente viável, torna-se assim indispensável a sua revisão e atualização face a situações que alterem a realidade para a qual o mesmo foi elaborado (catástrofes naturais, variações de preços, etc.). Deste modo, prevê-se que o presente plano seja revisto com uma periodicidade quinquenal, com o objetivo de atualizar as ações executadas.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

A. Documento de Avaliação

I. CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GERAL DA EXPLORAÇÃO

1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO

1.1 Caracterização do Proprietário e do Responsável pela Gestão

Os prédios rústicos que compõem a "Herdade da Baliza", propriedade sobre a qual incide o presente Plano de Gestão Florestal (PGF), encontram-se inscrita nos serviços de finanças de Castelo Branco, freguesia de Malpica do Tejo apresentando uma área total de 2 795.425 ha.

Quadro 1 – Identificação dos prédios rústicos

Nome do Prédio	Área (ha)	Secção	Artigo	Distrito	Concelho	Freguesia
Baliza, Barreiras de Baixo e de Cima e Anexos	2 795,425	Z-Z6	14	Castelo Branco	Castelo Branco	Malpica do tejo
	2 795,425					

Saliente-se que a área da propriedade, obtida através de um levantamento de campo com auxílio de um GPS, e posteriormente trabalhada em gabinete através do sistema de informação geográfica (2862,73hectares), é superior à referida na prova de titularidade (uma diferença de aproximadamente 67,30 hectares). Esta diferença deve-se provavelmente a erros de atualização do cadastro geométrico, aquando da integração da área inundável da Barragem de Cedillo, no mesmo e a erros de digitalização. Por esta razão não se fará qualquer referência, ao abrigo do presente PGF, no que respeita à área mencionada na prova de titularidade.

O responsável pela gestão da propriedade é o COSABE COMPANHIA SILVO AGRICOLA DA BEIRA SA, número de identificação fiscal n.º 500 077 959, com morada em Rua de Santo António à Estrela nº 31, 3º Esq. 1350-291 Lisboa.

1.2 Identificação do Redator do PGF

O presente Plano de Gestão Florestal, foi elaborado pela empresa Florestas Sustentáveis – Gestão e Serviços Florestais, Lda, com sede em Praça da Republica nº10, 7050-132 Montemor-o-Novo, número de identificação fiscal n.º 509386296 e com os contactos, telefone: 210993382 e e-mail: info@florestassustentaveis.pt, sendo responsável pela sua elaboração Luís Matos Botica, licenciado em Engenharia dos Recursos Florestais.

1.3 Caracterização Geográfica da Exploração Florestal e Acessibilidade

A área âmbito deste PGF, localiza-se no distrito e concelho de Castelo Branco, freguesia de Malpica do Tejo (cartas militares nº 304 e 315).

Em termos de enquadramento territorial e administrativo, a propriedade pertence às Unidades Territoriais da Região do Centro (NUT II), Beira Interior Sul (NUT III) e ao Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro.

A propriedade dista cerca de 3 km, da sede da freguesia, o acesso á propriedade é assegurado por caminhos de terra batida que ligam a mesma á estrada nacional 18-8 que liga Malpica do Tejo a Castelo Branco e um acesso a norte para a estrada de ligação EN18-8 a Lentiscais.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

As coordenadas de enquadramento da propriedade são (ETRS89_PT06):

Norte 6342,736357 N

Oeste 53074,714621 W H Baliza Este 60712,191416 W

Sul -401,959001 N

Na figura 1 mostra-se a localização da propriedade em Carta Militar (1:250 000)

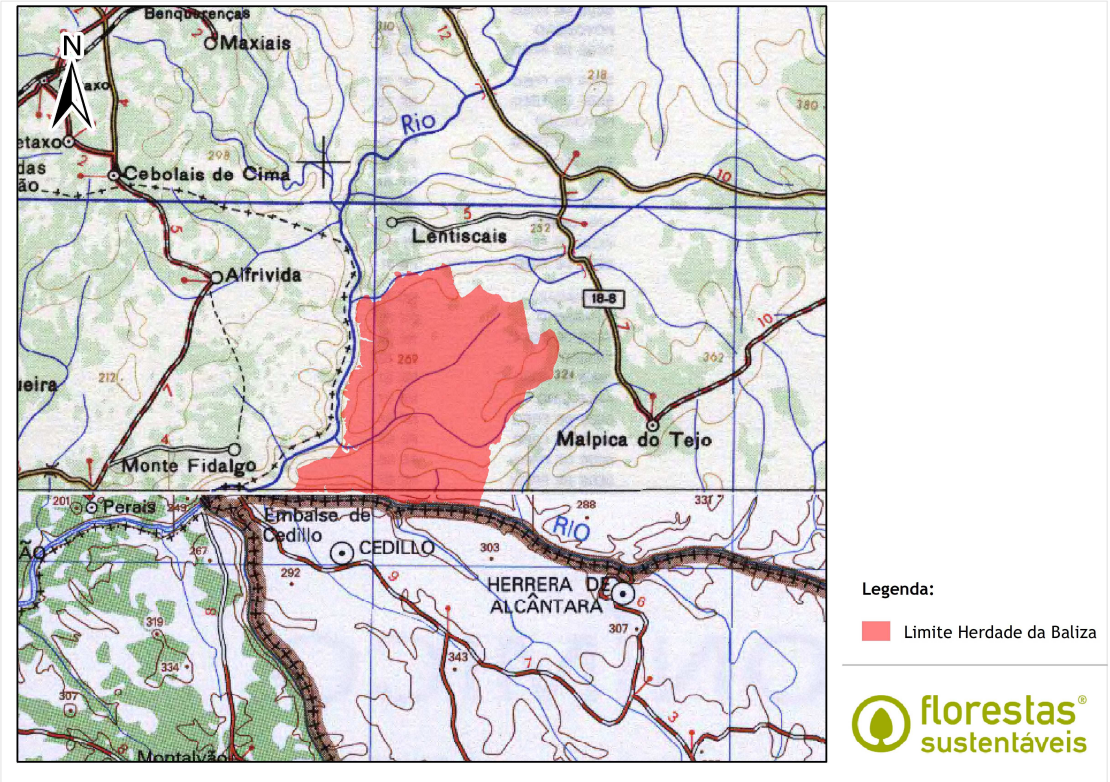


Figura 1. - Enquadramento da propriedade em Carta Militar (1:250 000)

2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA PROPRIEDADE

2.1 Relevo e Altimetria

A altimetria da área de estudo apresenta uma variação altimétrica moderada, registando-se os valores de cota máxima de 330 metros (na parte Este da propriedade) e de cota mínima de 90 metros, a Oeste e Sul da mesma. (Figura 2)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

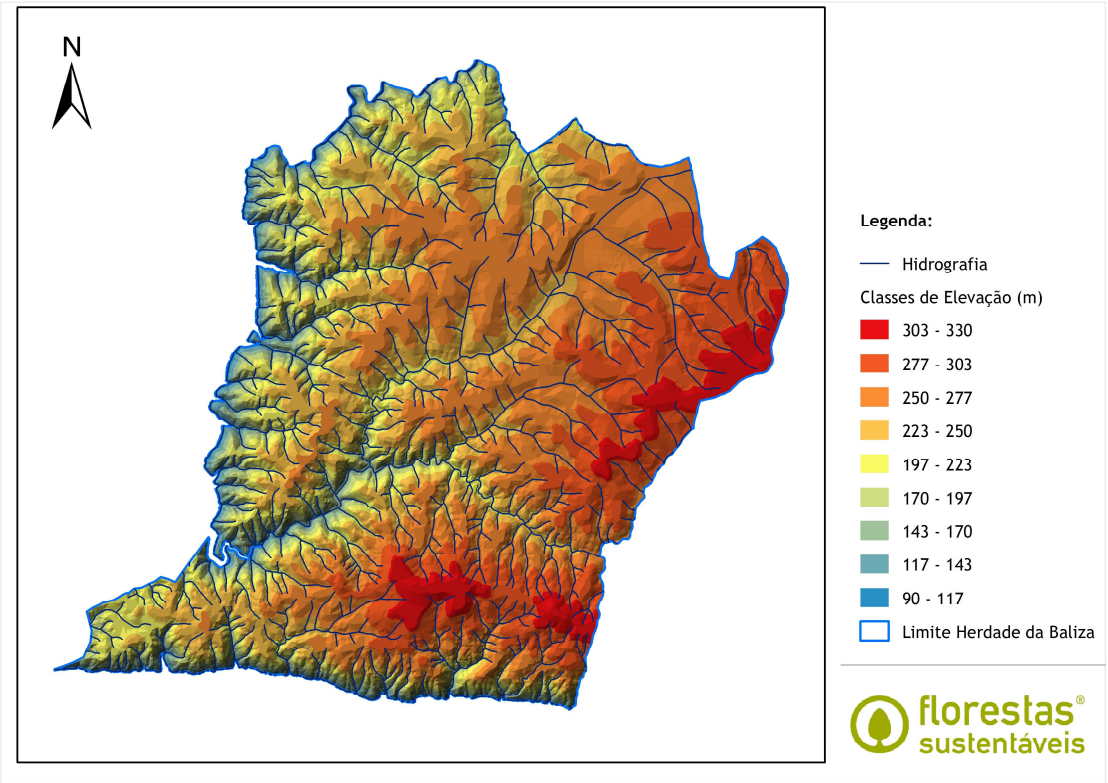


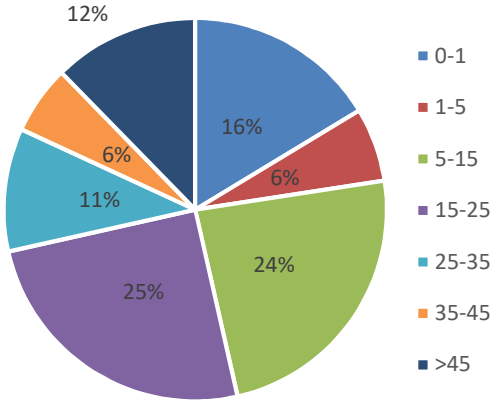
Figura 2. - Modelo digital de terreno da propriedade

Como consequência da variação altimétrica, o relevo da área de estudo mostra-se algo acidentado. Os declives predominantes na propriedade são entre 5% e os 35% tal como se pode observar no quadro 2. A classe de declive entre os 0-1% e acima dos 45% apresentam alguma expressividade, a classe 35-45% apresenta uma baixa expressão ou mesmo residual.

Preveem-se limitações derivadas da orografia ao nível das intervenções florestais.

Quadro 2 - Classes de declive.

Classes de Declive (%)	Área (ha)	% da área total
0-1	463,93	16%
1-5	176,50	6%
5-15	677,57	24%
15-25	710,99	25%
25-35	294,85	10%
35-45	165,05	6%
>45	349,06	12%

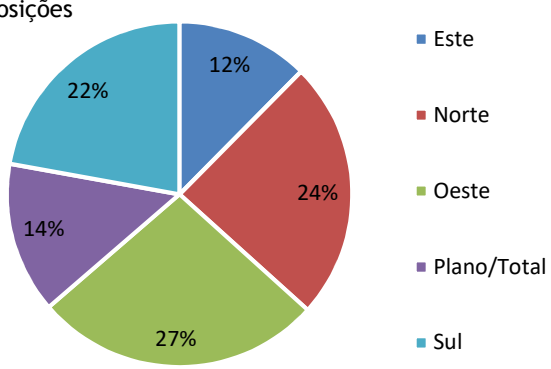


Relativamente à exposição, considera-se, no geral, que nas exposições a Sul, Oeste e em exposição total/plano, o coberto vegetal sofre maior seca devido à maior radiação solar a que está sujeito. Este aspeto tem particular importância nas ações silvícolas a realizar nestas áreas, uma vez que são áreas sujeitas a maior stress hídrico.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 3 – Exposições

Exposição Dominante	Área (ha)	% da área total
Este	348,23	12%
Norte	679,51	24%
Oeste	756,27	27%
Plano/Total	396,96	14%
Sul	620,77	22%



Pela análise da carta de exposições e do quadro 3, conclui-se que na área da propriedade, a exposição dominante é a exposição a Oeste, sendo que as áreas remanescentes se dividem quase equitativamente entre Sul e Norte. A propriedade está sujeita a fenómenos de stress hídrico em pelo menos 34% da área total.

2.2 Hidrografia

A área de estudo apresenta uma distribuição de linhas de água expressiva (Figura 3), embora sejam caracterizadas por serem, na sua maioria cursos de água de regime temporário ou não permanente, nos quais apenas ocorre água quando se verificam situações de precipitação. A propriedade é ainda, atravessada pela Ribeiro de Monsanto e encontra-se ladeada a Oeste pelo Rio Ponsul e a Sul pelo Rio Tejo.

Na área de estudo existem 4 pontos de água (charcas) com uma superfície inundável total de 0,49 ha.

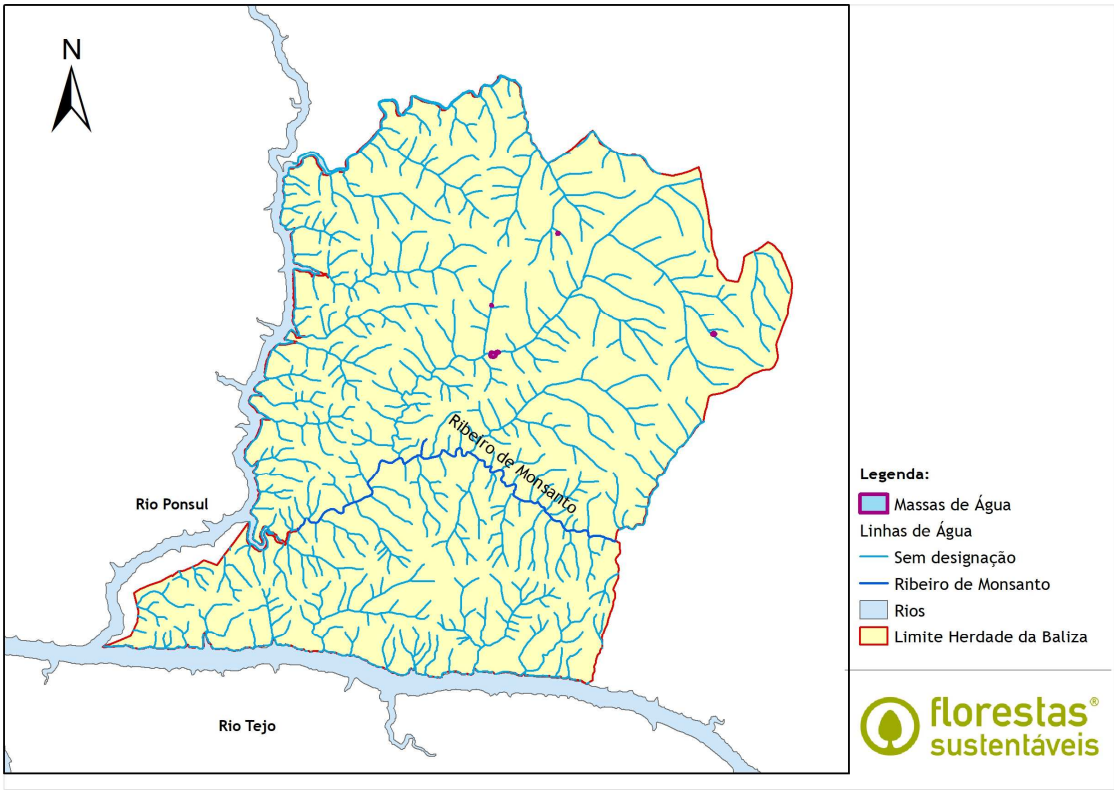


Figura 3. – Hidrografia presente na propriedade

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

2.3 Clima

A caracterização do clima da área de estudo foi obtida com base em registos históricos publicados pelo Instituto de Meteorologia, correspondendo a Normais Climatológicas da 3ª Região (Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior), calculadas para a série de 30 anos (1951 – 1980).

A metodologia delineada assenta na apresentação e análise dos parâmetros climáticos, ao nível da sua variabilidade sazonal e espacial. Para o efeito utilizaram-se os dados recolhidos na estação meteorológica (climatológica) de Castelo Branco. A escolha desta estação, em detrimento de outras, resulta da proximidade desta à área de estudo. Todos os dados utilizados nesta caracterização correspondem ao período 1951-1980. A localização da estação utilizada no presente trabalho encontra-se referida no quadro 4:

Quadro 4 -Identificação das Estações

Estação	Tipo	Latitude	Longitude	Altitude
Castelo branco	Climatológica	39º 49' N	7º 29' W	380 m

O quadro 5 apresenta de um modo agregado os valores médios para as variáveis climáticas estudadas, obtidos com base nos dados recolhidos pelas estações meteorológicas.

Quadro 5 – Parâmetros Climáticos

Variáveis Climáticas	Valores
Temperatura média anual (ºC)	15,6
Temperatura média do mês mais quente – julho (ºC)	24,5
Temperatura média do mês mais frio – janeiro (ºC)	8,2
Precipitação anual (mm)	821,4
Evaporação (mm)	1 490,7
Humidade relativa (15 horas) (%)	52
Orientação dos ventos dominantes	NE
Nevoeiro (n.º dias/ano)	9,5
Orvalho (n.º dias/ano)	-
Geada (n.º dias/ano)	4,6
Trovoada (n.º dias/ano)	9,6
Granizo e Saraiva (n.º dias/ano)	0,8
Neve (n.º dias/ano)	0,8

Fonte: Normais Climatológicas das Regiões de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, correspondentes a 1951-1980. O Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 3 – 3ª Regiões. INMG, Lisboa, 1991

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Através dos valores da temperatura e da precipitação é possível construir o chamado diagrama ombrotérmico, onde são facilmente visíveis, a duração e a importância do período seco (meses em que a quantidade de precipitação média, expressa em mm, não ultrapassa o dobro da temperatura média em ºC) (Figura 4).

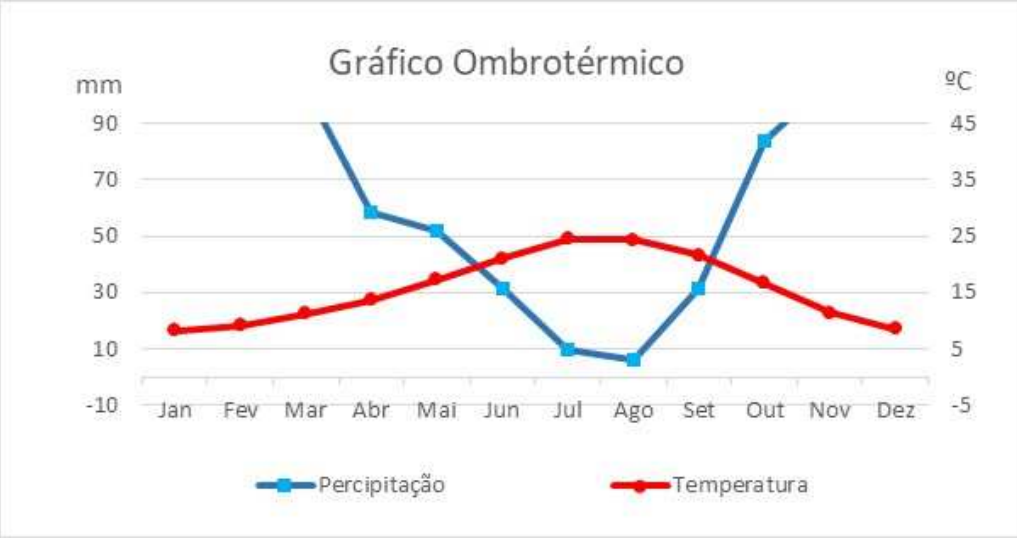


Figura 4. – Diagrama Ombrotérmico

A análise deste diagrama permite constatar a existência de 4 meses secos, nomeadamente os meses de junho, julho, agosto e setembro. Esta situação é típica dos climas mediterrâneos com período estival muito prolongados. Deste modo, nos meses de junho a setembro, deverão ser evitadas operações de gestão florestal que provoquem elevado stress nas plantas, uma vez que estas já se encontram normalmente com deficit hídrico. Relativamente à distribuição da precipitação ao longo do ano, constata-se que é nos meses de Inverno que esta se torna mais intensa, sendo, pois, nesta época que as disponibilidades de água no solo aumentam. Contudo, deverão ser evitadas as épocas de precipitação muito intensa e frequente aquando da realização de operações florestais, sobretudo com meios mecânicos, dado que a possibilidade de encharcamento dos solos e de inviabilidade das mesmas é elevada.

2.4 Solos

A caracterização edáfica no âmbito da elaboração de um Plano de Gestão Florestal de uma determinada área apresenta diversos objetivos, entre os quais a determinação da sua principal aptidão cultural. Esta classificação baseia-se na natureza dos solos, permitindo assim avaliar as qualidades e/ou carências que estes manifestam de modo a torná-los mais adequados para determinados tipos de aproveitamento produtivo.

Em termos de planeamento florestal a importância dos solos surge pela realidade dos mesmos constituírem a camada superficial de impacto, quer seja de condicionantes naturais (clima, vegetação, etc.), como de imposições antropogénicas de usos. De um modo geral, o solo é em grande parte o resultado de um longo processo de interação dos fatores biofísicos mais estáveis. Por essa razão é um recurso com reduzida resiliência e com uma elevada diversidade tipológica. A estabilidade deste fator depende fundamentalmente da manutenção da sua estrutura, tornando-se vital o manuseamento cuidado deste recurso.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

A classificação dos solos foi efetuada de acordo com a Carta de Solos de Portugal, produzida à escala 1/25 000 pelo extinto Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) integrado atualmente na Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). Paras as áreas onde não estavam elaboradas estas cartas, utilizou-se como base as cartas de solos da FAO.

Na área de estudo foram identificadas várias unidades de solos que se encontram descritas no quadro 6.

Quadro 6 – Classificação dos solos

Código	Descrição solos de Portugal	Área (ha)	% da área total
Ex	Solos Incipientes - Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de xistos ou grauvaques	79,94	3%
-	Luvissolos orticos	1052,73	37%
-	Litossolos eutricos	1670,83	58%
-	Sem dados	61.21	2%

Na figura seguinte mostra-se a distribuição das várias unidades de solo identificadas pela área de estudo, bem como a representatividade de cada uma delas.

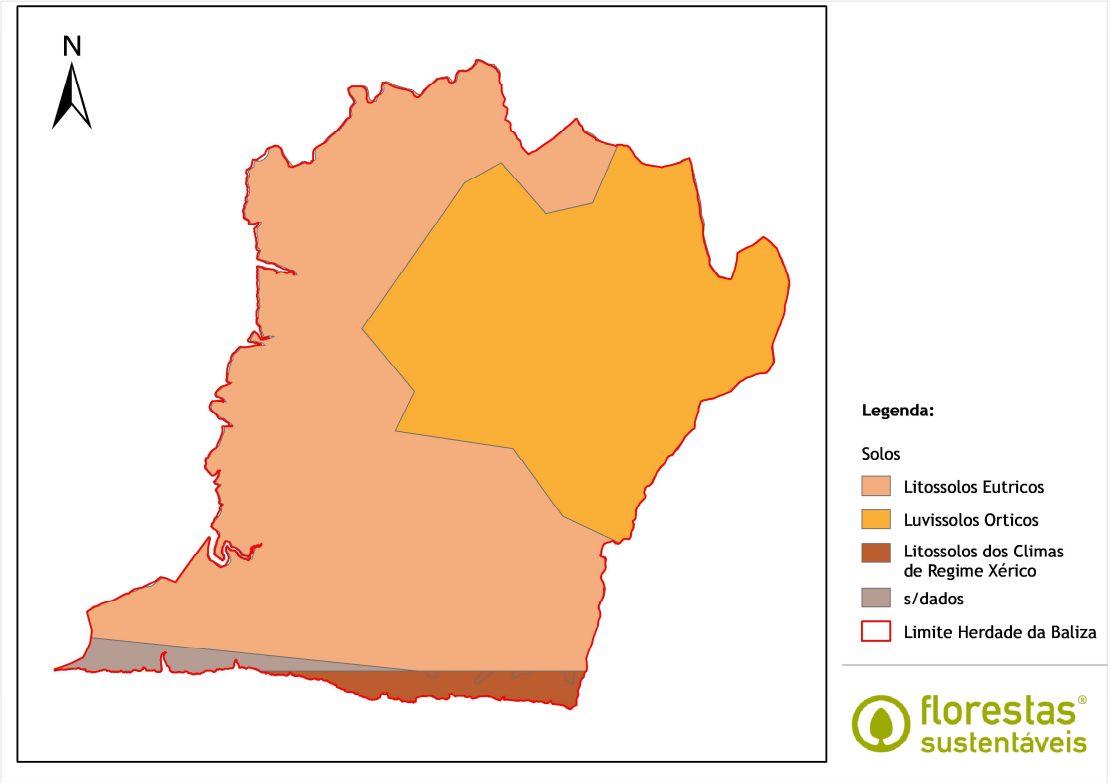


Figura 5. – Carta de solos

A definição das unidades de solo mais representativas, apresenta-se de seguida:

Os solos dominantes na propriedade, com cerca de 58%, são os solos Litossolos êutricos. Estes solos caracterizam-se por serem solos muito delgados (10 a 20 cm de espessura ou menos) sobre

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

substrato consolidados de basaltos ou rochas afins e fonólitos ou traquitos, em geral com bastante material pedregoso ou cascalhamento e normalmente associados a afloramento rochosos;

Os Luvissolos, representados em 37% da propriedade, são solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B textural com argila de atividade alta e saturação por bases alta, imediatamente abaixo do horizonte A ou horizonte E.

Estes variam de bem a pouco drenados, sendo naturalmente mediamente profundos (60 a 120 cm), com sequencia de horizontes A, Bt e C, e nítida diferenciação entre eles.

3. CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA DA PROPRIEDADE

A importância da caracterização ecológica num Plano de Gestão Florestal prende-se fundamentalmente com a necessidade de identificação e caracterização dos principais valores ecológicos e naturais que ocorrem na área de estudo, a fim de serem propostas medidas que garantam a sua sustentabilidade, assim como a manutenção do equilíbrio biológico entre as várias componentes do ecossistema, nomeadamente habitats, flora e fauna.

A caracterização da vegetação, flora e fauna foi efetuada considerando as regiões biogeográficas e as zonas ecológicas (definidas no Altas do Ambiente), pretendendo-se assim analisar de um modo integrado a sustentabilidade do sistema para suportar a vida vegetal e animal, tanto em termos de preservação do ecossistema como de produção.

3.1 Habitats

Habitat, compreende um espaço ou um ecossistema onde os animais e plantas se desenvolvem, dentro de uma comunidade.

Na área âmbito deste estudo os habitats ocorrentes são os montados de sobreiro e azinheira com várias densidades, os povoamentos mistos de quercíneas, com outras folhosas, com matos e matagais, as áreas abertas com pastagens e matos.

Após a verificação da cartografia de habitats classificados no âmbito do Parque Natural do Tejo Internacional, é dado como existentes os seguintes habitats:

1. 6310 - Montados de Quercus Spp. de folha perene;
2. 6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*, Subtipo Pt2 (malhadais);
3. 4030 Charnecas secas europeias, Subtipo Pt3 (urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais;
4. 5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos, Subtipos Pt3 (medronhais) e Pt6 (carrascais, espargueiras e matagais afins acidófilos)
5. 8220 - Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica, Subtipo Pt1 (afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofíticas;
6. 92D0 - Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*), Subtipo Pt3 (matagais de *Fluggea tinctoria* associados a leitos de estiagem inundados no inverno;
7. 3260 - Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion*;

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

8. 6160 - Prados oro-ibéricos de Festuca indigesta, Subtipo Pt4 Matos rasteiros de leitos rochosos de grandes rios.

3.2 Fauna

A fauna selvagem constitui um valor ecológico de indiscutível importância como valor ambiental e científico, contribuindo para a estabilidade e compreensão do modo de funcionamento dos ecossistemas terrestres e aquáticos, incrementando a diversidade do património genético e permitindo a existência de indicadores biológicos que representam condições ecológicas específicas, podendo ainda representar um valor económico numa região, através da caça e, eventualmente, da pesca e do turismo.
Das diversas espécies de fauna, destacam-se neste documento pelo seu carácter de interesse na gestão dos ecossistemas, as espécies com interesse cinegético, piscatório, silvopastoril e observacional.

Assim sendo, as espécies detetadas foram as seguintes:
As águias (*Aquila Sp.*), a raposa (*Vulpes vulpes*), a rola-brava (*Streptopelia turtur*), várias espécies de passeriformes e índicos de javali (*Sus scrofa*) e veado (*Cervus elaphus*).

As espécies com potencial de ocorrência são as seguintes:

Mamíferos: Coelho (*Oryctolagus cuniculus*), Saca-rabos (*Herpestes ichneumon*), Lontra (*Lutra lutra*), Lince (*Linx pardinus*), Gato-bravo *(Felis silvestris),* Geneta *(Genetta genetta),* Tourão *(Mustela putorius)*

Aves: Pombo torcaz (*Columba palumbus*), Codorniz (*Coturnix coturnix*), os Tordos (*Turdus, sp*), *o* Abutre-preto *(Aegypius monachus), a* Aguia-imperial *(Aquila adalberti), a* Aguia-real *(Aquila chrysaetos), o* Bufo-real *(Bubo bubo), a* Cegonha-preta *(Ciconia nigra), a* Águia-cobreira *(Circaetus gallicus), o* Grifo *(Gyps fulvus), a* Águia-perdigueira ou águia de Bonelli *(Hieraaetus fasciatus), a* Águia-calçada, *(Hieraaetus pennatus), o* Milhafre-preto *(Milvus migrans), o* Milhafre-real ou Milhafre-de-rabo-de-bacalhau *(Milvus milvus), o* Britango ou Abutre do Egipto *(Neophron percnopterus) e o* Chasco-preto *(Oenanthe leucura),*

Repteis e anfíbios: Cagado-mediterrâneo *(Mauremys leperosa),* Cagado-de-carapa *(Emys orbicularis*), Cobra-de-ferradura *(Coluber hippocrepis),* Cobra-de-pernas-pentadáctila *(Chalcides bedriagai),* Rã-verde *(Rana perezi),* Rela-comum *(Hyla arborea),* Rela-meridional *(Hyla meridionalis),* Rã-de-focinho-ponteagudo *(Discoglossus galganoi),* Sapo-corredor (Bufo calamita), Sapo-de-unha-negra *(Pelobates cultripes),* Sapo-parteiro-comum *(Alytes obstetricans),* Sapo-parteiro-ibérico *(Alytes cisternasii)* e Tritão-marmorado *(Triturus marmoratus).*

Peixes: Barbo-comum *(Barbus bocagei),* Boga-comum *(Chondrostoma polylepis),* Boga-de-boca-arqueada *(Rutilus lemmingii),* Bordalo *(Rutilus alburnoides),* Cumba *(Barbus comizo)* e Verdemã-comum *(Cobitis paludica).*

3.3 Flora

De acordo com a Carta Ecológica de Pina Manique e Albuquerque (Atlas do Ambiente, 1984), a área em estudo localiza-se na Zonas Ecológica Fitoclimáticas Basal, Sub-mediterrânea Iberomediterânea (SM.IM), cuja aptidão florestal se descreve no quadro seguinte.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 7 – Caracterização Autofítica das Zonas Ecológicas SM.IM

Tipo Zona Ecológica	Código Zona Ecológica	Nível	Espécies Favoráveis	
			Nome vulgar	Nome científico
Fitoclimática	SM.IM	Basal (<400m)	Zambujeiro	*Olea europaea sylvestris*
			Zimbro	*Juniperus Oxycedrus*
			Azinheira	*Quercus Rotundifolia*
			Sobreiro	*Quercus suber*

Das espécies referidas na caracterização autofítica, o sobreiro e azinheira constituem as espécies mais presente na área de estudo, no entanto a maior parte da área de intervenção encontra-se ocupada com povoamentos puros de eucalipto.

Na parte mais declivosa e junto aos rios, existe uma área muito rica em vegetação arbustiva, onde predominam espécies tais como a azinheira, o carrasco (*Quercus coccifera),* o lentisco (*Phillyrea angustifólia*) e o aderno-de-folhas-largas (*Phillyrea latifólia*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), várias urzes (Erica spp), a esteva (*Cistus ladanifer*), o zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris*), a aroeira (Pistacia lentiscus), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*) e o rosmaninho (*Lavandula stoechas subsp. Sampaiana*).

Estas mesmas áreas estão classificadas como habitats potenciais para as campainhas-amarelas-do-monte *(Narcissus bulbocodium),* gilbardeira *(Ruscus aculeatus),* lírio-amarelo-do-monte *(Iris lusitanica) e o narciso (Narcissus triandrus).*

Relativamente à vegetação arbustiva e herbácea, denota-se uma predominância das gramíneas, e algumas leguminosas que compõem as pastagens naturais da zona.

A vegetação arbórea presente nas linhas de água, é composta por freixos (*Fraxinus angustifólia*), salgueiros (Salix *Spp.)*, sobreiros e azinheiras.

As silvas (*Rubus Sp.*), ocorrem nas zonas mais húmidas e junto às linhas de água.

Estas espécies arbustivas e arbóreas, nomeadamente, as pastagens naturais existentes, têm muita importância uma vez que como irá ser descrito mais á frente neste documento, existe a produção de mel nestas áreas.

Das espécies referidas anteriormente são consideradas como importantes para o fomento da cinegética nas vertentes de alimento e refúgio, as quercíneas produtoras de lande (sobreiros e azinheiras), as pastagens espontâneas, os silvados e as consociações de arbustivas atrás referidas, geralmente denominadas por matos.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NATURAIS

A floresta é uma das principais componentes do meio natural, cuja defesa constitui um dos enfoques fundamentais na atualidade. São de diversa ordem as ameaças que a podem danificar, onde os incêndios florestais, os efeitos das alterações climáticas, as antecedentes más práticas

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

silvícolas e as pragas e doenças assumem particular importância, conduzindo ao enfraquecimento generalizado do coberto arbóreo.

4.1 Agentes Bióticos

No que se refere aos riscos provocados por agentes bióticos, destaca-se o aparecimento de pragas e doenças, nomeadamente a problemática do declínio do montado (por conjugação de diversos fatores, entre eles a presença de patologias como a *Phytophthora cinnamomi* ou o *Biscogniauxia mediterranea* (mais conhecido por carvão de entrecasco), e de pragas como o Platipo (*Platypus cylindrus*). De um modo geral, a presença de pragas e doenças encontra-se relacionada com fatores climáticos (longos períodos de seca ou de excesso de água), práticas culturais incorretas no que respeita à realização de podas e desbastes, mobilizações de solo consecutivas, as quais vão debilitando o sistema radicular dos exemplares arbóreos ou a permanência no terreno de exemplares debilitados ou mortos.

As áreas de montado existentes na área de estudo apresentam, na sua generalidade, sem problemas fitossanitários graves. No entanto foram identificadas as seguintes patologias carvão do entrecasco (*Biscogniauxia mediterranea*), cobrilha dos ramos (Coroebus florentinus), plátipo (*Platypus cylindrus*), longicórneo das quercíneas (*Cerambix cerdo*) e sintomas de phytophthora (*Phytophthora Cinnamoni*).

Nas áreas de eucalipto foram visualizados alguns sinais de gorgulho-do-eucalipto (Gonipterus platensis) e broca-do-eucalipto (*Phoracantha semipunctata*), sem grande incidência.

A acumulação de material lenhoso resultante de ações de exploração florestal (os sobrantes) pode constituir um potencial foco de infestação para várias pragas e doenças. Deste modo, e como forma de prevenção, a implementar de futuro, destaca-se a queima ou destruição de sobrantes.

4.2 Agentes Abióticos

Análise da Perigosidade de Incêndio

A perigosidade representa o potencial de um território para a ocorrência de um fogo, combinando probabilidade e suscetibilidade. O mapa de perigosidade é particularmente indicado para ações de prevenção (DGRF, 2007a). Para o cálculo da perigosidade as variáveis utilizadas são o período de retorno dos incêndios (n.º de ocorrências num determinado período de tempo), o declive e a ocupação do solo.

A perigosidade resulta assim do produto da probabilidade de ocorrência de fogo e da suscetibilidade do território para a ocorrência de um fenómeno danoso. Assim, define-se como a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso.

A perigosidade de incêndio na área de estudo está representada na Figura 6. Assim sendo destacam-se as classes mais representativas de perigosidades como sendo a perigosidade Elevada e Muito Elevada.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

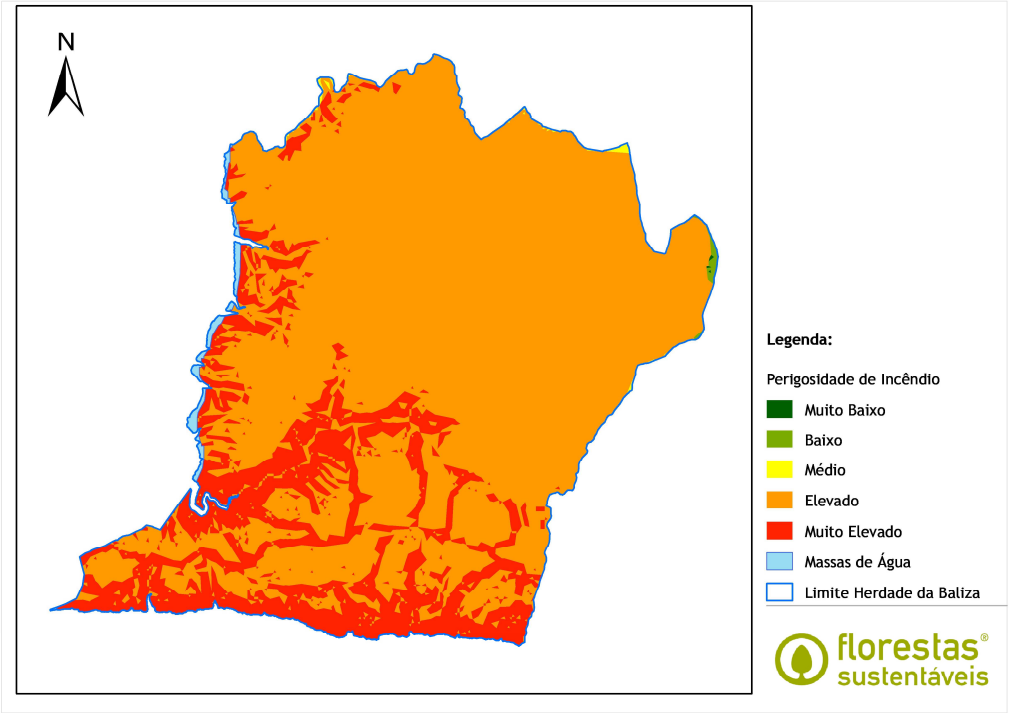


Figura 6. – Enquadramento na Carta de Perigosidade de Incêndio do PMDFCI de Castelo Branco

Histórico da ocorrência de incêndios e de outros riscos naturais

Segundo a cartografia nacional de áreas ardidas de 1990-2017, publicada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF,2018), registaram-se 2 ocorrências dentro da propriedade no ano de 2002.

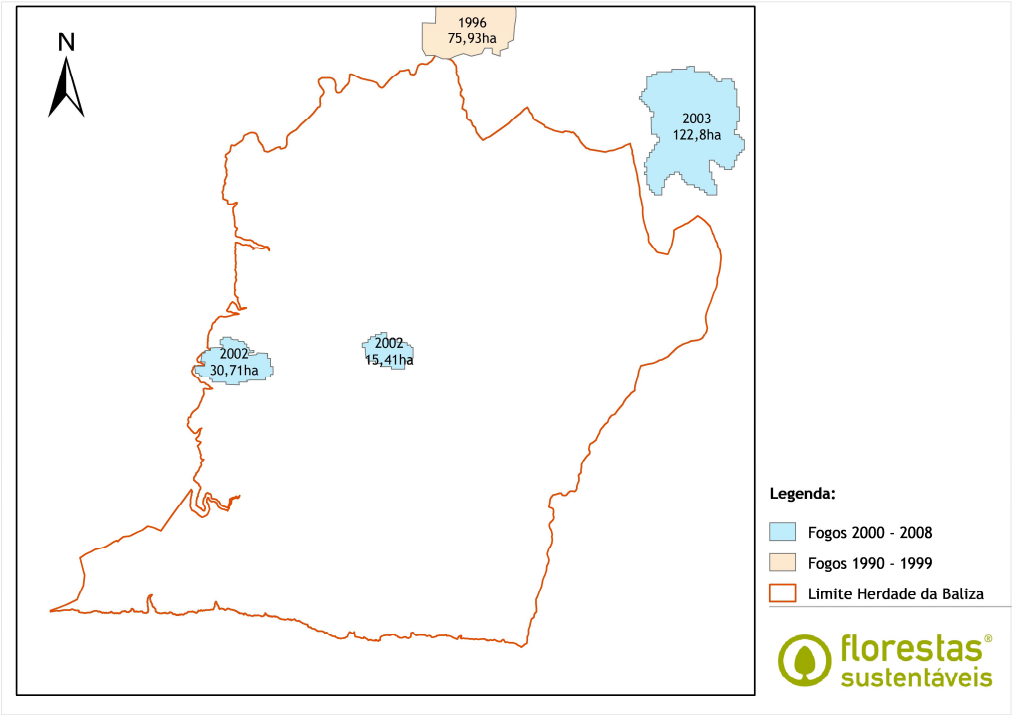


Figura 7. – Ocorrências de Fogos Florestais (ICNF 1990-2017)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Na área de estudo não se identificaram ocorrências de fenómenos associados a outros riscos naturais, tais como nevões ou deslizamento de terras, sendo, portanto, baixo o perigo de ocorrência destes eventos.

5. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

Os instrumentos de ordenamento apresentam-se como ferramentas normativas da administração, direta ou indireta do Estado, estabelecendo usos preferenciais, condicionados e interditos por critérios de natureza variada.

As orientações e as condicionantes do ordenamento do território florestal incluídas nos instrumentos referidos adiante, deverão ser interpretadas numa visão conjunta de proteção, prevenção e sustentabilidade dos valores naturais, ecológicos, históricos e sociais presentes na área de estudo.

5.1 PROF

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI), aprovado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro, abrange aos antigos PROF da Beira Interior Norte e da Beira Interior Sul, que correspondem aos territórios englobados na região NUTS de nível III, Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, e Beiras e Serra da Estrela.

Estes territórios englobam os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha, de Ródão, Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal e Seia.

Este documento efetiva uma análise estratégica que permite definir objetivos gerais e específicos, bem como delinear propostas de medidas e ações tendo em vista a noção de uma floresta diversificada, com espaços florestais estabilizados e explorados de uma forma sustentável.

As normas do PROF do Centro Interior que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal (PTM) e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal (PTIM).

Sub-regiões e objetivos de gestão

O PROF encontra-se dividido em sub-regiões homogéneas (SRH), sendo que a área de estudo, se encontra nas seguintes sub-regiões: Raia Sul e Tejo Internacional

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

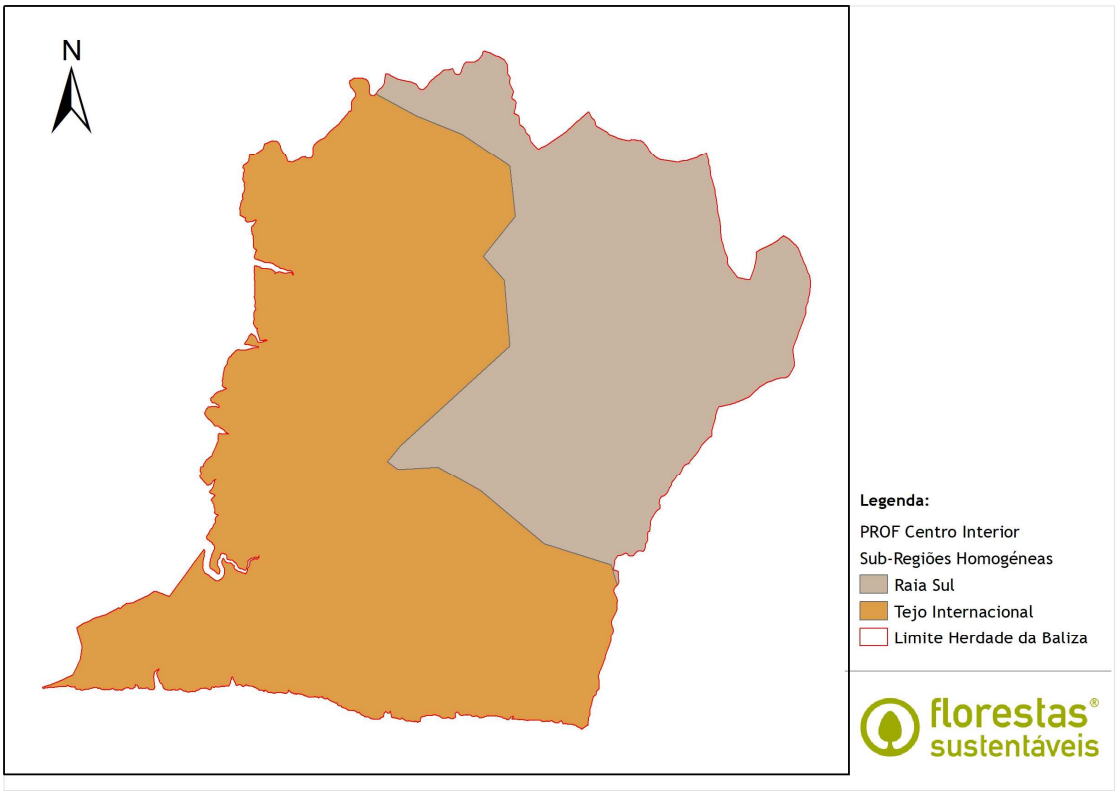


Figura 8. – Sub-Regiões Homogéneas Raia Sul e Tejo Internacional na Herdade da Baliza

A SRH Raia Sul tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto em 89% e para o pinheiro-bravo em 98 % da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 77%, 33%, 13% e 32% da superfície da SRH. A fração da área ocupada por ZIFs é de 28,9%. A produtividade cinegética é tendencialmente média.
O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 1% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 52,1%.
As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): **Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.**

A SRH do Tejo Internacional tem como funções principais sem diferença de prioridade entre si, **a Conservação, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.**
O Parque Natural do Tejo Internacional ocupa 94 % do território da SRH. A Rede Natura 2000 está presente em 81,3% do território da SRH (PTZPE0042 – Tejo Internacional Erges e Ponsul).
A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e pinheiro-bravo respetivamente em 74% e 82% da sua superfície. O sobreiro tem aptidão regular a boa em 74% da superfície da SRH, contudo apenas 1,6 % da superfície da SRH é ocupada por povoamentos de sobreiro. A importância das funções de proteção e silvopastorícia, caça e pesca na conservação dos valores naturais em presença é muito elevada pelo que se considerou a atribuição destas funções em detrimento da função "Produção".
Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 91%, 39%, 27% e 24% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 38,1%.
O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 3% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 79,1%.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) define um conjunto alargado de linhas de ação de âmbito nacional, nas quais se enquadram objetivos e medidas, preconizadas para o desenvolvimento da floresta portuguesa:

A. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
B. Especialização do território;
C. Melhoria gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
F. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

São estes que definem o quadro de referência dos objetivos para a região PROF e subsequentemente para os objetivos a prosseguir em cada Sub-Região Homogénea. Os objetivos estratégicos da ENF e as suas subdivisões em objetivos específicos são usadas no estabelecimento da relação com os objetivos do PROF e das SRH.

De acordo com o PROF Centro Interior os objetivos transversais para a região, comuns a todas as SRH, são os seguintes:

1. Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
2. Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;
3. Diminuir a perigosidade de incêndio florestal na componente associada ao ordenamento de cada SRH, tendo em conta a orientação da resposta Nacional aos incêndios de 2017 e as consequências desses incêndios em cada uma das SRH.
4. Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas;
5. Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
6. Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;
7. Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril;
8. Promover o aproveitamento de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal;
9. Promover a utilização turística dos espaços florestais.
10. Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.

(Adaptado do documento estratégico PROF Centro Interior, ICNF,2019)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 8 – Medidas de Intervenção Comuns e Específicas das SRH abrangidas pela área de estudo com base no PROF Centro Interior

Legenda: AP - Aumentar o rendimento; **C&S -** Sistemas conjuntos com ordenamento cinegético e silvopastoril; **CB -** Conservação da biodiversidade; **CSA -** Conservação do solo e da água; **GC -** Gestão conjunta; **IF -**Diminuir a perigosidade de incêndio florestal; **PNL -** Mel, Plantas aromáticas e medicinais e cogumelos; **T -** Utilização turística; **+++ 1ª Prioridade; ++ 2ª Prioridade; + 3ª Prioridade** (Adaptado do documento estratégico PROF Centro Interior, ICNF,2019)

	Objetivos Específicos	Sinergia com:	Sub-Regiões Homogéneas	
			Raia sul	Tejo Internacional
Aumento do rendimento potencial	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo	IF	+++	+++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e sistemas de produção que mantenham no tempo as condições favoráveis de infiltração e escoamento e proporcionem a pedogénese	CSA	+++	+++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000	CB	PTZPE0042 ++	+++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvo pastorícia	C&SP	+++	+++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais	PNL	+++	+++
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH	T	++	++
	Melhorar a gestão dos povoamentos existentes	GC & DP	Transversal a todas as sub-regiões homogéneas	
	Aproveitar o potencial da regeneração natural		Transversal a todas as sub-regiões homogéneas	
Diminuir a Perigosidade de Incêndio Florestal	Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo		+++	+++
	Ajustar as prioridades de intervenção da DFCI ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas	CB	PTZPE0042 +	PTZPE0042 +
	Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível	C&SP	+++	+++
	Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017		+++	+++

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

	Objetivos Específicos	Sinergia com:	Sub-Regiões Homogéneas	
			Raia sul	Tejo Internacional
Conservação do solo e da água	Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais		+++	+++
	Promover objetivos e avaliação da conservação do solo e da água aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta	GC	+++	+++
Conservação da Biodiversidade	Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar		+++	+++
	Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat	IF	PTZPE0042 +	PTZPE0042 ++
	Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies	GC	PTZPE0042 +	PTZPE0042 ++
	Integrar a gestão cinegética e silvopastoril na gestão de habitats e espécies a conservar no âmbito dos sítios PTCON0004;PTCON0014;PTCON0 022; PTCON0027;PTCON0028; PTCON0051; PTZPE0038; PTZPE0039	C&SP	PTZPE0042 +	PTZPE0042 ++
	Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando à erradicação)	IF	+++	+++
Gestão Conjunta	Fomentar / apoiar a gestão, incluindo a gestão conjunta		Transversal a todas as sub-regiões homogéneas	
	Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimento suficiente para uma gestão conjunta eficaz	AP	+++	+++
	Integrar as metas de gestão de combustível nos PGF	IF	+++	+++
	Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF	CSA	++	+++
	Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF	CB	+	+++
	Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta	C&SP	+++	+++
	Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta	T	++	+++

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

	Objetivos Específicos	Sinergia com:	Sub-Regiões Homogéneas	
			Raia sul	Tejo Internacional
Sistemas	Aumentar a produtividade cinegética		Transversal a todas as sub-regiões homogéneas	
	Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção florestal	IF	+++	+++
	Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça	T	++	+++
Apicultura, Plantas	Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recoleção nas áreas agrupadas	AP; GC	+++	+++
	Promover a apicultura nas áreas agrupadas	GC	+++	+++
	Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas	GC	+++	+++
Utilização	Valorizar os espaços florestais através da sua utilização turística	CB	++	+++
	Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais	PNL	++	+++

(Adaptado do documento estratégico PROF Centro Interior, ICNF,2019)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Espécies a Privilegiar

De acordo com o Artigo 15.º da Portaria n.º 364/2013 de 20 de dezembro, "o PROF integra as orientações e normas de gestão dos espaços florestais essenciais para alcançar os respetivos objetivos" e do seu conteúdo deverá constar "o elenco de espécies e sistemas a privilegiar na expansão e reconversão de povoamentos florestais".

Consequentemente, com vista à obtenção de um ordenamento florestal que vise o equilíbrio económico, ambiental, e social dos espaços florestais, e permita prosseguir os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, os PROF definem as espécies florestais a privilegiar. A sua identificação visa ainda orientar a escolha das espécies que mais se adequam ao território quando se pretenda instalar, expandir ou reconverter povoamentos florestais.

Na identificação das espécies e sistemas a privilegiar será considerada a aptidão das sub-regiões homogéneas para as várias espécies, as funções dos espaços florestais nas sub-regiões homogéneas, a necessidade de diversificação da composição da floresta ao nível da paisagem e a proximidade às indústrias e atividades que interagem com a floresta.

A metodologia definida para todos os Programas Regionais de Ordenamento Florestal, neste processo de revisão, teve por base critérios técnico-científicos de identificação das espécies e outras orientações complementares.

Para cada sub-região homogénea são apresentados e justificados os sistemas a privilegiar tendo em conta a divisão em "espécies a privilegiar" (Grupo I e II). Em cada SRH é também apresentada a divisão das espécies analisadas em Grupo I e Grupo II. A utilização de espécies do Grupo II é possível, mas tanto mais ineficiente quanto mais ocupar zonas de aptidão apenas "Regular", com menor probabilidade de gerar rendimento que permita a gestão e tanto mais ineficiente quanto menos se integre em sistemas que não incluam uma componente eficaz de gestão de combustível.

A utilização do eucalipto está ainda condicionada pelas regras previstas no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho.

Espécies a privilegiar em cada Sub-Região Homogénea (SRH)

1. GRUPO I - Espécies com aptidão Boa e Regular numa área ≥ 50% da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais.
2. GRUPO II - Das espécies que não fazem parte do Grupo I são selecionadas aquelas cujas aptidões são Boa e Regular numa área > 0% da área da SRH.

(Adaptado do documento estratégico PROF Centro Interior, ICNF,2019)

<u>SRH Raia Sul</u>

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre sobreiro (88,4 % de aptidão produtiva "Boa" na SRH) e o carvalho-português (59,6 % de aptidão produtiva "Boa" na SRH) em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro (59,6 % de aptidão produtiva "Boa" na SRH), bem como nas espécies associadas à galeria ripícola.

O eucalipto (25575 ha; 12,2 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como "Regular" em 80,4% do território da SRH pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se ou diminuir no contexto geral da aplicação das normas do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

O pinheiro-bravo (12450 ha; 5,9 % na SRH) apresenta aptidão produtiva classificada como "Regular" em 79% e "Boa" em 18,5% do território da SRH pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se.

A gestão dos matagais (26600 ha; 12,6 da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

A azinheira, o castanheiro e o lódão-bastardo apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

SRH Tejo Internacional

A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o sobreiro (73,7% de aptidão "Boa" na SRH), carvalho-português (35,7% de aptidão "Boa" na SRH) e azinheira (22,1% de aptidão "Boa" na SRH) puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro (35,7% de aptidão "Boa" na SRH), bem como nas espécies associadas à galeria ripícola.

A prioridade à transformação de parte da área de matos em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos.

A gestão dos matagais (7200 ha; 27% da SRH) é da maior importância nesta SRH, relevando o contributo da sua utilização silvo-pastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

O lódão-bastardo o cedro-do-Buçaco, o cipreste-comum apresentam aptidão produtiva regular ou boa numa fração importante da SRH e pode ser relevante para a diversificação dos povoamentos.

O quadro seguinte resume os principais sistemas e espécies a privilegiar para as SRHs. A atribuição das prioridades tem também em consideração se o rendimento potencial do sistema é compatível com a sua gestão. A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 9 – Principais sistemas e espécies a privilegiar na SRH Raia Sul e Tejo Internacional

ESPÉCIE/SISTEMA	DIMINUIÇÃO SUSCETIBILIDADE AO FOGO	CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS CLASSIFICADOS DA REDE NATURA 2000	RENDIMENTO POTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO (*)	IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	IMPORTÂNCIA DO APOIO PÚBLICO AO INVESTIMENTO
SRH Raia Sul					
Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de *Quercus spp*	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com *Populus spp*, *Fraxinus angustifolia* e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++
SRH Tejo Internacional					
Povoamentos de sobreiro-carvalho-português e azinheira, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, Aproveitamento do medronheiro	Com gestão ativa das atividades componentes é um sistema de baixa suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	++	+++
Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de Quercus spp	A gestão ativa, em particular o aumento da fração herbácea diminui a suscetibilidade ao fogo	+++	Baixo potencial de viabilização autónoma	+++	+++
Galerias ripícolas com Populus spp, Fraxinus angustifolia e outras espécies ripícolas	Elementos essenciais na compartimentação da paisagem e na Diminuição da suscetibilidade ao fogo	+++	Sem potencial de viabilização autónoma	+++	+++

O quadro seguinte mostra a fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação segundo os dois grupos de utilização. (GRUPO I; GRUPO II), para cada SRH.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 10 Fração da superfície da SRH por classe de aptidão produtiva e espécie e a classificação nas SRH (Nota: a 1ª linha de cada espécie refere-se à SRH Raia Sul e a 2ª linha à SRH Tejo Internacional)

ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Eucalipto (pred)	11,1%	80,4%	8,5%	-	X
	26,5%	73,4%	0,1%	-	X
Pinheiro-bravo (pred)	2,5%	79,0%	18,5%	X	.
	11,9%	87,2%	0,9%	X	-
Medronheiro	11,0%	29,3%	59,6%	X	-
	26,3%	38,0%	35,7%	X	-
Lódão-bastardo	0,0%	100,0%	0,0%	X	-
	0,1%	99,9%	0,0%	X	-
Aveleira	85,4%	12,6%	2,0%	-	X
	95,9%	0,0%	4,1%	-	X
Cedro-do-Oregon	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cedro-do-Buçaco	70,7%	29,3%	0,0%	-	X
	62,0%	38,0%	0,0%	-	X
Castanheiro	40,4%	46,4%	13,2%	X	-
	64,3%	35,7%	0,0%	-	X
Cipreste-comum	70,7%	29,3%	0,0%	-	X
	62,0%	38,0%	0,0%	-	X
Freixo	98,6%	0,0%	1,4%	-	X
	95,9%	0,0%	4,1%	-	X
Azevinho	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Nogueira-preta	86,8%	12,6%	0,6%	-	X
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Cerejeira-brava	99,4%	0,6%	0,0%	-	X
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pseudotsuga	99,4%	0,6%	0,0%	-	X
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pinheiro larício	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pinheiro-manso	87,4%	12,6%	0,0%	-	X
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Pinheiro-insigne	99,4%	0,6%	0,0%	-	X
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Choupos	98,6%	0,0%	1,4%	-	X
	95,9%	0,0%	4,1%	-	X
Pinheiro silvestre	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Carvalho português	29,4%	10,9%	59,6%	X	-
	38,1%	26,2%	35,7%	X	-

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

ESPÉCIE	BAIXA	REGULAR	BOA	GRUPO I	GRUPO II
Carvalho-negral	86,8%	12,6%	0,6%	-	X
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Carvalho-alvarinho	98,0%	2,0%	0,0%	-	X
	95,9%	4,1%	0,0%	-	X
Azinheira	14,7%	75,8%	9,5%	X	-
	4,2%	73,7%	22,1%	X	-
Carvalho-americano	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
	100,0%	0,0%	0,0%	-	-
Sobreiro	11,0%	0,6%	88,4%	X	-
	26,3%	0,0%	73,7%	X	-

A área de estudo encontra-se parcialmente localizada num corredor ecológico (Carta de Condicionantes), abrangendo, 1 223.87 ha da área de estudo. Como instrumento de gestão territorial, os Corredores Ecológicos apresentam algumas restrições, tais como:

a) Controlar a interposição de barreiras, em particular daquelas que apresentam grande desenvolvimento longitudinal (por exemplo estradas, urbanizações, agricultura intensiva).

b) O assentamento de vias de comunicação em áreas com corredores ecológicos deve acautelar a continuidade e conectividade dos corredores.

c) Controlar a instalação de novos povoamentos florestais no que respeita a localização, dimensão, composição, infra-estruturas, e acompanhamento de ações futuras.

d) Manter bem conservadas as estruturas naturais de conexão, com particular ênfase para as linhas de água e respetiva vegetação ripícola, manchas de mato e estrato herbáceo espontâneo. Em vales e linhas de água, a presença de solos mais frescos e mais férteis é favorável à utilização de espécies de folhosas ripícolas em compasso denso.

e) A utilização de vedações na proteção da regeneração natural, por exemplo, constitui uma barreira à livre circulação dos animais e aos movimentos de dispersão; como tal, sempre que possível, devem-se utilizar proteções individuais nas plantas.

5.2 PDM

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Castelo Branco foi aprovado pela Assembleia Municipal de Castelo Branco, a 13 de abril de 1994, tendo sido ratificado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/94 de 11 de agosto. Este plano sofreu, até à data, várias alterações publicadas em diário da república e que se encontram resumidas na seguinte legislação:

1ª - Ratificada Resolução do Conselho de Ministros nº 30-A/2002 de 11 de fevereiro;

2ª - Publicada através declaração nº 173/2003 de 30 de abril.

3ª - Ratificada Resolução do Conselho de Ministros nº 88/20025 de 10 de maio;

4ª - Aviso (extrato) n.º 26194/2008 de 31 de outubro;

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

5ª - Aviso (extrato) n.º 26651/2010 de 20 de dezembro;

6ª - Aviso (extrato) n.º 23784/2011 e Aviso (extrato) n.º 23785/2011 de 12 de dezembro;

7ª - Aviso (extrato) n.º 8637/2013 de 8 de julho de 2013;

8ª - Declaração (extrato) n.º 22/2017 de 7 de abril.

Com vista ao correto ordenamento do território municipal de Castelo Branco, o regulamento do PDM considera a divisão da área concelhia em categorias de uso dos solos, estabelecidas em função dos usos dominantes e preferenciais do solo e em conformidade com os limites definidos na Planta de Ordenamento.

O modelo de ordenamento define assim o zonamento por categorias de espaço existentes na área concelhia, a sua definição e enquadramento, assim como as suas principais restrições de uso (quadro 11).

Para os espaços rurais, independentemente da sub-classe, este instrumento de ordenamento, prevê no artigo 51º as seguintes diretivas:

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril, e do Decreto-Lei n.º 175/88, de 17 de maio, carecem de licenciamento municipal as arborizações com espécies florestais de crescimento rápido, em área inferior a 50 ha. Considera-se, para este limite, a inclusão de povoamentos preexistentes das mesmas espécies em continuidade do mesmo prédio, ou em prédios distintos, incluídos ou não na mesma unidade empresarial.
2. Nos termos dos mesmos diplomas, carecem de audição prévia da Câmara Municipal todas as ações de arborização abrangendo áreas superiores a 50 ha.
3. E proibida a plantação ou replantação de espécies do género Eucalyptus nas seguintes áreas:
    a. Áreas abrangidas pela Reserva Agrícola Nacional;
    b. Áreas de montado de sobro e azinho;
    c. Áreas de proteção a valores do património natural;
    d. Perímetros de proteção à distância das captações subterrâneas.
4. As plantações de espécies dos géneros Eucalyptus e Acacia ailanthus deverão ainda respeitar as distâncias a terrenos cultivados, nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos, previstos na Lei n.º 1951, de 9 de março de 1937, alterada pelo Decreto-Lei n.º 28040, de 14 de setembro de 1937.
5. Nos termos do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril, e sem prejuízo do disposto no seu artigo 2.º, carecem de autorização municipal as ações de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas, bem como as ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 11 – Classe de Espaço definidas no PDM de Castelo Branco para a área de estudo.

Classes de espaço		Características/Restrições/Programa	Área (ha)
Espaço Rural	Espaço Florestais ou Silvopastoris	Estes espaços são aqueles que apresentam maior aptidão para utilização mais intensiva e de melhor aproveitamento de produtos florestais e silvo -pastoril.	1324,94
	Espaço Agrícola ou Agro-pastoris	Estes espaços constituem áreas não integradas na Reserva Agrícola Nacional, mas cujas características pedológicas, de ocupação atual ou de localização maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas.	5,77
	Espaços agrícolas submetidos ao regime da RAN	Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho, consideram -se integradas na Reserva Agrícola Nacional todas as áreas designadas como tal na planta de ordenamento	25,35
Área abrangida pelo PPPNTI	Interdição à Pesca	Sem restrições ao nível do PDM	6,73
	Proteção Complementar - Tipo I	1 — As áreas de proteção complementar do tipo I compreendem as zonas que estabelecem o enquadramento, transição ou minimização de impactes relativamente a áreas de proteção total ou parcial, incluindo elementos naturais e paisagísticos relevantes e com um elevado potencial de valorização mediante o desenvolvimento de ações de gestão adequadas. 2 — Este nível de proteção engloba áreas com interesse agrícola e agro-silvo -pastoril que, embora sejam habitats essenciais para a alimentação de espécies prioritárias da fauna, pela sua sensibilidade ecológica não se justifica incluir noutros níveis de proteção. 3 — O objetivo destas áreas é compatibilizar as intervenções humanas com os valores naturais e paisagísticos e minimizar os impactes relativamente às áreas de proteção total e parcial. 4 — Para além dos atos e atividades condicionados identificados no artigo 73.º, nas áreas de proteção complementar do tipo I ficam ainda sujeitos a parecer vinculativo do ICNF, I. P., quando legalmente exigido, os seguintes atos e atividades: a) A instalação de novos estabelecimentos industriais do tipo 3; b) As alterações e ampliações de estabelecimentos industriais existentes, independentemente da sua tipologia; c) As obras de construção, reconstrução, conservação e ampliação, quando associadas às atividades de agricultura, pastorícia e apicultura e no âmbito do plano de pormenor previsto no n.º 1 do artigo 82.º; d) As obras de reconstrução, conservação e ampliação de edificações, nas seguintes situações: i) Habitação própria; ii) Turismo de natureza; iii) Pavilhões de caça; e) As obras de construção, reconstrução, conservação ou ampliação das infraestruturas de apoio à utilização da albufeira, entendidas estas como estruturas de natureza amovível ou desmontável, nomeadamente pontões, ancoradouros e embarcadouros, devidamente identificados na planta de ordenamento — PNTI. 5 — Relativamente às obras referidas nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea d) do número anterior, a emissão de parecer favorável pelo ICNF, I. P. quando legalmente exigido, depende da observação dos seguintes critérios: a) As edificações devem integrar -se na envolvente natural e ser construídas em compatibilidade com os valores paisagísticos, ecológicos e culturais em presença; b) Área bruta de construção máxima: i) Edifício residencial — 200 m2; ii) Projetos de turismo de natureza — 500 m2; iii) Pavilhões de caça — 300 m2; iv) A cércea máxima dos edifícios, com exceção de silos, depósitos de água ou instalações especiais devidamente justificadas é de 6,5 m, medidos à platibanda ou beirado; c) Excluem -se dos valores atrás indicados as obras de reconstrução que incidam sobre edificação com área bruta de construção já superior.	6,13

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Proteção Complementar - Tipo II	1 — As áreas de proteção complementar do tipo II compreendem zonas que apresentam situações de marcada degradação ambiental mas cuja recuperação é necessária devido a estabelecerem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de proteção total, parcial ou complementar do tipo I, podendo também apresentar localmente alguns elementos naturais e paisagísticos relevantes. 2 — Este nível de proteção corresponde a áreas de eucaliptal e pinhal, explorado ou abandonado, necessitando de uma gestão no sentido da sua recuperação. 3 — O objetivo principal destas áreas é a recuperação ambiental para que lhes seja possível cumprir funções de conservação dos valores naturais e paisagísticos e de amortecimento de impactes relativamente às áreas incluídas nos níveis de proteção anteriormente referidos. 4 — As áreas de proteção complementar do tipo II devem ser alvo de projeto específico a elaborar pelo ICNF, IP, em colaboração com os respetivos proprietários, visando a compatibilização dos objetivos da produção florestal com os objetivos da conservação da natureza e da biodiversidade. 5 — Até à elaboração e implementação no terreno do projeto referido no número anterior é interdita a edificação nestas áreas.	867,18
Intervenção Específica para o Eucaliptal e Pinhal	As áreas de intervenção específica compreendem espaços com elevado interesse, real ou potencial, para a conservação do património natural e cultural, que devido a fortes ações antrópicas a que são sujeitas necessitam de medidas específicas de proteção, recuperação, reconversão ou reabilitação.	867,18
Proteção Parcial - tipo I	1 — As áreas de proteção parcial do tipo I compreendem as zonas que contêm valores naturais e paisagísticos cujo significado e importância, do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade, se assumem no seu conjunto como relevantes ou, tratando-se de valores excecionais, apresentam uma sensibilidade moderada. 2 — Estas áreas servem de tampão às áreas mais críticas em termos de conservação da natureza, integrando também zonas de tamujal e zambujal bem conservados, e de matagal mediterrânico. 3 — Estas áreas destinam-se a contribuir para a manutenção dos valores naturais e paisagísticos, sendo permitidas utilizações do solo e dos recursos hídricos compatíveis com a conservação desses valores. 4 — Na zona fluvial, este nível de proteção aplica-se a troços de rio onde é essencial manter níveis reduzidos de perturbação humana devido à nidificação de aves rupícolas muito sensíveis e à importância que assumem para a conservação e gestão das comunidades de peixes dulciaquícolas existentes. 5 — Nas áreas de proteção parcial do tipo I devem manter-se os usos agrícolas, florestais e pecuários do solo existentes à data da publicação do POPNTI que respeitem a legislação em vigor, sendo eventuais alterações, desde que compatíveis com a manutenção ou recuperação do estado de conservação dos valores naturais presentes, permitidas a título excecional e sujeitas a autorização do ICNF, I. P. 6 — As operações florestais que impliquem a abertura de aceiros ou o arranjo de caminhos estão sujeitais a autorização do ICNF, IP, quando legalmente exigido. 7 — Nestas áreas é interdita a edificação, com exceção das obras de conservação.	608,29
Proteção Total	1 — As áreas de proteção total compreendem as zonas onde predominam sistemas de valores naturais e paisagísticos de reconhecido valor e interesse, incluindo formações geológicas, paisagísticas e ecológicas, com elevado grau de naturalidade, que assumem, no seu conjunto, um caráter excecional com elevada sensibilidade ecológica. 2 — As áreas de proteção total integram áreas de nidificação e de repouso essenciais para diversas espécies de aves de conservação prioritária e espécies raras da flora. 3—Esta áreas têm como objetivos: a) Garantir a manutenção dos elementos e dos processos naturais em estado tendencialmente imperturbável; b) Preservar amostras ecologicamente representativas num estado dinâmico e evolutivo. 4 — Nestas áreas é interdita a edificação.	26,93

Ao nível das **condicionantes**, e segundo regulamento do PDM a elaboração, apreciação e aprovação de quaisquer planos, programas, estudos ou projetos, bem como o licenciamento ou autorização de operações urbanísticas e, em geral, de quaisquer atos jurídicos ou operações materiais que impliquem a alteração ou mudança de uso dos solos, fica ainda condicionada às

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

servidões e restrições de utilidade pública identificadas na Planta de Condicionantes, que no caso em estudo são as seguintes:

Quadro 12 – Condicionantes definidas no PDM de Castelo Branco para a área de estudo.

Condicionante	Área (ha)
Reserva Ecológica Nacional (REN)	765,72
Reserva Agrícola Nacional (RAN)	24,53
Povoamentos de Sobro e ou Azinho	52,08
Zona Reservada da Albufeira de Monte Fidalgo	52,96
Zona de Proteção da Albufeira de Monte Fidalgo (500m)	699,13
Parque Natural do Tejo Internacional	1 512,09
Zona de Proteção Especial (ZPE) – PTZPE0042	1 477,02
Condicionante (pontos)	**n.º**
Ponto Arqueológico (CNS 10680)	1
Marco Geodésico	2

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) destina-se a defender as áreas de maiores potencialidades agrícolas, ou aquelas que foram objeto de importantes investimentos destinados a aumentar a sua capacidade produtiva, tendo como objetivo o progresso e a modernização da agricultura portuguesa (o pleno aproveitamento agrícola dos melhores solos e a sua salvaguarda). A Reserva Agrícola Nacional é constituída principalmente por solos de Capacidade de Uso das classes A e B, bem como por solos de baixas aluvionares e coluviais e ainda por solos de outros tipos cuja integração nas mesmas se mostre conveniente para a prossecução dos fins previstos.

O regime jurídico da RAN (a definição das áreas constituintes, bem como as especificidades de uso e de manutenção dessas áreas) foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 169/89 de 14 de junho, alterado pelo Decreto de Lei nº73/2009 de 31 de março, e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro.

Nos solos da RAN são proibidas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, sendo as atividades agrícolas objeto de tratamento preferencial em todas as ações de fomento e apoio à agricultura, desenvolvidas pelas entidades públicas.

A Reserva Ecológica Nacional (REN) foi instituída pelo Decreto-Lei 321/83 de 5 de julho, tendo sido o seu regime jurídico revisto no Decreto-Lei 93/90 de 19 de março e alterado pelos Decretos-Lei 213/92 de 12 de outubro, n.º 79/95 de 20 de abril, n.º 180/2006 de 6 de setembro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto, que foi alterado e republicado no Decreto-Lei 239/2012 de 2 de novembro. Nestes documentos foram definidas como áreas de REN todas as áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais, com vista ao correto ordenamento do território. Deste modo, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, é garantida a proteção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas. O Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto, alterado e republicado no Decreto-Lei 239/2012 de 2 de novembro, aprova o novo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional define Reserva Ecológica Nacional como uma "estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial". O Regime da REN integra áreas de proteção do litoral, áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e de áreas de prevenção de riscos naturais.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Nos solos classificados como REN são assim proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas funções e potencialidades, nomeadamente operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e ações que potenciem a destruição do coberto vegetal. Os terrenos integrados na REN serão obrigatoriamente identificados em todos os instrumentos que definam a ocupação física e o ordenamento do território, nomeadamente os planos de ordenamento e os planos diretores municipais.

Povoamentos de Sobro e ou Azinho - O arranque e corte raso de montados de sobro e azinho fica condicionado ao disposto nos Decretos -Leis n.os 172/82, de 16 de maio e 14/77, de 6 de janeiro. Estas áreas são regulamentadas por legislação própria.

Ponto Arqueológico — O licenciamento de quaisquer obras de alteração ou conservação em imóveis classificados ou em vias de classificação deverá ser precedido da aprovação do respetivo projeto pelo Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.

Os sítios e os elementos isolados do património edificado a salvaguardar no âmbito do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco dividem -se em: Monumentos nacionais; Imóveis de interesse público; Imóveis de valor concelhio; Conjunto e sítios;

Podendo ser instituídas propostas de classificação referentes a imóveis, conjuntos arquitetónicos e ou sítios.

Nas zonas de proteção não é permitido executar quaisquer obras de demolição, instalação, construção ou reconstrução, em edifícios ou terrenos sem o parecer favorável do Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.

Os projetos de obras de qualquer tipo em edifícios classificados e respetiva área de proteção têm de ser elaborados e subscritos nos termos da legislação.

Se outra não resultar do decreto de classificação, os imóveis classificados criam uma zona de proteção de 50 m contados a partir dos limites exteriores dos imóveis obedecendo a tramitação dos processos de obras na envolvente à legislação em vigor para as zonas de proteção a imóveis classificados.

Os imóveis em vias de classificação são igualmente, nos termos legais, alvo de proteção numa zona de 50 m.

A proteção do património arqueológico existente no concelho deverá ser acautelada nos termos da secção III da Lei n.º 13/85, de 6 de julho.

Marcos geodésicos - A servidão respetiva é a estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril.

No PDM não existem diretrizes para **o ordenamento da albufeira classificada e respetiva zona terrestre de proteção**, remetendo o mesmo para o plano de ordenamento de albufeira de águas públicas. No entanto ressalva-se que este deve a obedecer aos objetivos da proteção e valorização dos recursos naturais em presença com especial incidência para os recursos hídricos nas suas componentes qualidade e quantidade.

As restrições ao nível do PDM identificadas na área de estudo encontram-se representadas na cartografia anexa (Carta de Condicionantes e Carta de Infra-estruturas).

5.3 DFCI

A defesa da floresta contra incêndios assume-se atualmente como uma prioridade, estruturando-se objetivamente com vista à definição de intervenções concertadas de curto-

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

médio prazos, com o intuito de otimizar o valor patrimonial coletivo e minimizar as perdas sociais. Deste modo, os Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) possibilitarão uma maior eficiência na prevenção, vigilância, deteção e fiscalização, gerindo eficiente e eficazmente os meios de combate e garantindo uma maior transversalidade e articulação de esforços entre todos os intervenientes no processo (Governo, autarquias, organismos e cidadãos).

Neste contexto, foi aprovado o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, com o objetivo de definir uma estratégia para a promoção de uma gestão dinâmica da floresta, criando condições para a progressiva depleção dos incêndios florestais. A aprovação do PNDFCI criou a figura do Plano Operacional Municipal (POM), integrante do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), de âmbito municipal e intermunicipal, como elemento de operacionalização, no que respeita a ações de vigilância, deteção, fiscalização, primeira intervenção e combate.

A área de estudo encontra-se integrada na área de influência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Castelo Branco. Este PMDFCI encontra-se aprovado pela entidade competente (ICNF) e pelas Comissões Municipais de DFCI. Deste modo, foram consideradas neste plano os mosaicos de parcelas de gestão de combustível (MPGC) presentes na propriedade, assim como outros elementos estruturantes de DFCI constantes no respetivo PMDFC, tais como a rede viária e os pontos de água.

Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível

A área de estudo encontra-se inserida na Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Monforte da Beira/Malpica do Tejo, esta ZIF tem um plano de gestão florestal aprovado, que comtempla faixas e mosaicos de gestão de combustível, que complementam o PMDFCI.

Desta forma, foram identificados as seguintes faixas e mosaicos de gestão de combustível:

- Faixa de protecção de 50 m à volta das edificações integradas em espaços rurais (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos), com uma área de 1,78 ha;
- Faixa de protecção imediata, sem obstáculos, aos pontos de água, num raio mínimo de 30 m, contabilizados a partir do limite externo dos mesmos, com uma área de 1,08 ha;
- Os Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (Mosaicos PGC), foram identificados na área de estudo um total de 4,66 ha de mosaicos.

As infraestruturas de DFCI encontram-se representadas na Figura 9.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

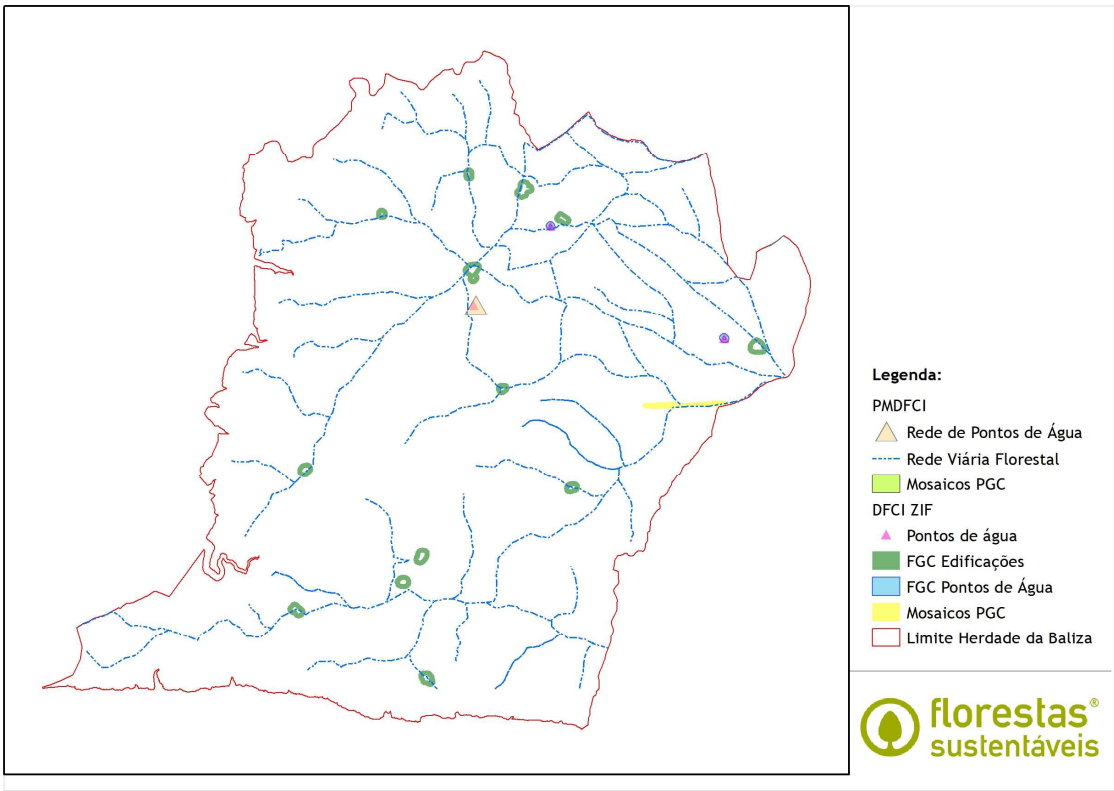


Figura 9. – Elementos DFCI ocorrentes na propriedade

Segundo o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, a rede de faixas de gestão de combustível define-se como o conjunto de parcelas lineares de território, estrategicamente localizadas, onde se garante a remoção total ou parcial de biomassa florestal, através da afetação a usos não florestais e do recurso a determinadas atividades ou a técnicas silvícolas com o objetivo principal de reduzir o perigo de incêndio.

Segundo o mesmo diploma, os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustíveis dividem-se em:

1. Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:

   a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

   b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

   c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

2. No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida a preservação do arvoredo o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.

3. Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

a) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando -se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.

b) Excecionalmente, no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir -se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.

c) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

d) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

4. No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

5. A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excecionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodo ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.

(Adaptado Decreto-Lei n.º 10/2018 de 14 de fevereiro.)

Rede Viária florestal

Segundo o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual a rede viária florestal é o conjunto de vias de comunicação integradas nos espaços que servem de suporte à sua gestão, com funções que incluem a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais e das pastagens.
De acordo com o PMDFCI de Castelo Branco, a área de estudo possui 73 423 m de rede viária florestal.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Rede de Pontos de Água

Segundo o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual a rede de pontos de água é o conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios.
De acordo com o PMDFCI de Castelo Branco, a área de estudo possui 1 ponto de água com Condições para a utilização em DFCI.

Todos os elementos do DFCI identificados na área de estudo encontram-se representados na carta de condicionantes, apresentada em anexo.

5.4 Outros Ónus Relevantes para a Gestão

Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

A área de estudo está incluída na área de influência da ZIF de Monforte da Beira/Malpica do Tejo, sendo o seu proprietário, aderente da mesma.

A ZIF de Monforte da Beira/Malpica do Tejo (ZIF n.º 14, processo n.º 62/06-DGRF) com a área de 34 090,58 ha, é criada a 30 de Abril de 2008 através da Portaria 360/2008 de 12 de Maio, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Monforte da Beira e Malpica do Tejo, município de Castelo Branco, a gestão da ZIF é assegurada pela AFLOBEI — Associação de Produtores Florestais da Beira Interior, com o número de pessoa colectiva 504513184 e com sede na Avenida do General Humberto Delgado, 57, 1.º,6000 -081 Castelo Branco.

A ZIF, tem um PGF próprio, cujas medidas de gestão se encontram incorporadas no presente plano.

Áreas Classificadas

A área de estudo encontra-se parcialmente inserida em área protegida (AP), mais concretamente no Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) em Zona de Proteção Especial Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042) e completamente englobada Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo/Tajo Internacional.

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, tendo os seus limites sido retificados pelos Decretos Regulamentares nºs 3/2004, de 12 de fevereiro, e 21/2006, de 27 de dezembro.

A criação do PNTI justificou-se pela necessidade de promover a conservação de valores de relevante importância biológica no sentido de assegurar condições de reprodução para espécies muito suscetíveis à perturbação como sejam a cegonha-negra, o abutre do Egipto, o grifo, a águia-real, a águia de Bonelli e o bufo-real, entre outras espécies.

O interesse na proteção, conservação e gestão deste território encontra-se demonstrado pela necessidade de assegurar a conservação dos valores naturais que estiveram na origem da classificação desta área como Parque Natural, pelo citado Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de Agosto, e como zona de proteção especial (ZPE), pelo Decreto -Lei n.º 384 -B/99, de 23 de Setembro, no âmbito da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Diretiva Aves), integrando, nessa medida, a Rede Natura 2000.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2004, de 20 de Março, determinou a elaboração do Plano de Ordenamento do PNTI, em conformidade com o disposto no Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que aprovou o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.de Março, determinou a elaboração do Plano de Ordenamento do PNTI (POPNTI), em conformidade com o disposto no Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que aprovou o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

O POPNTI tem como objetivo estabelecer os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixar os usos e o regime de gestão a observar na sua área de intervenção com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações aí presentes.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI), cujo Regulamento e respetivas plantas de síntese e de condicionantes são publicados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008 de 24 de novembro, alterado pela RCN nº 67/2013 de 28 de outubro e RCN n.º 19/2014 de 10 de março.

Segundo a planta síntese do POPNTI, a área alvo deste plano que se encontra parcialmente inserida no PNTI, e está abrangida pelas seguintes classes de espaços de ordenamento:

Quadro 13 – Figuras de ordenamento PO PNTI

Figura de ordenamento	Área(ha)
Interdição à Pesca	6,73
Intervenção Específica para o Eucaliptal e Pinhal	867,18
Proteção Complementar - Tipo I	12,85
Proteção Complementar - Tipo II	872,15
Proteção Parcial - tipo I	596,20
Proteção Total	27,15

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

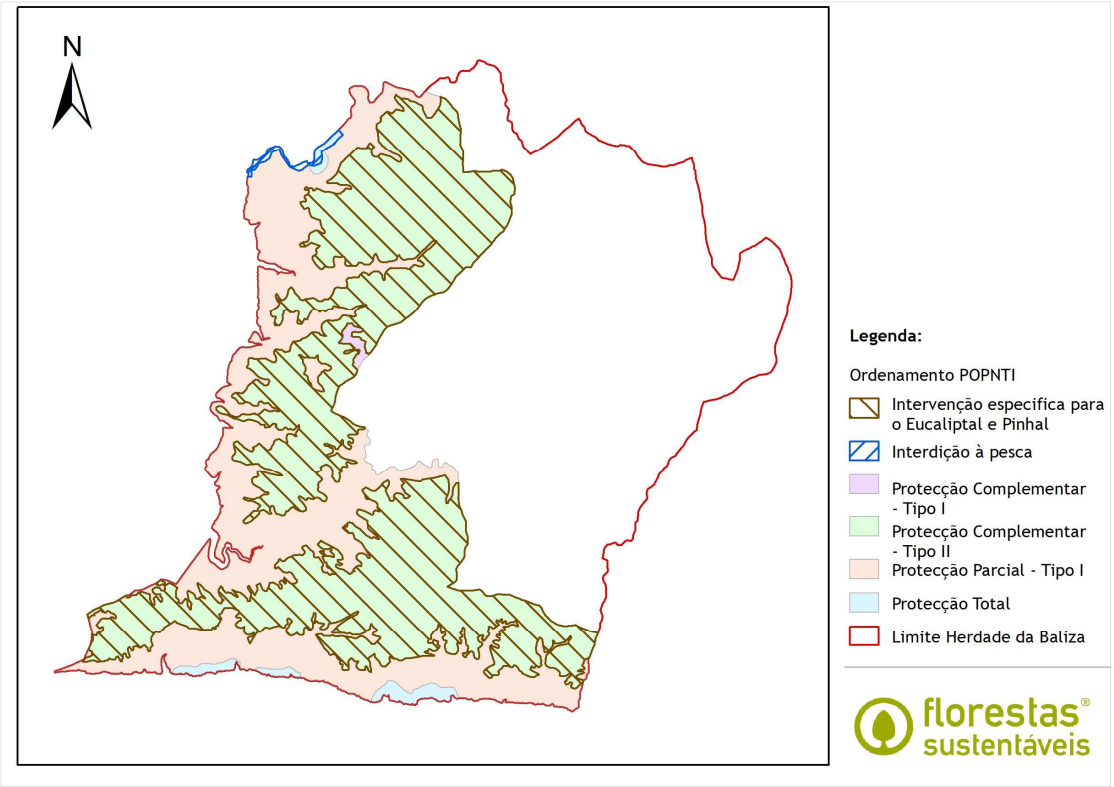


Figura 10. – Extrato da planta de síntese PO PNTI

De acordo com PO PNTI as figuras de ordenamento afetadas têm as seguintes condicionantes:

Espaços de Proteção Total

Estes espaços correspondem a áreas onde os valores naturais assumem um carácter de excecionalidade do ponto de vista da conservação da natureza e que se caracterizam por elevada sensibilidade ambiental. Estas áreas destinam-se a garantir a manutenção dos processos naturais em estado de perturbação mínima. Na área do PNTI esta categoria foi apenas atribuída às vertentes rochosas e à sua vizinhança imediata (faixa de 50 metros de proteção). Assim, apresentam uma reduzida expressão em termos de área ocupada no PNTI, sendo, contudo, cruciais para a conservação de muitas das suas espécies prioritárias. Com a atribuição deste regime de proteção pretende-se preservar locais de elevado potencial biológico e extrema sensibilidade à perturbação humana, nomeadamente devido à presença de ninhos de aves de conservação prioritária e espécies raras da flora biologicamente muito sensíveis.

Espaços de Proteção Parcial Tipo I

Estes espaços correspondem a áreas que contêm valores naturais e paisagísticos cujo significado, do ponto de vista da conservação da natureza, se assumem no seu conjunto como relevantes, ou, tratando-se de valores excecionais, apresentam uma sensibilidade moderada. Estas áreas destinam-se a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos. No PNTI estas áreas destinam-se a proteger diferentes habitats e espécies, tendo em comum a necessidade de manter um nível relativamente baixo de intervenção. Nesta categoria está incluída uma faixa de 500m em volta dos Espaços de Proteção Total, servindo assim, como tampão relativamente às áreas mais críticas em termos de conservação da natureza.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Desta faixa foram excluídas as áreas cujas atividades não se coadunassem com este nível de regime de proteção, como sejam, eucaliptais e pinhais explorados, olivais, montados e zonas agrícolas, sendo que, nestes casos, a faixa de proteção ficou apenas com 250 metros. Também neste regime de proteção surgem os tamujais e os zambujais, visto serem comunidades que, para se manterem, necessitam de um mínimo de perturbação, o que por si só poderá ser facilitado pela fisionomia e natureza dos locais em que se encontram. Esta categoria foi também aplicada aos troços de rio onde é essencial a manutenção de níveis de perturbação muito reduzidos durante todo o ano e que, em simultâneo, possuem comunidades de peixes dulciaquícolas muito relevantes.

Espaços de Proteção Complementar Tipo I

Estas áreas correspondem a espaços que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de proteção total ou parcial, mas que frequentemente também incluem elementos naturais e paisagísticos relevantes, com um elevado potencial de valorização mediante o desenvolvimento de ações de gestão adequadas.
O seu objetivo é compatibilizar as intervenções humanas com os valores naturais e paisagísticos e o amortecimento de impactes relativamente às áreas de proteção total e parcial.
No PNTI, estes espaços englobam áreas com interesse agro-silvo-pastoril onde não ocorrem espécies prioritárias da fauna, pelo que a sua sensibilidade ecológica não justifica a inclusão em regimes mais restritivos.
Inclui também os troços dos cursos de água onde é permitida a navegação por embarcações de recreio e turísticas e de pesca recreativa e profissional. Nestes troços, a reduzida densidade de ninhos de aves rupícolas de elevado valor conservacionista, aliada ao facto de a maioria das espécies serem migradoras estivais, leva a que o impacte da navegação seja substancialmente reduzido, desde que se respeite a época de reprodução das espécies mais sensíveis.

Espaços de Proteção Complementar Tipo II

Estes espaços correspondem a áreas que apresentam situações de marcada degradação ambiental, mas cuja conservação é necessária devido a estabelecerem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de proteção total, parcial ou complementar I, podendo também apresentar localmente alguns elementos naturais e paisagísticos relevantes.
Estes espaços têm como objetivo principal a recuperação ambiental, para que seja possível cumprirem funções de conservação dos valores naturais e paisagísticos e de amortecimento de impactes. No PNTI, estes espaços correspondem a áreas de eucaliptal e pinhal, cujo interesse ecológico é muito marginal, necessitando de uma gestão no sentido da sua recuperação.

Áreas de Intervenção Específica

As áreas de intervenção específica compreendem espaços com elevado interesse, real ou potencial, para a conservação do património, que devido a fortes ações antrópicas a que são sujeitas necessitam de medidas específicas de proteção, recuperação, reconversão ou reabilitação.

Na propriedade alvo deste plano existem, as seguintes tipologias de áreas de intervenção específica:

a) Áreas de intervenção para a conservação da natureza e da biodiversidade:

- Área de intervenção específica do eucaliptal e pinhal

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Esta área de intervenção específica corresponde a espaços ambientalmente degradados devido à sua ocupação por eucaliptal e pinhal. O objetivo principal desta área é encontrar formas de gestão florestal do eucaliptal e pinhal que permitam aumentar o seu valor natural e paisagístico.

Para a sua concretização propõe-se a elaboração de Planos de Intervenção Específica a elaborar e suportados pelo PNTI em colaboração com a DGRF e os respetivos proprietários.

A ZPE do Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042), classificada através do Decreto-lei nº 384-B/99 de 23 de setembro, é composta essencialmente pelos vales dos rios Tejo Pônsul, Aravil e Erges e seus afluentes, caracterizados por encostas bastante declivosas, cobertas por matagal mediterrânico rico e diverso, com afloramentos rochosos frequentes, dominados pelo xisto e, pontualmente, granito (canhões fluviais de Salvaterra do Extremo e Segura). As áreas adjacentes, mais aplanadas, cobertas por montado de azinho, eucaliptais, terrenos de cultivo maioritariamente tradicional (olival e cereais de sequeiro), pastagens e matos esclerófilos.

Este mosaico de habitats, constituído por áreas semi-naturais pouco intervencionadas, montados com e sem sub-coberto e áreas de uso agro-pecuário extensivo, associado a uma cada vez mais organizada gestão cinegética, possibilitam a existência de populações importantes de aves ameaçadas tipicamente rupícolas e associadas ao bosque mediterrânico.

A área caracteriza-se por albergar uma elevada diversidade de espécies, com especial relevância para aquelas tipicamente rupícolas, que nidificam nas encostas escarpadas do vale do Rio Tejo e afluentes (Cegonha-preta, Bufo-real, Britango, Grifo, Águia de Bonelli, Águia-real e Chasco-preto), algumas das espécies típicas do bosque mediterrânico que se contam entre as mais ameaçadas.
As suas orientações de gestão estão compiladas na sua ficha especifica integrante do plano sectorial da rede natura 2000.
De acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, na área afeta a este plano, foi registada a ocorrência das seguintes espécies:

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 14 – Espécies com Ocorrência na propriedade de acordo com o PSRN2000

Nome Comum	Nome Científico	Nome Comum	Nome Científico
Abutre-preto	*Aegypius monachus*	Geneta	*Genetta genetta*
Águia-calçada	*Hieraaetus pennatus*	Gilbardeira	*Ruscus aculeatus*
Águia-cobreira	*Circaetus gallicus*	Grifo	*Gyps fulvus*
Aguia-imperial	*Aquila adalberti*	Lírio-amarelo-do-monte	*Iris lusitanica*
Águia-perdigueira, Águia de Bonelli	*Hieraaetus fasciatus*	Lontra	*Lutra lutra*
Aguia-real	*Aquila chrysaetos*	Milhafre-preto	*Milvus migrans*
Barbo-comum	*Barbus bocagei*	Milhafre-real ou Milhafre-de-rabo-de-bacalhau	*Milvus milvus*
Boga-comum	*Chondrostoma polylepis*	Narciso	*Narcissus triandrus*
Boga-de-boca-arqueada	*Rutilus lemmingii*	Rã-de-focinho-ponteagudo	*Discoglossus galganoi*
Bordalo	*Rutilus alburnoides*	Rã-verde	*Rana perezi*
Britango ou Abutre do Egipto	*Neophron percnopterus*	Rela-comum	*Hyla arborea*
Bufo-real	*Bubo bubo*	Rela-meridional	*Hyla meridionalis*
Cagadado-mediterranico	*Mauremys leprosa*	Sacarrabos	*Herpestes ichneumon*
Cágado-de-carapa	*Emys orbicularis*	Sapo-corredor	*Bufo calamita*
Campainhas-amarelas-do-monte	*Narcissus bulbocodium*	Sapo-de-unha-negra	*Pelobates cultripes*
Cegonha-preta	*Ciconia nigra*	Sapo-parteiro-comum	*Alytes obstetricans*
Chasco-preto	*Oenanthe leucura*	Sapo-parteiro-ibérico	*Alytes cisternasii*
Cobra-de-ferradura	*Coluber hippocrepis*	Tourão	*Mustela putorius*
Cobra-de-pernas-pentad	*Chalcides bedriagai*	Tritão-marmorado	*Triturus marmoratus*
Cumba	*Barbus comizo*	Verdemã-comum	*Cobitis paludica*
Gato-bravo	*Felis silvestris*		

As condicionantes ás operações florestais nestes habitats, estão descritas em pormenor no ponto 4.7 -Programa de Gestão da Biodiversidade do **Modelo de Exploração**.

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo/Tajo Internacional, foi criada em 2016 e está inserida no programa científico da UNESCO, intitulado Man and the Biosphere (MaB).

Este programa foi criado em 1971 numa perspetiva de promover o equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais. O Programa, inicialmente muito centrado na conservação da natureza, foi-se adaptando aos novos desafios globais e atualmente tem como desiderato a conservação da biodiversidade e do património cultural, a promoção do desenvolvimento económico sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.
Conjuga a aplicação das ciências exatas e naturais com as ciências sociais. Os principais objetivos deste Programa consubstanciam-se no terreno através da designação de Reservas da Biosfera, territórios onde existe um mosaico de ecossistemas importantes e representativos de uma determinada região biogeográfica que funcionam como laboratórios vivos, onde se ensaiam iniciativas de conservação, gestão, investigação, sensibilização, divulgação, promoção e

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

utilização sustentável dos recursos endógenos em cooperação com as populações e os atores de desenvolvimento local.
As Reservas da Biosfera, enquanto áreas piloto e laboratórios de sustentabilidade onde se promovem iniciativas inovadoras e a transferência de conhecimento para outros territórios, são também espaços de apoio ao desenvolvimento de práticas e implementação de estratégias nas áreas do Desenvolvimento Sustentável (economia verde, economia circular, …) e das Alterações Climáticas.
O Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/ 2008, de 24 de julho, alterado pelo Decreto Lei nº 242/2015, de 15 de outubro) enquadra as Reservas da Biosfera no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).
São designadas Áreas abrangidas por designações de conservação de caráter supranacional (artigo 26º) que têm por objetivo o reforço da proteção e a manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais associados.
Nestas consideram-se as áreas classificadas por instrumentos jurídicos internacionais de conservação da natureza e da biodiversidade de que Portugal seja parte, cujos valores naturais sejam reconhecidos como de relevância supranacional.

O âmbito de intervenção da Rede Nacional das Reservas da Biosfera da UNESCO integra as seguintes linhas de ação:

1. Atuar como uma rede para o intercâmbio de conhecimentos, troca de experiências, informações, promoção e divulgação das reservas da biosfera portuguesas;
2. Colaborar ativamente com as entidades e atores envolvidos nos territórios das reservas da biosfera, bem como com as Redes e Programas UNESCO;
3. Sensibilizar para a necessidade de preservar e conservar o património natural e cultural e garantir um desenvolvimento sustentável destes territórios, em conformidade com os objetivos da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável e princípios orientadores da UNESCO;
4. Promover atividades educativas conjuntas, enquadradas nos objetivos do Programa MAB, incluindo temáticas promovidas pelas Redes e Programas UNESCO;
5. Incentivar atividades conjuntas de valorização dos territórios onde as reservas da biosfera se inserem, numa perspetiva de turismo sustentável, nomeadamente, através da visitação, mostras, participação em feiras de turismo nacionais e internacionais;
6. Articular a ação da Rede Nacional de Reservas da Biosfera da UNESCO com o Comité Nacional MAB;
7. Promover atividades culturais conjuntas de projeção nacional e internacional;
8. Promover e concertar soluções entre as reservas da biosfera com vista a assegurar condições de elegibilidade para o financiamento de projetos transversais à Rede.

Regime Cinegético

A propriedade encontra-se, concessionada ao Regime Cinegético sob a figura de uma Zona de Caça Turística (ZCT). Esta zona de caça com o Processo nº 2183/AFN, foi concessionada através portaria nº 689/99 de 24 de agosto, publicado em Diário da República.

A concessão desta foi renovada à COSABE- Companhia Silvo-Agrícola da Beira, SA, pessoa coletiva n.º 500 077 959, pelo despacho 3016/2019 VPCD_PS/073/2019, de 22 de novembro de 2019, por um período de 6 anos, sendo constituída por um prédio rústico, com uma área total de 2799 ha.

Esta encontra-se a ser explorada de acordo com o Plano de Ordenamento e Exploração Cinegética (POEC), atualizado á data da renovação supracitada.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Certificação florestal

A área de intervenção encontra-se certificada de acordo com a norma *Forest Stewardship Council* (FSC), com o número de certificado FSC: GFA-FM/COC-002454, e Código de licença FSC: FSC- C004615, onde a propriedade faz parte integrante e identificada através da UGF nº 9766.

Outros ónus

Foi identificado na área de estudo 1 ponto de património não classificado (PDM Castelo Branco). Este ponto é do tipo *mamoa* e denomina-se de "*Barreira Cimeira*".

Existem 2 marcos geodésicos na propriedade, de 3ª ordem e do tipo tronco de cone. Estes encontram-se identificados como Fiadeira e Barreira.

As medidas especificas de proteção a marcos geodésicos constantes no Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril, são as seguintes:

a) Os marcos geodésicos e de triangulação cadastral ou outras referências construídas pelo Instituto Geográfico Português têm zonas de proteção que abrangem uma área em redor do sinal com o raio mínimo de 15 m;
b) A extensão da zona de proteção é determinada, caso a caso em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais;
c) Os proprietários ou usufrutuários dos terrenos situados dentro da zona de proteção referida não podem fazer plantações, construções, e outras obras ou trabalhos de qualquer natureza que impeçam a visibilidade das direções constantes das minutas de triangulação revista;
d) Os projetos ou obras ou planos de arborização na proximidade de marcos geodésicos ou de outras referências construídas pela direção geral do território, não podem ser licenciados sem prévia autorização da direção geral do território.

Foi encontrado na propriedade um apiário, a ser explorado pelo apicultor com o número 243647.

A área alvo deste plano não se encontra submetida ao Regime Florestal, e não foram identificadas outras restrições de utilidade pública como sejam linhas de alta tensão, oleodutos nem gasodutos.

As restrições de utilidade pública identificadas na área de estudo encontram-se representadas na cartografia anexa (Carta de Condicionantes e Carta de Infra-estruturas).

6. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 Caracterização dos Sistemas de Ocupação do Solo

A ocupação do solo constitui um instrumento privilegiado para a monitorização da dinâmica do território, designadamente no que respeita à evolução dos espaços florestais. A informação relativa à ocupação do solo é, portanto, uma das principais bases de partida para qualquer processo de planeamento e ordenamento do território.

A componente de ocupação do solo foi determinada através de levantamentos de campo realizados com base em ortofotomapas provenientes do consórcio, Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AEX, Getmapping, Aerogrid, IGN, IGP, swisstopo, and the GIS User Community, constituindo assim um importante suporte para o planeamento das propostas de intervenção a realizar futuramente.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

A ocupação do solo da área de estudo foi classificada em 6 grandes sistemas de ocupação: Áreas agrícolas, áreas florestais, Infraestruturas, massas de água, área social, incultos.

As áreas agrícolas correspondem a terras aráveis, culturas anuais, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes.

As áreas florestais englobam todos os espaços que, de forma natural ou artificial, se encontram ocupados por povoamentos florestais, incluindo as galerias ripícolas, com um grau de coberto superior ou igual a 10%. Incluem-se nesta classe de espaço as áreas ardidas, desde que a sua ocupação anterior seja igualmente florestal, as áreas de povoamentos florestais sujeitos a corte raso e as áreas arborizadas.

Massas de água, correspondem ás áreas inundadas associadas a barragens, charcas e cursos de água.

As áreas sociais são constituídas por áreas de habitação, podendo englobar desde áreas urbanas a habitações isoladas no espaço rural, bem como estruturas de apoio à agricultura, nomeadamente barracões, currais entre outros.

Incultos – Áreas incultas, matos, matagais, silvados e pastagens pobres.

Infraestruturas, são compostas pelas áreas ocupadas por caminhos e outras vias de acesso e de comunicação ao interior da propriedade.

Como podemos constatar na figura 11, a propriedade tem uma vocação Florestal, as áreas florestais ocupam cerca de 96,1% da área de estudo e as áreas agrícolas ocupam cerca de 1,1%. Os incultos, massas de água, área social e infraestruturas ocupam, 0,7%, 0,02%, 0,1% e 2% da área de estudo respetivamente.

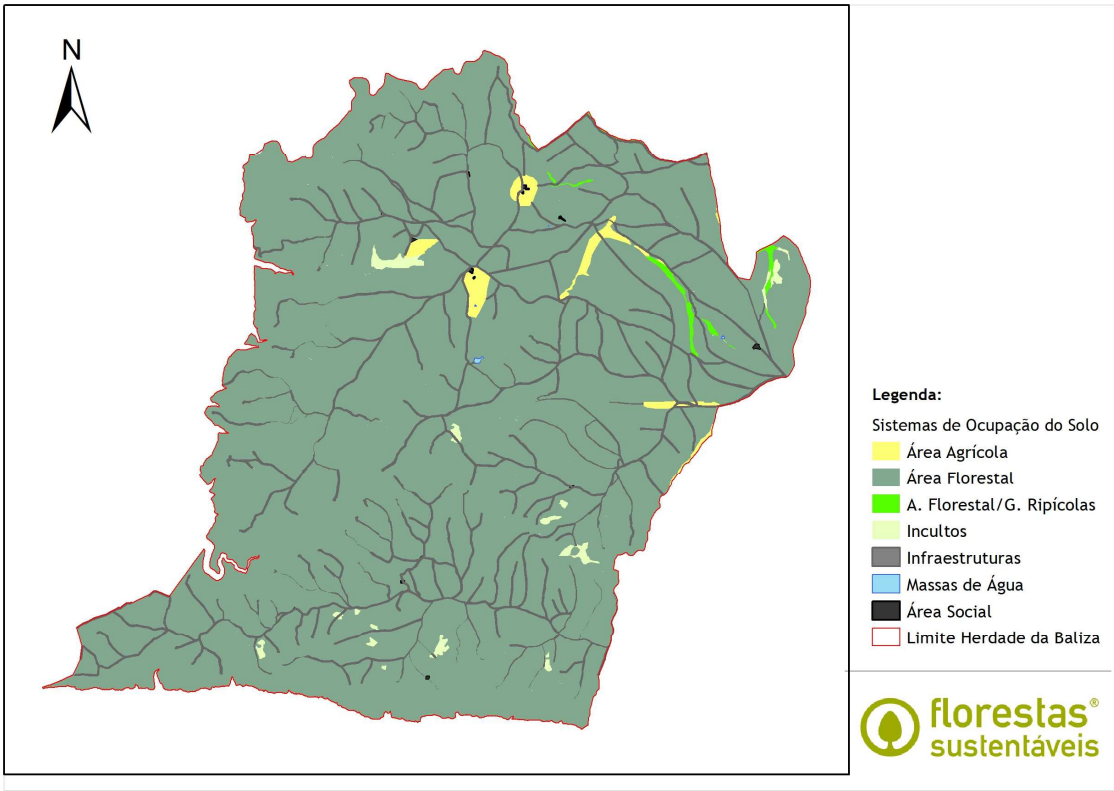


Figura 11. – Sistemas de Ocupação

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Como se observa na figura 12, a espécie florestal que predomina na propriedade é o eucalipto, que se encontra representada em povoamentos com várias densidades. Os eucaliptais têm um plano de cortes que se iniciou em 2016 e irá até 2019, estando a iniciar a sua 4ª rotação. A outra espécie arbórea existente na propriedade alvo de exploração ativa é o sobreiro, que é explorado em uma única tirada, pelo método de pau batido e em intervalos de 9 em 9 anos sendo a próxima tirada no ano de 2019.

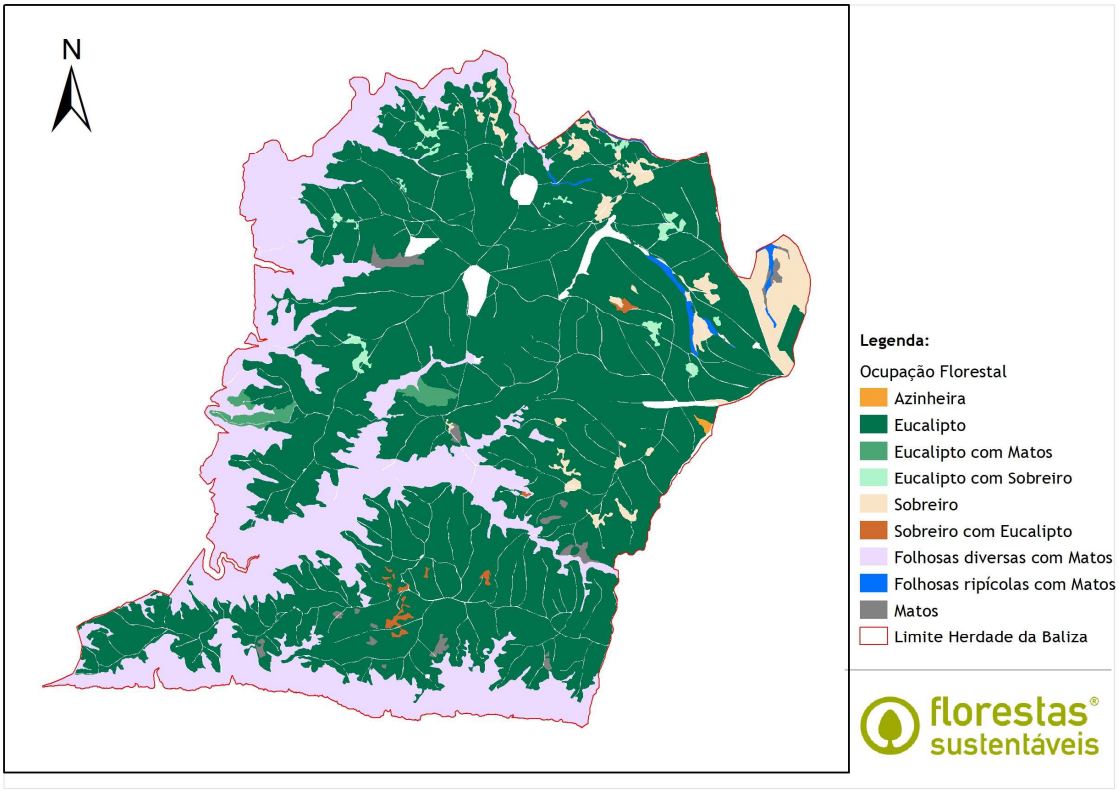


Figura 12. – Ocupação Agro – Florestal

6.2 Caracterização Silvopastoril

A Silvopastorícia é uma "cultura pastoril", em áreas florestais e complementares da floresta, que consocia o gado, as árvores e a pastagem. Esta atividade não é praticada na área de intervenção.

6.3 Caracterização das Infraestruturas

Áreas sociais

Na área de estudo existem 19 edificações que se dividem entre: apoios agrícolas, habitações abandonadas e ruínas.

Infraestruturas Florestais

O espaço florestal exige um conjunto de infraestruturas que são necessárias à sua gestão e que, não sendo diretamente produtivas, concorrem para um correto e normal desenvolvimento da atividade.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

As infraestruturas florestais representam os elementos fundamentais de toda a organização do espaço florestal e prendem-se com a necessidade de providenciar passagem para os povoamentos florestais de todos os equipamentos, maquinaria e pessoal, de facilitar a remoção dos produtos florestais e de auxiliar na prevenção, deteção e combate aos incêndios florestais.

A rede viária consiste no grupo de infraestruturas integradas nos povoamentos florestais que servem de suporte à sua gestão e se agrupam fundamentalmente em 3 tipos: caminhos florestais, estradões e trilhos de exploração. O primeiro, representado pelos caminhos florestais, constitui a "espinha dorsal" da rede viária, fazendo a ligação com as estradas públicas. Estes caminhos têm em geral entre 5 e 6 metros de largura, permitindo a circulação de veículos sem tração durante todo o ano. No segundo, incluem-se os estradões, os quais constituem a rede secundária da área de intervenção, ligando-se na maior parte dos casos com os caminhos florestais. Estes têm em geral entre 3 a 4 metros de largura devendo ser circuláveis durante todo o ano a veículos com tração. Por último, os trilhos servem de suporte à atividade florestal. De uma forma geral, a distribuição da rede viária no espaço rural deverá efetuar-se equitativamente por toda a área, aconselhando-se uma densidade entre os 25 e os 40 metros por hectare, de acordo com as características do terreno em causa.

Por rede divisional entende-se a rede composta pelos aceiros, arrifes e faixas corta-fogo, que consistem em faixas retilíneas, onde se realizam periodicamente limpezas de vegetação espontânea, com funções essencialmente de compartimentação e de acesso. Os aceiros e os arrifes caracterizam-se por neles se proceder à remoção total dos combustíveis existentes, designando-se, por esta razão, Faixas de Interrupção de Combustíveis (FIC). As faixas corta-fogo ou Faixas de Redução de Combustíveis (FRC), não constituem mais do que aceiros com alguma vegetação, pelo facto de neles se manter, propositadamente, vegetação.

De um modo geral, os aceiros têm largura compreendida entre 5 e 20 metros e os arrifes têm largura entre 3 e 10 metros. As faixas corta-fogo são implantadas com largura e densidade superiores aos anteriores, em virtude de a remoção da vegetação ser apenas parcial. No conjunto, este tipo de infra-estruturas deverá apresentar uma densidade entre os 30 e 40 metros por hectare.

No âmbito da defesa da floresta contra incêndios, e dando cumprimento ao estabelecido no o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pela Lei nº 76/2017 de 17 de agosto, nomeadamente às medidas de organização do território, de silvicultura e de infraestruturação, a rede divisional da propriedade constitui a rede terciária de faixas de gestão de combustível, sendo a rede primaria estabelecida a nível nacional através dos PROF e a rede secundária ao nível municipal ou intermunicipal através dos PMDFCI e PIDFCI.

No quadro 15 procede-se à caracterização da rede viária e rede divisional.

Quadro 15 – Caracterização da rede viária na propriedade

Tipo		Extensão (m)	Densidade (m/ha)	Estado de Conservação (*)
Rede viária	Caminhos Florestais	10 450	3,64	Médio
	Estradões	25 016	8,72	Médio
	Trilhos	89 606	31,24	Médio
Rede divisional	Aceiros	104 447	36,42	

(*) Estado: (Muito bom = Transitável), (Bom/Médio = Transitável em parte), (Mau = Não transitável).

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Mediante a análise dos dados obtidos, e explicitados no quadro 15, é possível estimar a densidade da rede vária e rede divisional para a área de estudo, tendo-se obtido um valor global de cerca de 42 m/ha para a rede viária e 36 m/ha na rede divisional. Tomando como referência os valores referidos anteriormente e a distribuição efetiva da rede viária e rede divisional na área de estudo, consideramos que a rede viária se encontra bem dimensionada e a rede divisional deficitária. Desta forma planeamos a implementação de uma rede divisional mais estrutural, de modo a melhorar a compartimentação e a proteção da propriedade contra os incêndios.

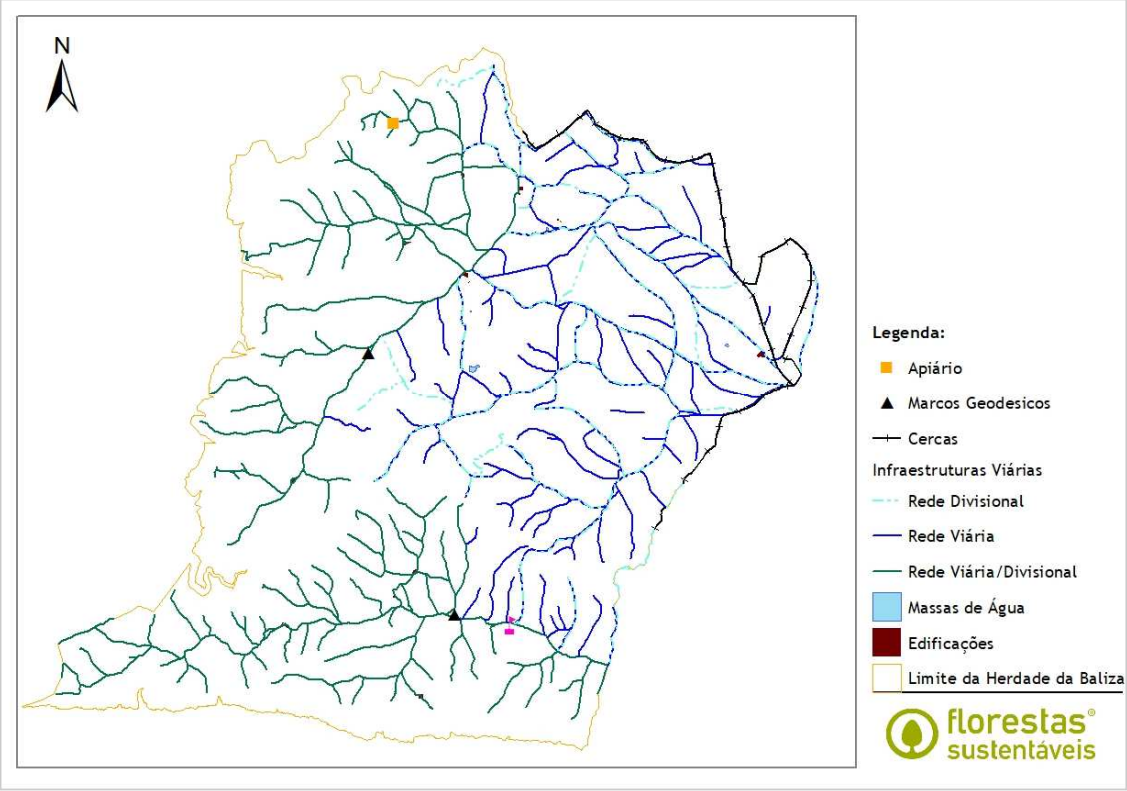


Figura 13. Infraestruturas

Segundo a Portaria n.º 133/2007 de 26 de janeiro, entende-se por "pontos de água quaisquer massas de água estrategicamente localizadas e permanentemente disponíveis para a utilização nas atividades de DFCI através de bombas, queda gravítica, veículos terrestres, meios aéreos ou outros, subdividindo-se em estruturas de armazenamento de água, planos de água e tomadas de água". De uma forma geral, os planos de água dividem-se em artificiais e naturais. Os planos de água artificiais por sua vez dividem-se em albufeiras de barragem, albufeiras de açude, canais de rega e charcas. Na área de estudo, foram identificados 4 pontos de água do tipo charca.

Relativamente a outras infraestruturas, foram detetadas na propriedade infraestruturas de apoio a atividade agroflorestal, nomeadamente alguns portões de condicionamento á propriedade, cercas, comedouros e bebedouros afetos á atividade cinegética.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

7. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA PROPRIEDADE

As áreas objeto deste PGF, segundo a Portaria nº 55/2019 de 11 de fevereiro que aprova o PROF Centro Interior, estão classificadas nas SRH´s "*Raia Sul*" e "*Tejo Internacional*" que têm como principais funções, a Produção, a Conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos, a Proteção e a Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores.

Seguidamente será efetuada uma breve súmula dos principais contributos desta propriedade para cada uma destas funções:

7.1 Produção

Atualmente a função de produção é assegurada pela exploração do eucaliptal para madeira e do sobreiro para cortiça, principais produtos agro-florestais explorados. Um dos objetivos do presente plano é melhorar as condições dos povoamentos de forma a atingir melhores resultados ao nível da produção dos produtos agro-florestais.

7.2 Conservação dos Habitats de espécies da fauna e da flora e de Geomonumentos

A propriedade encontra-se parcialmente inserida no Parque Natural do Tejo Internacional, e na Zona de Proteção Especial Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042), pelo que a proteção e conservação dos habitats das principais espécies de aves classificadas com ocorrência na propriedade será uma prioridade aquando do planeamento das ações a executar no âmbito deste plano.

7.1 Proteção

A propriedade encontra-se parcialmente inserida em REN. Pelo que a proteção contra a erosão hídrica do solo e a proteção das linhas de água e zonas envolventes das mesmas, é um fator que deve ser observado, aquando do planeamento das ações agro-florestais.

A propriedade tem áreas ocupadas por sobreiros e azinheiras, existindo regeneração natural em particular de azinheira, pelo que a proteção e fomento destas espécies será um dos principais objetivos do presente plano.

7.1 Função de Silvopastorícia, Caça e Pesca em águas interiores

Atualmente a propriedade não apresenta características onde se possam enquadrar a função de silvopastorícia, uma vez que as áreas agrícolas são diminutas.

No que se refere à exploração cinegética esta propriedade encontra-se concessionada a uma Zona de Caça Turística, pelo que já existe uma exploração dos recursos cinegéticos efetuados de forma ordenada e sustentável de acordo com o POEC.

A função da Pesca não se aplica à propriedade.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

B. MODELO DE EXPLORAÇÃO

I. PLANO DE EXPLORAÇÃO E DE INTERVENÇÃO

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA GESTÃO

Em termos de histórico da exploração agro-silvo-pastoril da propriedade, as áreas florestais produzem um rendimento regular proveniente da madeira de eucalipto e da extração da cortiça.

Estas áreas são sujeitas com regularidade a operações de gestão, tais como o controlo da vegetação espontânea, podas de formação e seleção de varas. Estas ações implementadas no, têm como objetivos a diminuição da competição interespecífica e a diminuição da carga de combustível no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.

Relativamente às intervenções na rede de infra-estruturas (rede viária e divisional) notou-se que existe alguma preocupação por parte do gestor na beneficiação das mesmas, encontrando-se na sua maioria em médio estado de conservação.

2. COMPARTIMENTAÇÃO PARA EFEITOS DE GESTÃO

A compartimentação da área de estudo para efeitos de gestão apresenta-se como uma ação de primordial importância na medida em que permite definir áreas homogéneas do ponto de vista de ocupação do solo e de composição de povoamentos florestais.

A estrutura de ordenamento e de gestão adotada assenta numa hierarquização, em que a unidade principal é a "Unidade Operativa de Gestão" (UOG), seguida da unidade "Talhão" e, por último, a menor unidade de planeamento, a "Parcela".

A UOG funcionará como macrozonamento de gestão e de ações silvícolas, o talhão e a parcela como unidades operativas para as quais se estabelecem ações concretas, que visam atingir os objetivos definidos para cada UOG.

Os critérios que estiveram na base da definição e delimitação das Unidades Operativas de Gestão foram o coberto arbóreo existente e o tipo de povoamento que se pretende fomentar na área de estudo.

De notar que, aquando da delimitação das Unidades Operativas de Gestão, foram excluídas as áreas agrícolas, áreas sociais e infra-estruturas existentes (caminhos, estradões e aceiros), onde não foi identificada qualquer atividade de gestão agro-florestal com inclusão no PGF.

Desta forma, como exemplo, a simbologia utilizada A:1:1, significa: Parcela 1 do Talhão A:1 da UOG A.

Neste PGF foram definidas, 1 unidades operativas de gestão, 7 talhões e 46 parcelas. Na cartografia anexa identificam-se as unidades compartimentadas.

2.1 Objetivos de Gestão

Os objetivos de gestão são um conjunto de intenções e ações que ao serem implementadas, pretendem impulsionar e incrementar as produtividades dos povoamentos florestais com vista à sua maior rendibilidade económica e maior valor ecológico. Neste sentido, são apresentados no quadro seguinte, a ocupação atual, a ocupação futura e os objetivos delineados para cada tipologia ocupação do solo existente na propriedade.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 16 – Situação inicial, objetivo e medidas a implementar.

UOG	Ocupação atual	Ocupação futura	Objetivos de Gestão/ Operações principais
A	Povoamentos puros de eucalipto fora do PNTI	Povoamentos puros de sobreiro e povoamentos puros de eucalipto	Rearborização com sobreiro e renovação dos povoamentos de eucalipto: Arborização com sobreiro e eucalipto, podas de formação, limpeza de matos, corte e arranque das toiças de eucalipto, tratamento do solo e tratamentos fitossanitários.
	Povoamentos puros de eucalipto dentro do PNTI	Povoamentos puros de sobreiro e mistos eucalipto com folhosas diversas (renaturalização por exaustão das toiças de eucalipto)	Rearborização com sobreiro, exploração do eucalipto até a exaustão das toiças e promoção da regeneração natural autóctone - Arborização com sobreiro, podas de formação, sinalização, seleção e proteção da regeneração natural, limpeza de matos, corte e arranque das toiças de eucalipto, tratamento do solo e tratamentos fitossanitários.
	Povoamentos puros de sobreiro com matos no subcoberto	Povoamentos puros de sobreiro, com pastagens no subcoberto	Condução dos povoamentos existentes através de técnicas silvícolas adequadas – Podas de formação, podas fitossanitárias, adensamentos, limpezas de mato, tratamentos do solo, tratamentos fitossanitários, abates de árvores mortas e decrépitas e destruição dos resíduos.
	Povoamentos mistos de sobreiro e eucalipto com pastagens e matos no subcoberto	Povoamentos puros de sobreiro com pastagens no subcoberto;	Condução dos povoamentos existentes através de técnicas silvícolas adequadas – Erradicação do eucalipto, adensamento com sobreiro, podas de formação, podas fitossanitárias, sinalização, seleção e proteção da regeneração natural, limpezas de mato, desbastes, tratamentos do solo, tratamentos fitossanitários, abates de árvores mortas e decrépitas e destruição dos resíduos.
	Povoamentos de folhosas diversas com matos muito densos fora do PNTI	Povoamentos de folhosas diversas com matos	Condução dos povoamentos existentes através de técnicas silvícolas adequadas - Limpezas de mato localizadas, abates de árvores mortas e decrépitas e destruição dos resíduos.
	Povoamentos de folhosas diversas com matos muito densos dentro do PNTI (inclui galerias ripícolas)	Povoamentos de folhosas diversas com matos muito densos (inclui galerias ripícolas)	Sem intervenção ou apenas intervenção de emergência - Abates de árvores mortas e decrépitas e destruição dos resíduos.
	Galerias ripícolas, com matos e silvados; (Apenas fora do PNTI)	Galerias ripícolas com matos em manchas	Gestão do coberto e subcoberto em manchas ou com interrupções de modo a criar condições favoráveis para a fauna: Limpezas de mato (mecânica e manual), seleção de árvores de futuro, desbastes, podas de formação, podas fitossanitárias e abates de árvores mortas e decrépitas e destruição dos resíduos.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

2.2 Definição e Delimitação de Parcelas

Na definição e delimitação de parcelas utilizaram-se como base as premissas apresentadas anteriormente, nomeadamente a homogeneidade de ocupação do solo e de intervenções previstas para as mesmas áreas e a utilização dos limites físicos existentes (infraestruturas, ocupação do solo).

Deste modo, mostram-se no quadro seguinte os critérios de definição das parcelas, assim como a representatividade de cada parcela nos talhões e UOG's respetivos.

Quadro 17 – Definição dos talhões e parcelas.

UOG	Talhão	Parcela	Critérios de delimitação	Área (ha)	%
A	A:1	A:1:1	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	57,99	2%
		A:1:2	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas e objetivos de gestão)	51,43	2%
		A:1:3	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017 e 2018, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	66,12	2%
		A:1:4	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	26,80	1%
		A:1:5	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	48,47	2%
		A:1:6	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	25,13	1%
		A:1:7	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	26,31	1%
		A:1:8	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	35,16	1%
		A:1:9	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, objetivos de gestão)	63,39	2%
		A:1:10	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016, 2017 e 2018, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, objetivos de gestão)	38,53	1%
		A:1:11	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	48,85	2%
		A:1:12	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	62,76	2%
		A:1:13	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	58,03	2%
		A:1:14	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	31,13	1%
		A:1:15	Povoamento puro de Eucalipto, a corte em 2019, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	61,08	2%

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 18 – Definição dos talhões e parcelas (continuação)

UOG	Talhão	Parcela	Critérios de delimitação	Área (ha)	%
A	A:1	A:1:16	Povoamento puro de Eucalipto, a corte em 2019, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	50,47	2%
		A:1:17	Povoamento puro de Eucalipto, a corte em 2019, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	61,74	2%
		A:1:18	Povoamento puro de Eucalipto, a corte em 2019, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	36,04	1%
		A:1:19	Povoamento puro de Eucalipto, a corte em 2019, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	30,35	1%
		A:1:20	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação e objetivos de gestão)	39,99	1%
		A:1:21	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, objetivos de gestão)	26,88	1%
		A:1:22	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação do solo e objetivos de gestão)	24,92	1%
		A:1:23	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	44,55	2%
		A:1:24	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017, a ser convertido para sobreiro, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	64,21	2%
	A:2	A:2:1	Povoamentos mistos de folhosas autóctones com matos de grandes dimensões (Encostas do tejo). Limites físicos (Rio Tejo e ocupação do solo)	171,54	6%
		A:2:2	Povoamentos mistos de folhosas autóctones com matos de grandes dimensões (Encostas do Ponsul e Ribeira de Monsanto). Limites físicos (Rio Ponsul e ocupação do solo)	507,93	18%
		A:2:3	Áreas de matos com afloramentos rochosos e sem vegetação de porte arbóreo. Limites físicos (Ocupação do solo)	23,09	1%
		A:2:4	Áreas classificadas como Protecção Total no POPNTI	27,42	1%
	A:3	A:3:1	Povoamentos puros de sobreiro, com matos no subcoberto. Limites físicos (infraestruturas e ocupação do solo)	43,72	2%
		A:3:2	Bosquetes mistos de sobreiro e eucalipto, com dominância e densidade variável, matos e pastagens no subcoberto. Limites físicos (Ocupação do solo)	62,30	2%
	A:4	A:4:1	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017 e parte a corte em 2019, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas e objetivos de gestão)	24,63	1%
		A:4:2	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016 e 2017, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas e objetivos de gestão)	38,36	1%
		A:4:3	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas e objetivos de gestão)	44,32	2%
		A:4:4	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016 e 2018, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas e objetivos de gestão)	49,11	2%
		A:4:5	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2018, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas e objetivos de gestão)	18,83	1%
		A:4:6	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação do solo e objetivos de gestão)	35,20	1%

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 19 – Definição dos talhões e parcelas (continuação)

UOG	Talhão	Parcela	Critérios de delimitação	Área (ha)	%
A	A:4	A:4:7	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação do solo e objetivos de gestão)	26,36	1%
		A:4:8	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação do solo e objetivos de gestão)	24,07	1%
		A:4:9	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016 e 2018, a ser rearborizado com eucalipto, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, ocupação do solo e objetivos de gestão)	24,26	1%
	A:5	A:5:1	Galerias ripícolas, fora do PNTI e faixas de protecção ás linhas de água inseridas nas parcelas a arborizar e adensar. Limites físicos (Ocupação do solo)	87,50	3,2%
	A:6	A:6:1	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016, a renaturalizar através da exaustão das toiças, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	166,62	6%
		A:6:2	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017, a renaturalizar através da exaustão das toiças, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	67,82	2%
		A:6:3	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2017 e 2018, a renaturalizar através da exaustão das toiças, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	37,16	1%
		A:6:4	Povoamento puro de Eucalipto, cortado em 2016, a renaturalizar através da exaustão das toiças, matos e pastagens no subcoberto; Limites físicos (Infraestruturas, declive e objetivos de gestão)	131,27	5%
	A:7	A:7:1	Faixa de gestão de combustível associada ás áreas a converter para sobreiro	70,26	3%
		A:7:2	Faixa de gestão de combustível associada ás áreas a rearborizar com eucalipto	3,84	0,1%
		A:7:3	Faixa de gestão de combustível associada as áreas de eucalipto a manter	5,45	0,2%

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

2.3 Descrição e Caracterização das Parcelas

Nos quadros seguintes descrevem-se alguns parâmetros qualitativos que caracterizam as parcelas de intervenção identificadas. Nestes, ter-se-á em conta, para além das características já referidas nos sub capítulos anteriores, a existência de afloramentos rochosos e pedregosidade.

Nota: Para os parâmetros de solos, declive e exposições, foram referidas apenas as classes mais representativas para cada parcela identificada.

Quadro 20 - Descrição qualitativa das parcelas de intervenção

Descrição/ Parcela	A:1:1	A:1:2	A:1:3	A:1:4	A:1:5	A:1:6	A:1:7	A:1:8	A:1:9	A:1:10	A:1:11
Área (ha)	57,99	51,43	66,12	26,80	48,47	25,13	26,31	35,16	63,39	38,53	48,85
Ocupação	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc
Afloramentos rochosos	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais
Pedregosidade	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
Solos	Litossolos eutricos	Luvissolos orticos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos/orticos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Luvissolos orticos	Litossolos eutricos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos
Classes de declive (%)	<25	<25	<25	<25	0-1/15-25	15-25	<15	15-25	<25	<15	<15
Exposição	Este/Norte	Sul/Oeste	Sul/Oeste/Norte	Norte/Oeste	Sul/Este	Sul/Oeste	Norte/Oeste	Norte/Oeste	Norte/Sul	Sul/Oeste	Norte/Oeste

Quadro 21 - Descrição qualitativa das parcelas de intervenção (continuação)

Descrição/ Parcela	A:1:12	A:1:13	A:1:14	A:1:15	A:1:16	A:1:17	A:1:18	A:1:19	A:1:20	A:1:21	A:1:22
Área (ha)	62,76	58,03	31,13	61,08	50,47	61,74	36,04	30,35	39,99	26,88	24,92
Ocupação	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc
Afloramentos rochosos	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais
Pedregosidade	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
Solos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos
Classes de declive (%)	<25	<15	<15	<15	<5	<15	<25	<15	<25	<25	<25
Exposição	Norte/Oeste	Norte/Oeste	Este/Oeste	Norte/Plano	Plano/Este	Oeste/Norte	Norte/Oeste	Norte/Oeste	Este/Sul	Sul/Oeste/Norte	Sul/Este/Norte

Quadro 22 - Descrição qualitativa das parcelas de intervenção (continuação)

Descrição/ Parcela	A:1:23	A:1:24	A:2:1	A:2:2	A:2:3	A:2:4	A:3:1	A:3:2	A:4:1	A:4:2	A:4:3	A:4:4
Área (ha)	44,55	64,21	171,54	507,93	23,09	27,42	43,72	62,30	24,63	38,36	44,32	49,11
Ocupação	EcEc	EcEc	MtFd	MtFd	MtMt	MtFd	SbSb	SbSb/EcSb	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc
Afloramentos rochosos	Pontuais	Pontuais	Abundantes	Abundantes	Abundantes	Abundantes	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais
Pedregosidade	Média	Média	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Média	Média	Média	Média	Média
Solos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Luvissolos orticos	Litossolos eutricos/orticos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos/orticos	Litossolos eutricos/orticos	Litossolos eutricos/orticos
Classes de declive (%)	<25	<25	>35	>35	>25	>35	<15	<25	<25	<25	<25	<25
Exposição	Este/Sul	Sul/Oeste	Sul	Todas	Sul	Todas	Plano/Oeste/Norte	Oeste/Plano	Este/Norte	Oeste/Norte	Sul/Oeste	Este/Sul

Quadro 23 - Descrição qualitativa das parcelas de intervenção (continuação)

Descrição/ Parcela	A:4:5	A:4:6	A:4:7	A:4:8	A:4:9	A:5:1	A:6:1	A:6:2	A:6:3	A:6:4	A:7:1	A:7:2	A:7:3
Área (ha)	18,83	35,20	26,36	24,07	24,26	87,50	166,62	67,82	37,16	131,27	70,26	3,84	5,45
Ocupação	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	FdMt	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc
Afloramentos rochosos	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Pontuais	Presentes	Presentes	Presentes	Presentes	Presentes	Presentes	Presentes	Presentes
Pedregosidade	Média	Média	Média	Média	Média	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Média	Alta
Solos	Luvissolos orticos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Luvissolos orticos	Luvissolos orticos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos/orticos	Litossolos eutricos	Litossolos eutricos
Classes de declive (%)	<25	<25	<25	<25	<25	5-15	<35	<35	<35	<35	-	-	-
Exposição	Este/Sul	Norte/Este	Norte/Este	Norte/Este	Sul/Oeste/Norte	Plano/Norte	Norte/Este/Oeste	Sul/Oeste	Norte/Oeste	Norte/Este/Oeste	-	-	-

Legenda:

Ec- Eucalipto; Sb – Sobreiro; Fd – Folhosas diversas, Mt – Mato. (a descrição dos povoamentos encontra-se no ponto 3.3 Flora do Documento de Avaliação)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

2.4 Descrição Quantitativa dos Recursos Florestais nas Parcelas

Dada a grande homogeneidade dos povoamentos florestais existentes, a caracterização quantitativa dos recursos florestais assenta em dados do levantamento de campo com base critérios do Inventário Florestal Nacional para a definição dos usos e ocupações do solo.

Nos quadros seguintes descrevem-se alguns parâmetros quantitativos no que respeita às parcelas de intervenção identificadas.

Quadro 24 - Descrição quantitativa das parcelas de intervenção

Descrição/ Parcela	A:1:1	A:1:2	A:1:3	A:1:4	A:1:5	A:1:6	A:1:7	A:1:8	A:1:9	A:1:10	A:1:11
Área (ha)	57,99	51,43	66,12	26,80	48,47	25,13	26,31	35,16	63,39	38,53	48,85
Ocupação	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc
Origem	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)
Regime cultural	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia
Ano de descortiçamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de corte	2017	2018	2017 e 2018	2017	2016	2017	2018	2016	2018	2016; 2017 e 2018	2018
Altura média (m)	1,2	-	1,2 e 0	1,2	2,5	2,0	-	2,5	-	2; 1,2 e 0	-
Diâmetro médio (cm)	0	-	0	0	4,0	2,5	-	4,0	-	2,5; 0 e 0	-
Densidade média (árv./ha)	1250	1250	1250	1250	1100	950	1250	1000	1250	1250	1250
Estado vegetativo/ fitossanitário	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Regeneração Natural	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente

Quadro 25 - Descrição quantitativa das parcelas de intervenção (Continuação)

Descrição/ Parcela	A:1:12	A:1:13	A:1:14	A:1:15	A:1:16	A:1:17	A:1:18	A:1:19	A:1:20	A:1:21	A:1:22
Área (ha)	62,76	58,03	31,13	61,08	50,47	61,74	36,04	30,35	39,99	26,88	24,92
Ocupação	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc
Origem	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)
Regime cultural	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia
Ano de descortiçamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de corte	2018	2018	2018	2019	2019	2019	2019	2019	2018	2016	2017
Altura média (m)	-	-	-	23,0	23,0	23,0	23,0	23,0	0,0	2,0	1,2
Diâmetro médio (cm)	-	-	-	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	0,0	2,5	0,0
Densidade média (árv./ha)	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250	1250
Estado vegetativo/ fitossanitário	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
Regeneração Natural	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente

Quadro 26 - Descrição quantitativa das parcelas de intervenção (Continuação)

Descrição/ Parcela	A:1:23	A:1:24	A:2:1	A:2:2	A:2:3	A:2:4	A:3:1	A:3:2	A:4:1	A:4:2	A:4:3	A:4:4
Área (ha)	44,55	64,21	171,54	507,93	23,09	27,42	43,72	62,30	24,63	38,36	44,32	49,11
Ocupação	EcEc	EcEc	MtFd	MtFd	MtMt	MtFd	SbSb	SbSb/EcSb	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc
Origem	Artificial(P)	Artificial(P)	Natural	Natural	Natural	Natural	Natural	Natural/Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)
Regime cultural	Talhadia	Talhadia	Alto fuste	Alto fuste	-	Alto fuste	Alto fuste	Alto fuste/Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia
Ano de descortiçamento	-	-	-	-	-	-	2019	2019	-	-	-	-
Ano de corte	2017	2017	-	-	-	-	-	2016; 2017, 2018 e 2019	2017 e 2019	2016 e 2017	2018	2016 e 2018
Altura média (m)	2,0	2,0	-	-	-	-	6,0	7,0	1,2 e 23	2 e 1,2	-	2,5 e 0
Diâmetro médio (cm)	2,5	2,5	-	-	-	-	30	40,0	0 e 25	2,5 e 0	-	4 e 0
Densidade média (árv./ha)	950	1250	-	-	-	-	82	33Sb 600Ec	1250	1250	1250	1100
Estado vegetativo/ fitossanitário	Médio	Médio	Médio/Bom	Médio/Bom	-	Médio/Bom	Médio/Mau	Médio/Mau	Médio	Médio	Médio	Médio
Regeneração Natural	Inexistente	Inexistente	Abundante	Abundante	Pontual	Abundante	Pontual	Existente/Abundante	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente

Legenda:

Ec- Eucalipto; Sb – Sobreiro; Fd – Folhosas diversas, Mt – Mato; (P) – Processo de instalação - plantação. (a descrição dos povoamentos encontra-se no ponto 3.3-Flora do Documento de Avaliação)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 27 - Descrição quantitativa das parcelas de intervenção (Continuação)

Descrição/ Parcela	A:4:5	A:4:6	A:4:7	A:4:8	A:4:9	A:5:1	A:6:1	A:6:2	A:6:3	A:6:4	A:7:1	A:7:2	A:7:3
Área (ha)	18,83	35,20	26,36	24,07	24,26	87,50	166,62	67,82	37,16	131,27	70,26	3,84	5,45
Ocupação	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	FdMt	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc	EcEc
Origem	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Natural	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial(P)	Artificial	Artificial(P)	Artificial(P)
Regime cultural	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Alto fuste	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia	Talhadia
Ano de descortiçamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de corte	2018	2016	2016	2016	2016 e 2018	-	2016	2017	2017 e 2018	2016	-	-	2016
Altura média (m)	0	2,5	2,5	2,5	0 a 2	-	2,5	2,0	1,2 e 0	2,5	-	-	2,5
Diâmetro médio (cm)	0	4,0	4,0	4,0	0 a 2,5	-	4,0	2,5	0	4,0	-	-	4,0
Densidade média (árv./ha)	1250	1000	1000	1000	1250	-	1000	950	1250	1100	-	-	1100
Estado vegetativo/ fitossanitário	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio/Bom	Médio	Médio	Médio	Médio	-	-	Médio
Regeneração Natural	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Abundante	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	-	-	Inexistente

Legenda:

Ec- Eucalipto; Sb – Sobreiro; Fd – Folhosas diversas, Mt – Mato; (P) – Processo de instalação - plantação. (a descrição dos povoamentos encontra-se no ponto 3.3-Flora do Documento de Avaliação)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

3. PLANEAMENTO DAS INTERVENÇÕES

Um dos objetivos deste Plano de Gestão Florestal é a identificação temporal das várias ações preconizadas para a área de estudo.

Nos quadros que se seguem será apresentada a calendarização das ações por quinquénio para o período de 20 anos.

Importa, contudo, esclarecer alguns pressupostos assumidos aquando do planeamento das intervenções:

- A manutenção dos povoamentos florestais existentes pode, num planeamento de 20 anos, requerer a aplicação de medidas fitossanitárias e outras ações silvícolas de carácter extraordinário que não estão contabilizadas no Plano de Intervenções.
- A calendarização, das ações foram efetuadas de acordo com os modelos de silvicultura referidos no PROF do Centro Interior para as espécies presentes, adequada à disponibilidade de recursos próprios existentes na exploração.
- As ações a realizar na área de montado serão efetuadas de acordo com as boas práticas florestais e com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-lei nº 155/2004 de 30 de junho que altera o Decreto-lei nº 169/2001 de 25 de maio.
- A implementação de algumas medidas mais dispendiosas, como as adubações, as aplicações de corretivo calcário, as podas fitossanitárias e de formação, os desbastes, a sinalização e proteção da regeneração natural, bem como a arborização/adensamento com sobreiro, a rearborização com Eucalipto, a instalação de cercas, a instalação de infraestruturas de rega e a construção de uma charca, estão condicionadas economicamente aos recursos da sociedade gestora.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

3.1 Plano de Intervenções

Quadro 28 – Plano de intervenções (1º quinquénio)

1ºQuinquénio (2019-2023)

Parcelas	Área (ha)	Aas	Pdf	Pfit	Desc	CoE	Arb(Sb)	Arb(Ec)	Adm(Sb)	Ret	Slv	Sin	Saf	Lme	Lma	Adb	Cal	Tfit	Rqs
A:1:1	57,99	2019 a 2023					2022			2023						2022 &	2022		
A:1:2	51,43	2019 a 2023					2022			2023						2022 &	2022		
A:1:3	66,12	2019 a 2023					2021			2022						2021 &	2021		
A:1:4	26,80	2019 a 2023					2022			2023						2022 &	2022		
A:1:5	48,47	2019 a 2023					2023									2023 &	2023		
A:1:6	25,13	2019 a 2023					2022			2023						2022 &	2022		
A:1:7	26,31	2019 a 2023					2021			2022						2021 &	2021		
A:1:8	35,16	2019 a 2023					2023									2023 &	2023		
A:1:9	63,39	2019 a 2023	2022				2019			2020				2022	2022	2019 &	2019	2022	2022
A:1:10	38,53	2019 a 2023	2023				2020			2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:1:11	48,85	2019 a 2023	2022				2019			2020				2022	2022	2019 &	2019	2022	2022
A:1:12	62,8	2019 a 2023	2022				2019			2020				2022	2022	2019 &	2019	2022	2022
A:1:13	58,03	2019 a 2023	2022				2019			2020				2022	2022	2019 &	2019	2022	2022
A:1:14	31,13	2019 a 2023	2022				2019			2020				2022	2022	2019 &	2019	2022	2022
A:1:15	61,08	2019 a 2023				2019	2021									2021 &	2021		
A:1:16	50,47	2019 a 2023	2023			2019	2020			2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:1:17	61,74	2019 a 2023	2023			2019	2020			2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:1:18	36,04	2019 a 2023	2023			2019	2020			2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:1:19	30,35	2019 a 2023	2023			2019	2020			2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:1:20	39,99	2019 a 2023					2021			2022						2021 &	2021		
A:1:21	26,88	2019 a 2023					2023									2023 &	2023		
A:1:22	24,92	2019 a 2023					2022			2023						2022 &	2022		
A:1:23	44,55	2019 a 2023					2022			2023						2022 &	2022		
A:1:24	64,21	2019 a 2023					2023									2023 &	2023		
A:2:1	171,54	2019 a 2023																	2023
A:2:2	507,93	2019 a 2023																	2023
A:2:3	23,09	2019 a 2023																	2023
A:2:4	27,42	Sem intervenção																	
A:3:1	43,72	2019 a 2023	2023	2022	2019				2019	2020		2019;2023	2019;2023	2019;2023	2019;2023			2023	2023
A:3:2	62,30	2019 a 2023	2023	2022	2019				2019;2020;2021;2022:2023	2020;2021;2022;2023		2020 a 2023	2020 a 2023	2020 a 2023	2020 a 2023			2023	2023
A:4:1	24,63	2019 a 2023				2019(P)		2020		2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:4:2	38,36	2019 a 2023						2020		2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:4:3	44,32	2019 a 2023						2021		2022						2021 &	2021		
A:4:4	49,11	2019 a 2023						2020		2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:4:5	18,83	2019 a 2023						2020		2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:4:6	35,20	2019 a 2023						2021		2022						2021 &	2021		
A:4:7	26,36	2019 a 2023						2021		2022						2021 &	2021		
A:4:8	24,07	2019 a 2023						2021		2022						2021 &	2021		
A:4:9	24,26	2019 a 2023						2020		2021				2023	2023	2020 &	2020	2023	2023
A:5:1	87,50	2019 a 2023	2020									2020	2020		2020				2020
A:6:1	166,62	2019 a 2023									2019	2020	2020	2020				2020	2020
A:6:2	67,82	2019 a 2023									2020	2023	2023	2023				2023	2023
A:6:3	37,16	2019 a 2023									2022	2023	2023	2023				2023	2023
A:6:4	131,27	2019 a 2023									2019	2020	2020	2020				2020	2020
A:7:1	70,26	2019 a 2023	2023			2019(p)						2022;2023		2022;2023				2023	2023
A:7:2	3,84	2019 a 2023					2020;2021							2022		2020;2021&		2023	2023
A:7:3	5,45	2019 a 2023				2021						2021;2023	2021;2023	2021;2023	2021;2023			2023	2021;2023

Infraestruturas	
Rede Viária	Beneficiação Bianual (2020;2022)
Rede Divisional	Beneficiação da rede divisional no PNTI (2020 a 2023); Beneficiação (2020 a 2023) e alargamento da rede divisional fora PNTI (2020) ; Construção de nova rede divisional fora do PNTI em 16 217 m (2020)
Faixas de Gestão de Combustíveis	Instalação de faixas de gestão de combustível em 79,55 ha (2019)/Manutenção das faixas com limpezas de mato anuais (2019 a 2023)
Cercas	Instalação de cerca para proteção dos novos povoamentos (25 124 m) (2020)/Limpeza das passagens de água e manutenção das passagens cinegéticas (2020 a 2023)
Infraestruturas de Rega	Instalação das infraestruturas de rega (2020), construção da charca (2019)/Manutenção das infraestruturas de rega (2020 a 2023)

Legenda: Aas- Abate e destruição de árvores mortas ou decrépitas; **Pdf**- Podas de formação; **Pfit**- Podas fitossanitárias e de manutenção; **Desc** – Descortiçamento**; CoE** – Abate de eucalipto; **Desb** – Desboia; **Arb** – Arborização; **Adm** – Adensamento; **Ret** – Retancha; **Dbt** – Desbaste; **Slv** – Seleção de varas de Eucalipto; **Sin** – Sinalização de regeneração natural; **Saf** – Seleção de arvores de futuro; **Lme**-Controlo mecânico da vegetação espontânea; **Lma**- Controlo manual da vegetação espontânea; **Adb-** Adubação de manutenção; **Cal** – Aplicação de corretivo calcário; **Tfit** - Tratamentos fitossanitários; **Rqs**- Rechega e destruição de sobrantes. (**Sb**-Sobreiro, **Ec**-Eucalipto; **P** – Parcial; * - Só quando necessário; # - pode haver a necessidade de realizar a intervenção de modo a acompanhar o desenvolvimento mais rápido do povoamento; & - Adubação plurianual assegurada pelo sistema de irrigação; **ano a ano** – todos os anos dentro do intervalo)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 29 – Plano de intervenções (2º e 3º quinquénio)

2ºQuinquénio (2024-2028)

Parcelas	Aas	Pdf	Ret	CoE	Sin	Saf	Lme	Lma	Adb	Cal	Tfit	Rqs
A:1:1	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:2	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:3	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:4	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:5	x	x	x				x	x			*	x
A:1:6	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:7	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:8	x	x					x	x			*	x
A:1:9	x						x	x	x	x	*	*
A:1:10	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:11	x						x	x	x	x	*	*
A:1:12	x						x	x	x	x	*	*
A:1:13	x						x	x	x	x	*	*
A:1:14	x						x	x	x	x	*	*
A:1:15	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:16	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:17	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:18	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:19	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:20	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:21	x	x	x				x	x			*	x
A:1:22	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:23	x	x					x	x	x	x	*	x
A:1:24	x	x	x				x	x			*	x
A:2:1	x											*
A:2:2	x											*
A:2:3	x											*
A:2:4	Sem intervenção											
A:3:1	x	x			x		x	x	x	x	*	x
A:3:2	x	x	x		x		x	x	x	x	*	x
A:4:1	x			x			x	x				x
A:4:2	x			x			x	x				x
A:4:3	x						x	x				*
A:4:4	x			x			x	x				x
A:4:5	x			x			x	x				x
A:4:6	x						x	x				*
A:4:7	x						x	x				*
A:4:8	x						x	x				*
A:4:9	x			x			x	x				x
A:5:1	x	x										x
A:6:1	x				x	x	x	x	x		*	x
A:6:2	x				x	x	x	x	x		*	x
A:6:3	x				x	x	x	x	x		*	x
A:6:4	x				x	x	x	x			*	x
A:7:1	x	x			x		x	x			*	x
A:7:2	x	x					x	x			*	x
A:7:3	x				x	x	x	x			*	*

Infraestruturas	
Rede Viária	Beneficiação Bianual
Rede Divisional	Beneficiação da rede divisional
Faixas de Gestão de Combustíveis	Manutenção das faixas com limpezas de mato anuais
Cercas	Limpeza das passagens de água e manutenção das passagens cinegéticas
Infraestruturas de Rega	Manutenção das infraestruturas de rega

3ºQuinquénio (2029-2033)

Parcelas	Área (ha)	Aas	Pdf	Desc	CoE	Desb	Slv	Sin	Saf	Lme	Lma	Adb	Cal	Tfit	Rqs
A:1:1	57,99	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:2	51,43	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:3	66,12	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:4	26,80	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:5	48,47	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:6	25,13	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:7	26,31	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:8	35,16	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:9	63,39	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:10	38,53	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:11	48,85	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:12	62,76	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:13	58,03	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:14	31,13	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:15	61,08	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:16	50,47	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:17	61,74	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:18	36,04	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:19	30,35	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:20	39,99	x	x			x				x	x	x	x	*	x
A:1:21	26,88	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:22	24,92	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:23	44,55	x	x							x	x	x	x	*	x
A:1:24	64,21	x	x							x	x	x	x	*	x
A:2:1	171,54	x													*
A:2:2	507,93	x													*
A:2:3	23,09	x													*
A:2:4	27,42	Sem intervenção													
A:3:1	43,72	x	x	x				x		x	x	x	x	*	x
A:3:2	62,30	x	x	x				x		x	x	x	x	*	x
A:4:1	24,63	x					x			x	x	x	x	*	x
A:4:2	38,36	x					x			x	x	x	x	*	x
A:4:3	44,32	x			x		x			x	x	x	x	*	x
A:4:4	49,11	x					x			x	x	x	x	*	x
A:4:5	18,83	x					x			x	x	x	x	*	x
A:4:6	35,20	x			x		x			x	x	x	x	*	x
A:4:7	26,36	x			x		x			x	x	x	x	*	x
A:4:8	24,07	x			x		x			x	x	x	x	*	x
A:4:9	24,26	x					x			x	x	x	x	*	x
A:5:1	87,50	x	x					x	x		x				x
A:6:1	166,62	x			x		x	x	x	x	x	x		*	x
A:6:2	67,82	x			x		x	x	x	x	x	x		*	x
A:6:3	37,16	x			x			x	x	x	x			*	x
A:6:4	131,27	x			x		x	x	x	x	x	x		*	x
A:7:1	70,26	x	x			x				x	x			*	x
A:7:2	3,84	x	x			x				x	x			*	x
A:7:3	5,45	x						x	x	x	x			*	*

Infraestruturas	
Rede Viária	Beneficiação Bianual
Rede Divisional	Beneficiação da rede divisional
Faixas de Gestão de Combustíveis	Manutenção das faixas com limpezas de mato anuais
Cercas	Limpeza das passagens de água e manutenção das passagens cinegéticas
Infraestruturas de Rega	Manutenção das infraestruturas de rega

Legenda: Aas- Abate e destruição de árvores mortas ou decrépitas; **Pdf**- Podas de formação; **Pfit**- Podas fitossanitárias e de manutenção; **Desc** – Descortiçamento**; CoE** – Abate de eucalipto; **Desb** – Desboia; **Arb** – Arborização; **Adm** – Adensamento; **Ret** – Retancha; **Dbt** – Desbaste; **Slv** – Seleção de varas de Eucalipto; **Sin** – Sinalização de regeneração natural; **Saf** – Seleção de arvores de futuro; **Lme**-Controlo mecânico da vegetação espontânea; **Lma**- Controlo manual da vegetação espontânea; **Adb-** Adubação de manutenção; **Cal** – Aplicação de corretivo calcário; **Tfit** - Tratamentos fitossanitários; **Rqs**- Rechega e destruição de sobrantes. (**Sb**-Sobreiro, **Ec**-Eucalipto; **P** – Parcial; * - Só quando necessário; # - pode haver a necessidade de realizar a intervenção de modo a acompanhar o desenvolvimento mais rápido do povoamento; & - Adubação plurianual assegurada pelo sistema de irrigação; **ano** a **ano** – todos os anos dentro do intervalo)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 30 – Plano de intervenções (4º quinquénio)

	Parcelas	Aas	Pdf	Pfit	CoE	Desb	Dbt	Slv	Sin	Saf	Lme	Lma	Adb	Cal	Tfit	Rqs
4ºQuinquénio (2034-2038)	A:1:1	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:2	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:3	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:4	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:5	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:6	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:7	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:8	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:9	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:10	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:11	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:12	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:13	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:14	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:15	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:16	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:17	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:18	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:19	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:20	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:21	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:22	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:23	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:1:24	x	x			x	x				x	x	x	x	*	x
	A:2:1	x														*
	A:2:2	x														*
	A:2:3	x														*
	A:2:4	Sem intervenção														
	A:3:1	x	x	x		x	x		x		x	x	x	x	*	x
	A:3:2	x	x	x		x	x		x		x	x	x	x	*	x
	A:4:1	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:4:2	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:4:3	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:4:4	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:4:5	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:4:6	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:4:7	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:4:8	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:4:9	x			x			x			x	x	x	x	*	x
	A:5:1	x														*
	A:6:1	x							x	x	x	x			*	*
	A:6:2	x							x	x	x	x			*	*
	A:6:3	x						x	x	x	x	x	x		*	x
	A:6:4	x							x	x	x	x			*	*
	A:7:1	x	x								x	x			*	x
	A:7:2	x	x				x								*	x
	A:7:3	x	x						x	x	x	x			*	x
Infraestruturas																
Rede Viária		Beneficiação Bianual														
Rede Divisional		Beneficiação da rede divisional														
Faixas de Gestão de Combustíveis		Manutenção das faixas com limpezas de mato anuais														
Cercas		Limpeza das passagens de água e manutenção das passagens cinegéticas														
Infraestruturas de Rega		Manutenção das infraestruturas de rega														

Legenda: Aas- Abate e destruição de árvores mortas ou decrépitas; **Pdf**- Podas de formação; **Pfit**- Podas fitossanitárias e de manutenção; **Desc** – Descortiçamento**; CoE** – Abate de eucalipto; **Desb** – Desboia; **Arb** – Arborização; **Adm** – Adensamento; **Ret** – Retancha; **Dbt** – Desbaste; **Slv** – Seleção de varas de Eucalipto; **Sin** – Sinalização de regeneração natural; **Saf** – Seleção de arvores de futuro; **Lme**-Controlo mecânico da vegetação espontânea; **Lma**- Controlo manual da vegetação espontânea; **Adb-** Adubação de manutenção; **Cal** – Aplicação de corretivo calcário; **Tfit** - Tratamentos fitossanitários; **Rqs**- Rechega e destruição de sobrantes. (**Sb**-Sobreiro, **Ec**-Eucalipto; **P** – Parcial; * - Só quando necessário; # - pode haver a necessidade de realizar a intervenção de modo a acompanhar o desenvolvimento mais rápido do povoamento; & - Adubação plurianual assegurada pelo sistema de irrigação; **ano** a **ano** – todos os anos dentro do intervalo)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Descrição de operações especificas:

1. Arborizações/Adensamentos:

Nos próximos anos será implementada uma grande alteração no coberto florestal da área de estudo com a realização de arborizações e adensamentos, de seguida descrevemos estas operações com maior detalhe e com uma alocação ao talhão ou parcela de intervenção:

Talhão A:1- Arborização com sobreiro, a um compasso de 6 x 4 m, com a instalação de um sistema de rega. (quadro 31)

Talhão A:3- Adensamento de núcleos e bosquetes de sobreiro e azinheira, com sobreiro, a um compasso de 6 x 4 m, com a instalação de um sistema de rega. (quadro 30)

Talhão A:4- Rearborização com eucalipto, com um compasso de 4 x 2 m, com a instalação de um sistema de rega. (quadro 32)

Parcela A:7:2- Arborização com sobreiro, a um compasso 4 x 6 m, com a instalação de com a instalação de um sistema de rega. (quadro 31)

As arborizações, serão efetuadas após a remoção dos eucaliptos, segundo a calendarização constante no plano de intervenções. Na instalação dos povoamentos serão tidas em conta as normas técnicas para a instalação de povoamentos florestais, constantes no Decreto Lei n.º 124/2006 de 28 de julho na sua redação actual, Decreto Lei n.º 96/2013 de 19 e junho na sua redação actual e Portaria 15-A/2018 de 12 de janeiro na sua redação actual. Nomeadamente: distâncias a linhas de água, distâncias a extremas de propriedade, distâncias de edificações isoladas, faixas e mosaicos de gestão de combustíveis e instalação de faixas de compartimentação e de descontinuidade de combustíveis.

Nesta ação estão comportadas diversas operações tais como o arranque/destruição dos cepos de eucalipto, preparação do tereno (gradagem, ripagem e vala e cômoro), instalação do sistema de rega e plantação (plantas, adubo de libertação lenta instalado á cova e protetores individuais de plantas.

2. Nas áreas dentro do PNTI, que não vão ser alvo de conversão em sobreiro (Talhão A:6), os eucaliptos serão explorados em rotações de 15 anos, até a exaustão da toiça. Durante esta exploração, serão implementadas medidas de gestão para fomentar a regeneração natural de espécies autóctones potenciais, tais como a azinheira, sobreiro, medronheiro e carvalho português, que for aparecendo, devido à abertura dos povoamentos e à perda da vitalidade do eucalipto. Esta ação tem como objetivo a recuperação natural da sucessão ecológica, sem recorrer à introdução artificial de espécimes. (quadro 33)

3. As parcelas A:7:1 e A:7:3, constituirão faixas de redução de combustível (FRC), onde se procede á eliminação da vegetação de modo a cumprir com os objetivos da legislação em vigor, criando uma descontinuidade entre os povoamentos da mesma espécie.

4. Nas áreas de conservação (Talhão A:2), apenas estão planeadas intervenções fitossanitárias, no entanto caso seja necessário e urgente, poderão se intervencionadas ao nível da gestão dos combustíveis. Quando assim for, esta operação será efetuada de forma pontual e sustentando os espécimes/habitats mais importantes para a nidificação e conservação das espécies de fauna com ocorrência na propriedade.

5. A realização das operações silvícolas decorrerá sempre que possível fora do período entre março e junho, de forma a minimizar os impactos na nidificação das espécies com ocorrência na propriedade.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

6. A gestão das galerias ripícolas é efetuada em faixas com descontinuidade horizontal, através de operações manuais ou motomanuais, não havendo a necessidade de aplicação de fármacos.
7. A limpeza de mato mecânica será preferencialmente efetuada com a utilização de corta matos, quando efetuada com a utilização de grade de discos será sempre com uma grade ligeira e fora da projeção das copas das árvores, de modo a danificar o menos possível as raízes das árvores.
8. As operações de grande impacto ao nível florestal, como as limpezas de mato, adubação, aplicação de corretivo calcário e as podas fitossanitárias, serão efetuadas com um desfasamento dentro do quinquénio, com 2 ou 3 períodos operacionais de modo a minimizar os impactes ao nível da fauna e assegurar a biodiversidade do ecossistema. Estas operações serão realizadas por parcela/blocos com uma rotação mínima de 3 a 5 anos, de forma a diluir os custos destas operações no tempo. Além do fator económico, esta tem como objetivo, fomentar a heterogeneidade dos combustíveis, através da descontinuidade horizontal e vertical dos mesmos, e assim contribuir para um aumento da resiliência da propriedade aos incêndios florestais.
9. As operações fitossanitárias como os abates, as podas e os tratamentos fitossanitários (aplicações de fitofármacos (homologados) e instalação de armadilhas para pragas), serão efetuadas sempre que seja necessário.
10. A aplicação de fármacos homologados e agroquímicos, não será efectuada nas linhas de água.
11. Os desbastes e correções de densidades a ser efetuados tem os seguintes critérios: Sobreiros- Desbaste seletivo, retirando as árvores malconformadas, com problemas fitossanitários e em casos que as copas após poda de formação continuem a sobrepor-se de modo a impossibilitar a sua condução.

    Galerias ripícolas e áreas envolventes - Desbaste seletivo, retirando as árvores malconformadas, com problemas fitossanitários e em casos em que a densidade esteja a impossibilitar a sua condução
12. A exploração atual e futura dos sobreiros será efetuada de acordo com a legislação em vigor (DL n.º 155/2004 que altera o DL n.º 169/2001).

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 31 – Descrição temporal e operacional das intervenções do modelo de silvicultura a implementar nos povoamentos de sobreiro para produção de cortiça e lenho (adaptado do PROF Centro Interior)

Ciclo de operações - Modelo de Silvicultura SB1 - Povoamento puro de sobreiro, produção de cortiça (produto principal) e lenho (produto secundário)		
Ano	**Operação**	**Descrição**
Instalação	Arborização com sobreiro, compassos: Talhões A:1 e A:3 - 6x4 m; Parcela A:7:2 - 4x6 m	Arranque de cepos; Limpeza de matos; Armação do terreno; Marcação e piquetagem
		Instalação de Rega
		Plantação; Adubação; Colocação de protetores; Sacha e Amontoa
	Retancha	Plantação; Adubação; Recolocação de protetores; Rega
n + (0-5)	Limpeza de mato	Operação mecânica/motomanual
	Poda de formação	Operação manual/motomanual
	Podas Fitossanitárias/Renovação (Talhão A:3)	Operação motomanual
	Proteção da regeneração natural (Sin;Saf) (Talhão A:3)	Operações manuais
n + (5-10)	Limpeza de mato	Operação mecânica/motomanual
	Poda de formação	Operação manual/motomanual
	Proteção da regeneração natural (Sin;Saf) (Talhão A:3)*	Operações manuais
n + (10-15)	Limpeza de mato	Operação mecânica/motomanual
	Poda de formação	Operação motomanual
	Podas Fitossanitárias /Renovação	Operação motomanual
	Proteção da regeneração natural (Sin;Saf)*	Operações manuais
	Desboia	Operações manuais
n + (15-20)	Limpeza de mato	Operação mecânica
	Desbaste	Operação motomanual
	Proteção da regeneração natural (Sin;Saf) (Talhão A:3)*	Operações manuais

n= 2019; 2020; 2021; 2022; 2023 no 1º ciclo de 20 anos

Legenda: Sin – Sinalização de regeneração natural; **Saf** – Seleção de arvores de futuro. * - Só quando necessário.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 32 – Descrição temporal e operacional das intervenções do modelo de silvicultura a implementar nos povoamentos de Eucalipto (plantação) para produção de lenho para trituração (adaptado do PROF Centro Interior)

Ciclo de operações – Modelo de Silvicultura EC1 – Povoamento puro de eucalipto, em talhadia, objetivo principal produção de lenho para trituração		
Ano	**Operação**	**Descrição**
Instalação	Arborização com Eucalipto, Talhão A:4: compasso 4x2 m	Arranque de cepos; Limpeza de matos; Armação do terreno; Marcação e piquetagem
		Instalação de Rega
		Plantação; Adubação; Sacha e Amontoa
	Retancha	Plantação; Adubação; Recolocação de protetores; Rega
n + (0-7)	Limpeza de mato	Operação mecânica/motomanual
	Podas e intervenções sanitárias	Operação mecânica/motomanual
	Adubação	Operações manuais
n + 8	Corte raso	Operação mecânica
n + (8-15)	Seleção de varas	Operação motomanual
	Limpeza de mato	Operação mecânica/motomanual
	Adubação	Operações manuais
	Podas e intervenções sanitárias	Operação mecânica/motomanual
n+ 16	Corte raso	Operação mecânica
n + (16-23)	Seleção de varas	Operação motomanual
	Limpeza de mato	Operação mecânica/motomanual
	Adubação	Operações manuais
	Podas e intervenções sanitárias	Operação mecânica/motomanual
n + 24	Corte raso	Operação mecânica

n= 2020; 2021 no 1º ciclo de 24 anos

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 33 - Descrição temporal e operacional das intervenções do modelo de silvicultura a implementar nos povoamentos de Eucalipto (adultos) para produção de lenho para trituração (adaptado do PROF Centro Interior)

Ciclo de operações - Modelo de Silvicultura EC1 - Povoamento puro de eucalipto, em talhadia, objetivo principal produção de lenho para trituração (Adultos)		
Ano	**Operação**	**Descrição**
n + (0-14)	Seleção de varas	Operação motomanual
	Limpeza de mato (corta matos)	Operação mecânica/motomanual
	Proteção da regeneração natural (Sin;Saf)*	Operações manuais
n + 15	Corte raso	Operação mecânica
n + (15-29)	Seleção de varas	Operação motomanual
	Limpeza de mato (corta matos)	Operação mecânica/motomanual
	Proteção da regeneração natural (Sin;Saf)*	Operações manuais
n + 30	Corte raso	Operação mecânica

n= 2016; 2017; 2018 á perpetuidade.

Legenda: Sin – Sinalização de regeneração natural; **Saf** – Seleção de arvores de futuro. * - Só quando necessário.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

4. AÇÕES POR PROGRAMAS OPERACIONAIS

Quadro 34 – Resumo das ações por programas operacionais.

Ações/Intervenções	Programa Operações Silvícolas Mínimas	Programa de Gestão de DFCI	Programa Gestão Agentes Bióticos	Programa Gestão da Biodiversidade	Programa de Gestão produção
Limpezas de matos		x	x	x	x
Abates sanitários	x		x	x	
Rechega e destruição de resíduos	x	x	x		
Podas de formação	x	x			x
Podas fitossanitárias/manutenção			x		x
Adubação			x	x	x
Aplicação de corretivo calcário			x		x
Arborização com sobreiro			x	x	x
Rearborização com Eucalipto					x
Seleção de Varas					x
Desbastes		x	x		x
Tratamentos fitossanitários			x	x	x
Sinalização de regeneração natural			x	x	x
Seleção de árvores de futuro			x	x	x
Abertura de rede divisional		x			x
Beneficiação de rede divisional		x			x
Beneficiação da rede viária	x	x			x
Instalação de sistema de rega	x				x
Instalação de cerca					x

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 35 – Distribuição das parcelas de intervenção por programa operacional.

Parcela	Programa Operações Silvícolas Mínimas	Programa de Gestão de DFCI	Programa Gestão Agentes Bióticos	Programa Gestão da Biodiversidade	Programa de Gestão produção
A:1:1	x	x	x	x	x
A:1:2	x	x	x	x	x
A:1:3	x	x	x	x	x
A:1:4	x	x	x	x	x
A:1:5	x	x	x	x	x
A:1:6	x	x	x	x	x
A:1:7	x	x	x	x	x
A:1:8	x	x	x	x	x
A:1:9	x	x	x	x	x
A:1:10	x	x	x	x	x
A:1:11	x	x	x	x	x
A:1:12	x	x	x	x	x
A:1:13	x	x	x	x	x
A:1:14	x	x	x	x	x
A:1:15	x	x	x	x	x
A:1:16	x	x	x	x	x
A:1:17	x	x	x	x	x
A:1:18	x	x	x	x	x
A:1:19	x	x	x	x	x
A:1:20	x	x	x	x	x
A:1:21	x	x	x	x	x
A:1:22	x	x	x	x	x
A:1:23	x	x	x	x	x
A:1:24	x	x	x	x	x
A:2:1	x		x	x	
A:2:2	x		x	x	
A:2:3	x		x	x	
A:2:4				x	
A:3:1	x		x	x	x
A:3:2	x	x	x	x	x
A:4:1	x	x	x		x
A:4:2	x	x	x		x
A:4:3	x	x	x		x
A:4:4	x	x	x		x
A:4:5	x	x	x		x
A:4:6	x	x	x		x
A:4:7	x	x	x		x
A:4:8	x	x	x		x
A:4:9	x	x	x		x
A:5:1	x	x	x	x	
A:6:1	x	x	x		x
A:6:2	x	x	x		x
A:6:3	x	x	x		x
A:6:4	x	x	x		x
A:7:1	x	x	x	x	
A:7:2	x	x	x	x	
A:7:3	x	x	x	x	

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

4.1 Programa de Operações Silvícolas Mínimas

Consideram-se que, para o cumprimento das obrigações constantes nos vários instrumentos de planeamento e de ordenamento considerados, as operações silvícolas consideradas como minimamente necessárias correspondem às ações de podas de formação, abates sanitários, rechega e destruição de resíduos de exploração, beneficiação da rede viária, manutenção das faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível. Como a propriedade está inserida na ZIF de Monforte da Beira/Malpica do Tejo, as operações de silvicultura mínima constantes no PGF da ZIF foram integradas no planeamento do presente PGF.

A realização destas ações encontra-se calendarizada no quadro 36.

Quadro 36 –Plano de intervenções – Operações silvícolas mínimas.

1ºQuinquénio (2019-2023)					2ºQuinquénio (2024-2028)				3ºQuinquénio (2029-2033)					4ºQuinquénio (2034-2038)				
Parcelas	Área (ha)	Aas	Pdf	Rqs	Parcelas	Aas	Pdf	Rqs	Parcelas	Área (ha)	Aas	Pdf	Rqs	Parcelas	Aas	Pdf	Tfit	Rqs
A:1:1	57,99	Anual		*	A:1:1	x	x	x	A:1:1	57,99	x	x	x	A:1:1	x	x	*	x
A:1:2	51,43	Anual		*	A:1:2	x	x	x	A:1:2	51,43	x	x	x	A:1:2	x	x	*	x
A:1:3	66,12	Anual		*	A:1:3	x	x	x	A:1:3	66,12	x	x	x	A:1:3	x	x	*	x
A:1:4	26,80	Anual		*	A:1:4	x	x	x	A:1:4	26,80	x	x	x	A:1:4	x	x	*	x
A:1:5	48,47	Anual		*	A:1:5	x	x	x	A:1:5	48,47	x	x	x	A:1:5	x	x	*	x
A:1:6	25,13	Anual		*	A:1:6	x	x	x	A:1:6	25,13	x	x	x	A:1:6	x	x	*	x
A:1:7	26,31	Anual		*	A:1:7	x	x	x	A:1:7	26,31	x	x	x	A:1:7	x	x	*	x
A:1:8	35,16	Anual		*	A:1:8	x	x	x	A:1:8	35,16	x	x	x	A:1:8	x	x	*	x
A:1:9	63,39	Anual	2023	2023*	A:1:9	x		*	A:1:9	63,39	x	x	x	A:1:9	x	x	*	x
A:1:10	38,53	Anual		*	A:1:10	x	x	x	A:1:10	38,53	x	x	x	A:1:10	x	x	*	x
A:1:11	48,85	Anual	2023	2023*	A:1:11	x		*	A:1:11	48,85	x	x	x	A:1:11	x	x	*	x
A:1:12	62,8	Anual	2023	2023*	A:1:12	x		*	A:1:12	62,76	x	x	x	A:1:12	x	x	*	x
A:1:13	58,03	Anual	2023	2023*	A:1:13	x		*	A:1:13	58,03	x	x	x	A:1:13	x	x	*	x
A:1:14	31,13	Anual	2023	2023*	A:1:14	x		*	A:1:14	31,13	x	x	x	A:1:14	x	x	*	x
A:1:15	61,08	Anual		*	A:1:15	x	x	x	A:1:15	61,08	x	x	x	A:1:15	x	x	*	x
A:1:16	50,47	Anual		*	A:1:16	x	x	x	A:1:16	50,47	x	x	x	A:1:16	x	x	*	x
A:1:17	61,74	Anual		*	A:1:17	x	x	x	A:1:17	61,74	x	x	x	A:1:17	x	x	*	x
A:1:18	36,04	Anual		*	A:1:18	x	x	x	A:1:18	36,04	x	x	x	A:1:18	x	x	*	x
A:1:19	30,35	Anual		*	A:1:19	x	x	x	A:1:19	30,35	x	x	x	A:1:19	x	x	*	x
A:1:20	39,99	Anual		*	A:1:20	x	x	x	A:1:20	39,99	x	x	x	A:1:20	x	x	*	x
A:1:21	26,88	Anual		*	A:1:21	x	x	x	A:1:21	26,88	x	x	x	A:1:21	x	x	*	x
A:1:22	24,92	Anual		*	A:1:22	x	x	x	A:1:22	24,92	x	x	x	A:1:22	x	x	*	x
A:1:23	44,55	Anual		*	A:1:23	x	x	x	A:1:23	44,55	x	x	x	A:1:23	x	x	*	x
A:1:24	64,21	Anual		*	A:1:24	x	x	x	A:1:24	64,21	x	x	x	A:1:24	x	x	*	x
A:2:1	171,54	Anual		*	A:2:1	x		*	A:2:1	171,54	x		*	A:2:1	x			*
A:2:2	507,93	Anual		*	A:2:2	x		*	A:2:2	507,93	x		*	A:2:2	x			*
A:2:3	23,09	Anual		*	A:2:3	x		*	A:2:3	23,09	x		*	A:2:3	x			*
A:2:4	27,42	Sem intervenção			A:2:4	Sem intervenção			A:2:4	27,42	Sem intervenção			A:2:4	Sem intervenção			
A:3:1	43,72	Anual	2023	2023	A:3:1	x	x	x	A:3:1	43,72	x	x	x	A:3:1	x	x	*	x
A:3:2	62,30	Anual	2023	2023	A:3:2	x	x	x	A:3:2	62,30	x	x	x	A:3:2	x	x	*	x
A:4:1	24,63	Anual		*	A:4:1	x		x	A:4:1	24,63	x		x	A:4:1	x		*	x
A:4:2	38,36	Anual		*	A:4:2	x		x	A:4:2	38,36	x		x	A:4:2	x		*	x
A:4:3	44,32	Anual		*	A:4:3	x		*	A:4:3	44,32	x		x	A:4:3	x		*	x
A:4:4	49,11	Anual		*	A:4:4	x		x	A:4:4	49,11	x		x	A:4:4	x		*	x
A:4:5	18,83	Anual		*	A:4:5	x		x	A:4:5	18,83	x		x	A:4:5	x		*	x
A:4:6	35,20	Anual		*	A:4:6	x		*	A:4:6	35,20	x		x	A:4:6	x		*	x
A:4:7	26,36	Anual		*	A:4:7	x		*	A:4:7	26,36	x		x	A:4:7	x		*	x
A:4:8	24,07	Anual		*	A:4:8	x		*	A:4:8	24,07	x		x	A:4:8	x		*	x
A:4:9	24,26	Anual		*	A:4:9	x		x	A:4:9	24,26	x		x	A:4:9	x		*	x
A:5:1	87,50	Anual	2020	2020	A:5:1	x	x	x	A:5:1	87,50	x	x	x	A:5:1	x			*
A:6:1	166,62	Anual		2020	A:6:1	x		x	A:6:1	166,62	x		x	A:6:1	x		*	*
A:6:2	67,82	Anual		2023	A:6:2	x		x	A:6:2	67,82	x		x	A:6:2	x		*	*
A:6:3	37,16	Anual		2023	A:6:3	x		x	A:6:3	37,16	x		x	A:6:3	x		*	x
A:6:4	131,27	Anual		2020	A:6:4	x		x	A:6:4	131,27	x		x	A:6:4	x		*	*
A:7:1	70,26	Anual	2023	*	A:7:1	x	x	x	A:7:1	70,26	x	x	x	A:7:1	x	x	*	x
A:7:2	3,84	Anual		*	A:7:2	x	x	x	A:7:2	3,84	x	x	x	A:7:2	x	x	*	x
A:7:3	5,45	Anual		2021;2023	A:7:3	x		*	A:7:3	5,45	x		*	A:7:3	x	x	*	x
Infraestruturas					Infraestruturas				Infraestruturas					Infraestruturas				
Rede Viária	Beneficiação Bianual				Rede Viária	Beneficiação Bianual			Beneficiação Bianual					Rede Viária	Beneficiação Bianual			
Rede Divisional	Beneficiação da rede divisional				Rede Divisional	Beneficiação da rede divisional			Beneficiação da rede divisional					Rede Divisional	Beneficiação da rede divisional			

Legenda: **Aas-** Abate e destruição de árvores mortas ou decrépitas; **Pdf-** Podas de formação; **Rqs-** Rechega e destruição de sobrantes.

Alem das operações constantes no quadro 35, serão efetuadas anualmente, a manutenção de: 1,78 ha de FRC associadas a edificações integradas em espaços rurais, 1,08 ha de FRC associadas a pontos de água e 4,66 ha de mosaicos de PGC. Estas faixas e mosaicos encontram-se identificadas na cartografia de infraestruturas (carta n.º7).

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

4.2 Programa de Gestão de Produção

A função de produção é uma das funções da sub-região homogénea Raia Sul, uma das sub-regiões abrangidas pela propriedade. À data da execução deste plano, esta é a função principal desta exploração, com a produção de madeira de eucalipto. Deste modo, e de forma a ir de encontro às principais funções do PROF nomeadamente à função de Conservação e Diversificação dos Habitats de fauna e flora, será intenção deste plano reconverter grande parte dos povoamentos existentes na propriedade, ou seja, alterar a espécie dominante de eucalipto para sobreiro.

Os princípios base apresentados anteriormente têm por suporte uma mudança no modelo de exploração vigente, implicando a redução drástica da área de eucaliptal, e a sua substituição por espécies autóctones. Estes serão materializados pelas seguintes linhas orientadoras de gestão:

- Reconversão de aproximadamente 63% das áreas atualmente ocupadas por eucalipto, em espécies autóctones, nomeadamente sobreiro, a curto/médio prazo.
- De forma a tornar viável financeiramente esta reconversão para espécies autóctones, em tão curto espaço temporal, serão replantados 285 ha de eucalipto, que permanecerão na propriedade cerca de 24 anos, findos os quais as áreas serão reconvertidas em espécies autóctones (sobreiro). ***Estas áreas serão localizadas fora do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) e da ZPE do Tejo Internacional, Erges e Pônsul*** .
- A reconversão será efetuada tendo em atenção a compartimentação das parcelas, em áreas próximas dos 50 ha, com a criação de FGC, que irão criar descontinuidades, quer pela diminuição da densidade da espécie, no caso das parcelas confinantes com sobreiro, quer, também, pela alteração da espécie nas parcelas confinantes com o eucalipto.
- A diversidade entre parcelas de sobreiro é assegurada pelas características inigualáveis da espécie (sobreiro), quer ao nível da resiliência aos incêndios florestais, quer ao nível da criação de condições para aumento da biodiversidade, tanto ao nível da fauna como da flora em subcoberto.
- As áreas arborizadas/reconvertidas, serão munidas de um sistema de rega para aumentar o sucesso das mesmas e auxiliar nos períodos críticos resultantes das alterações climáticas cada vez mais evidentes. Será instalado onde a orografia o permitir e os custos de instalação os justificar.
- Conforme exposto anteriormente, as linhas orientadoras de gestão para esta propriedade, preveem como chave de sucesso das reconversões a realizar, a instalação de um sistema de rega. Este é uma condição *sine qua non* para a viabilidade desta reconversão e sem a qual se torna completamente impossível no período temporal apresentado e com o sucesso projetado.
- Prevê-se que este sistema de rega, seja essencial nos primeiros anos de desenvolvimento das plantas, e em períodos concentrados no tempo, de acordo com a extensão dos períodos de secura anual e com as necessidades hídricas da planta.

Com esta opção ir-se-á aumentar a diversificação da produção, aumentar a biodiversidade e aumentar a resiliência da propriedade contra os agentes abióticos.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Em suma, é objetivo principal deste plano efetuar uma reconversão das espécies de crescimento rápido existentes para espécies de folhosas autóctones mais concretamente para sobreiro, aumentando desta forma a produção de cortiça na propriedade e diminuindo a quantidade de madeira de eucalipto.

Neste sentido enquadram-se neste programa as intervenções de: Reconversão de áreas ocupadas com eucalipto em áreas de sobreiro, rearborização com sobreiro e eucalipto, podas de formação, podas fitossanitárias, desbastes, as limpezas de matos, a sinalização de regeneração natural, a seleção de árvores de futuro, a adubação, a instalação de sistema de rega e a aplicação de corretivo calcário.

4.3 Programa de Gestão de Produção - Suberícola

O futuro grande recurso florestal desta propriedade será a cortiça e a sua extração.

Esta atividade, é levada a cabo dentro das premissas legais e de acordo com as boas práticas suberícolas.

De acordo com o programa de intervenções (quadro 28 a 30), e em consequência da instalação de um sistema de rega, prevemos que os espécimes de sobreiro atinjam as dimensões legais, em vigor, para a extração da primeira cortiça (desboia), num espaço temporal mais curto do que o planificado nos modelos de silvicultura propostos para o sobreiro sem esta infraestrutura. Após a desboia e de acordo com a legislação em vigor, a exploração será efetuada em ciclos de 9 anos.

Os sobreiros existentes adultos encontram-se explorados em pau batido, sendo o próximo ano de tirada, 2019.

As operações integradas neste programa são: Instalação do sobreiro, adubação, aplicação de corretivo calcário, podas de formação, podas fitossanitárias, desbastes, sinalização de regeneração natural, seleção de árvores de futuro, a instalação de sistema de rega, o abate de arvores mortas e decrépitas e a destruição de sobrantes das operações culturais.

4.4 Programa de Gestão de Agentes Bióticos e Abióticos

As ações de beneficiação dos povoamentos florestais e de melhoria das suas condições vegetativas e fitossanitárias têm ainda como objetivo a garantia de melhores condições de desenvolvimento dos povoamentos, assim como a minimização do risco de ataque por pragas e doenças e de ocorrência de incêndios florestais, pela minimização das condições que propiciem a acumulação de combustíveis lenhosos.

Assim, enquadram-se neste programa as ações de limpezas de matos, os abates de árvores secas e decrépitas, as podas de formação, as podas fitossanitárias, os desbastes, a adubação de manutenção, a instalação de cultura melhoradora, a aplicação de corretivo calcário e a rechega e destruição de todos os resíduos de exploração produzidos.

No Ponto 4.1 - Agentes abióticos são enumerados os organismos identificados na propriedade.

Em relação ao plátipo (*Platypus Cylindrus*), será implementado um programa de controlo que assenta em 3 fases:

1ª -Monitorização do arvoredo para deteção precoce dos ataques;

2ª -Proceder ao abate das árvores com sintomas e todas as árvores mortas ou decrépitas (seguindo as obrigações burocráticas constantes na lei);

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

3ª -Corte e toragem do material lenhoso assim como a cobertura do cepo com solo de modo a impedir a saída das próximas gerações de incestos.

Este plano e todas as intervenções a preconizar estão em consonância com Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF).

4.5 Programa de Gestão das Infra-Estruturas e DFCI

No que diz respeito às ações no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) foram contempladas ações que irão ter repercussões no âmbito da redução vertical e horizontal dos combustíveis, designadamente o controlo da vegetação espontânea, a realização de podas, a remoção e destruição de todos os resíduos de exploração assim como a beneficiação da rede viária existente, a beneficiação, alargamento e construção de rede divisional, a instalação de cercas de proteção dos novos povoamentos, a instalação de sistemas de rega, construção de um ponto de água e a instalação de faixas de gestão de combustível.

Cercas

Com o objetivo de proteger os novos povoamentos da fauna selvagem, torna-se necessário a instalação de uma cerca cinegética em torno das áreas de conversão e rearborização, esta cerca terá uma extensão total de 25 124 m, e será composta por uma rede cinegética, com uma altura total de 2 metros, uma aba sem fiadas de arame farpado com uma altura total de 2 metros e uma dobra de 40 cm junto ao solo de modo a facilitar a saída dos animais e impedir a sua entrada na área a proteger, a cerca a instalar não terá nenhuma fiada de arame farpado ao nível do topo dos postes de suporte.

Rede divisional

A rede divisional da propriedade está bastante degradada e a necessitar de uma intervenção profunda. Desta forma preconizamos as seguintes intervenções:

Beneficiação da rede divisional existente na área de influência do PNTI de modo a proteger os povoamentos e conformações florestais existentes.

Beneficiação e alargamento da rede divisional existente, fora da área de influência do PNTI numa extensão de 44,216 km.

Construção de rede divisional, de modo a complementar a existente fora do PNTI, numa extensão total de 16, 217 km.

A manutenção da rede divisional será efetuada no máximo de 2 em 2 anos.

Faixas de gestão de combustível

Com a implementação do plano de conversão e rearborização, torna-se necessária a instalação de faixas de gestão de combustíveis de modo a compatibilizar os objetivos de gestão e a legislação em vigor. Por estas razão, serão instaladas faixas de gestão de combustível nas áreas a intervir com as seguintes características:

Faixa de 10 metros para cada lado do limite exterior de algumas infraestruturas e uma faixa de 20 metros ao longo da divisória entre as parcelas: A:1:20/A:1:21, A:1:10/A:1:9 e A:1:7/A:1:22, ocupando uma área total de 79,55 ha.

As faixas que confinam com as áreas a converter, não serão arborizadas, alcançando o objetivo de diminuição de combustível e criando uma faixa de descontinuidade de combustíveis.

As faixas que confinam com as áreas a rearborizar com eucalipto, serão arborizadas com sobreiro a um compasso de 4x6 metros, alcançando o objetivo de diminuição de combustível e criando uma faixa de descontinuidade da tipologia do povoamento.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

As faixas que confinam com as áreas englobadas no talhão 6, será removido o eucalipto, apenas restando a regeneração natural autóctone existente, nestas faixas preconiza-se a limpeza de mato e a proteção da regeneração natural.

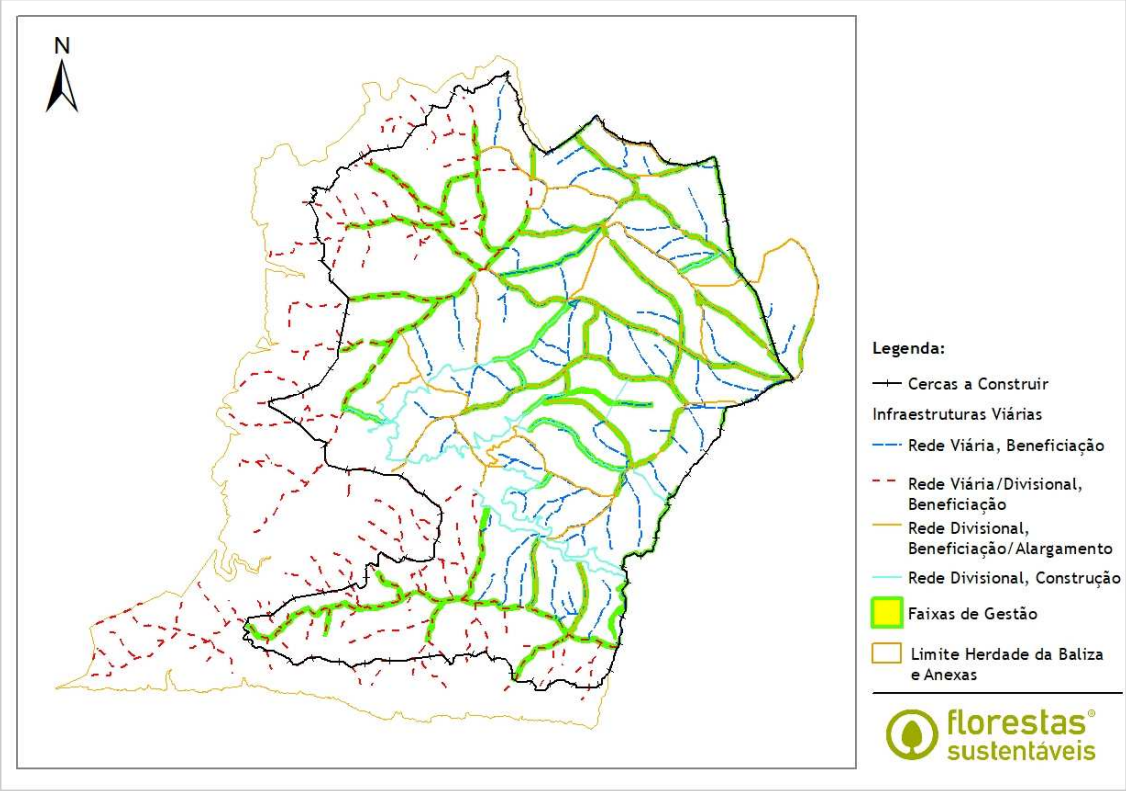


Figura 14. – Infraestruturas

Infraestruturas de apoio ao sistema de rega

Neste plano propõem-se que as parcelas de eucalipto e sobreiro, identificadas na figura 15 deste documento, com cerca de 285 e 1145 ha, respetivamente, sejam munidas de um sistema de rega para aumentar o sucesso das mesmas e auxiliar nos períodos críticos resultantes das alterações climáticas, cada vez mais evidentes.

Prevê-se que este sistema de rega, seja essencial nos primeiros anos de desenvolvimento das plantas (10 a 20 anos), e em períodos concentrados no tempo, de acordo com a extensão dos períodos de secura anual e com as necessidades hídricas das plantas.

A instalação deste sistema, pressupõe uma fonte de abastecimento de água com baixo impacto nos recursos naturais e que minimiza a utilização dos recursos hídricos a serem explorados na propriedade. Assim sendo, este não assenta na execução de furos para abastecimento, mas sim na captação de água a partir do Rio Ponsul, e pela construção de pelo menos uma charca de armazenamento, que acumulará água proveniente do Rio e das águas pluviais. As linhas de rega, compostos por gotejadores autocompensantes, serão abastecidos a partir da charca.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

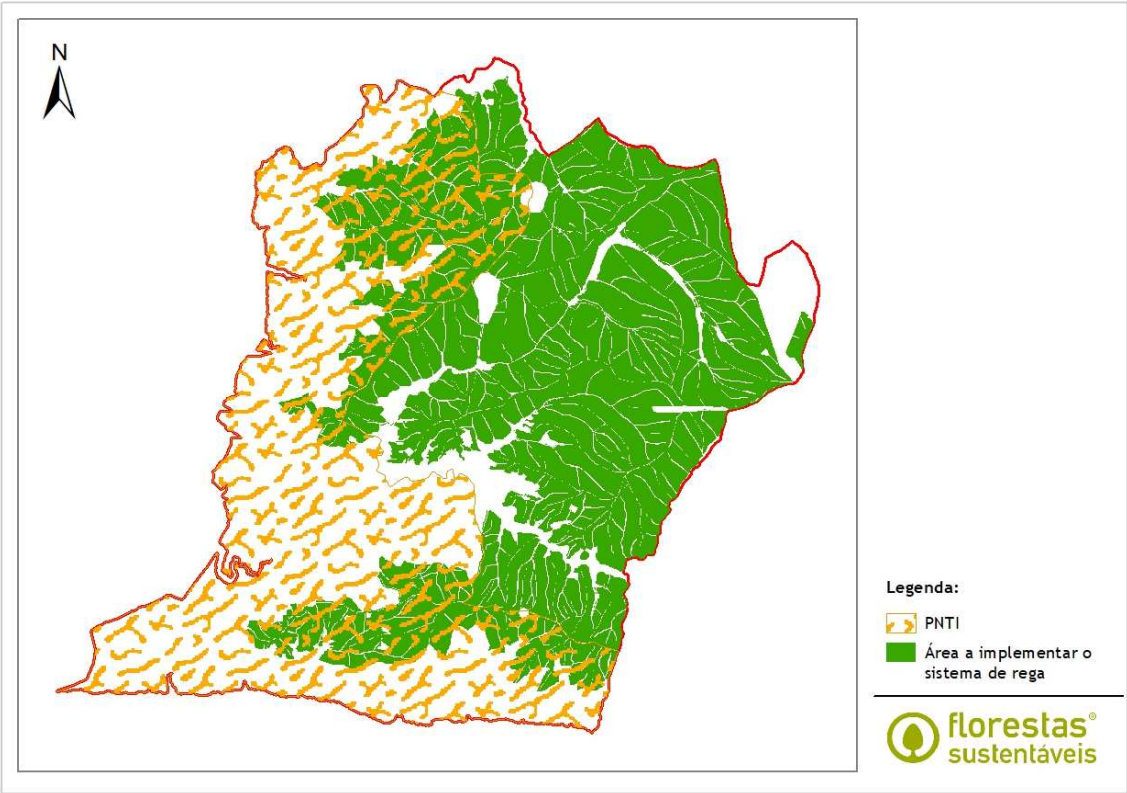


Figura 15. – Áreas de a Implementar Sistema de Rega Gota a Gota

Conforme explanado anteriormente foram estudas várias alternativas de implementação das infraestruturas de apoio à rega, incluído a apresentada no documento anterior, que de alguma maneira poderiam colidir com as orientações de gestão para a áreas de proteção do PNTI, transpostas no seu Plano de Ordenamento.

Assim sendo, e de todas as opções estudadas, somos levados a crer, que a proposta que passamos a descrever, é a que, no nosso entender, irá contribuir para minimizar os impactos que a implementação deste tipo de infraestruturas causará nos valores naturais, bem como respeitar as orientações de gestão para as áreas de proteção do PNTI.

Há que salientar, que esta proposta permitirá, acima de tudo, viabilizar a renaturalização de uma extensa área de eucalipto, em espécies autóctones, algo que é ambicionado desde a criação do PNTI, no início da década passada.

As infraestruturas de rega e energia, que propomos instalar na Herdade da Baliza, poderão ser descritas em 4 etapas, que se encontram esquematizados na figura 16:

1. Captação de Água a partir do Rio Ponsul (ponto A);
2. Casa de Bombagem e Instalação de Posto de Transformação de Energia (Ponto B);
3. Charca de Armazenamento e Instalação de Posto de Transformação (Ponto C);
4. Instalação de sistema de rega gota a gota, em sectores, nas parcelas a arborizar com sobreiro e eucalipto.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

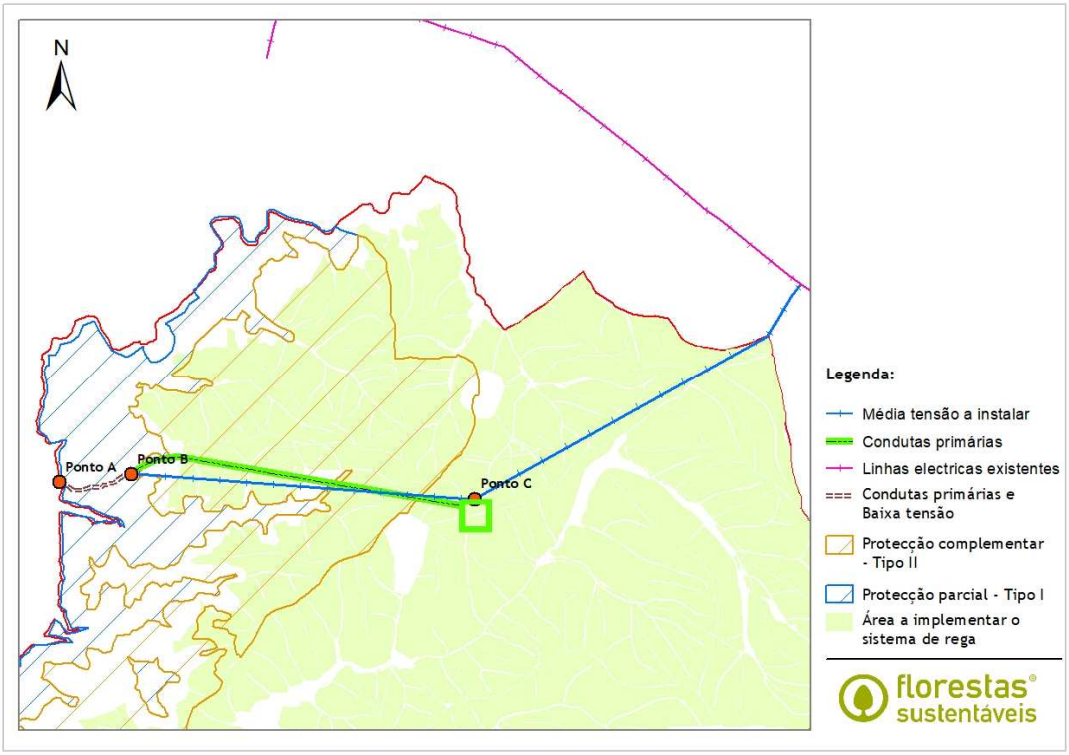


Figura 16. – Infraestruturas de Rega e Energia a Implementar

Captação de Água a partir do Rio Ponsul (ponto A)

A captação de água a partir do rio Ponsul será efetuada com auxílio de 3 bombas submersíveis, a colocar no rio, com uma potência estimada de 240 kW cada. Estas serão unidas através de uma estrutura de ferro galvanizado e sustentados por flutuadores com tubos em PEDH. A alimentação destas será efetuada em baixa tensão (700 V).

Na figura 17, são apresentados esquemas ilustrativos dos materiais a utilizar, bem como a sua distribuição na estrutura a implementar. Na figura 18, são apresentados alguns exemplos semelhantes, já implementados em rios e charcas.

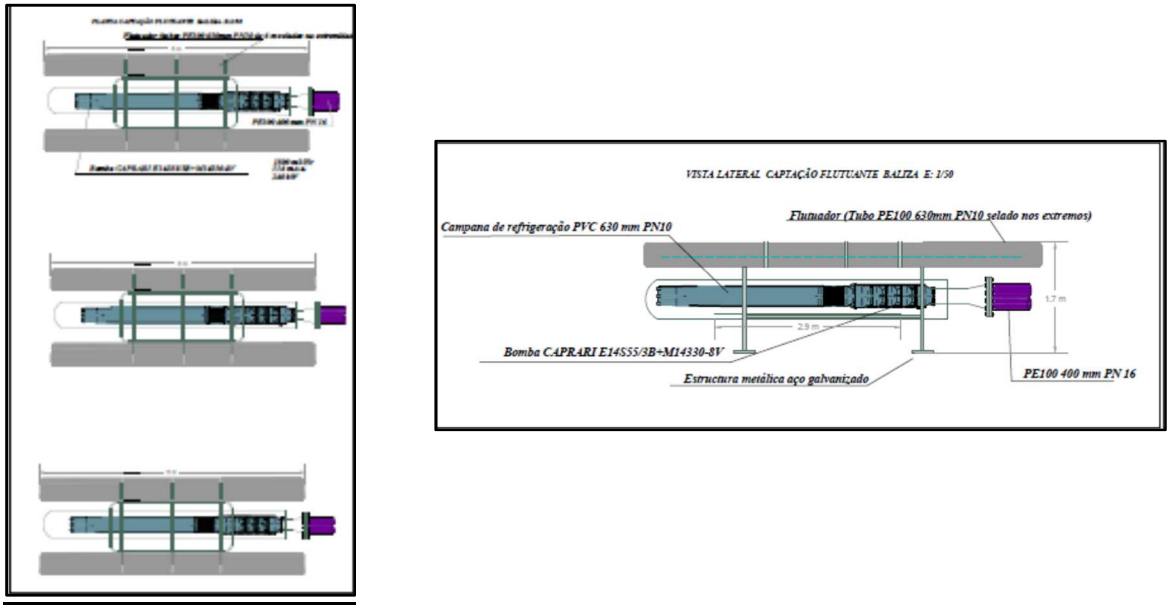


Figura 17. – Esquema de implementação de bombas e flutuadores (Vista horizontal e vertical)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Figura 18. – **Exemplo**s do aspeto visual de bombas submersíveis a implementar

Figura 19. – Foto esquerda- Localização das bombas submersíveis; Foto direita- Local de Colocação do Coletor

Da jangada, onde ficarão localizadas as bombas, sairão condutas em tubo PEDH e cabos de alimentação em baixa tensão, ambos submersos que se unem através de um coletor em ferro galvanizado (figura 20 e 21). Este será acoplado ao solo (margem do rio), por buchas químicas, evitando a colocação de cimento ou outro material de caracter definitivo.

A escolha desta solução, passa pela minimização do ruido e do impacto visual, que este tipo de infraestruturas, concebidas de outra forma, eventualmente, poderia provocar nas espécies nidificantes existentes na área de intervenção.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

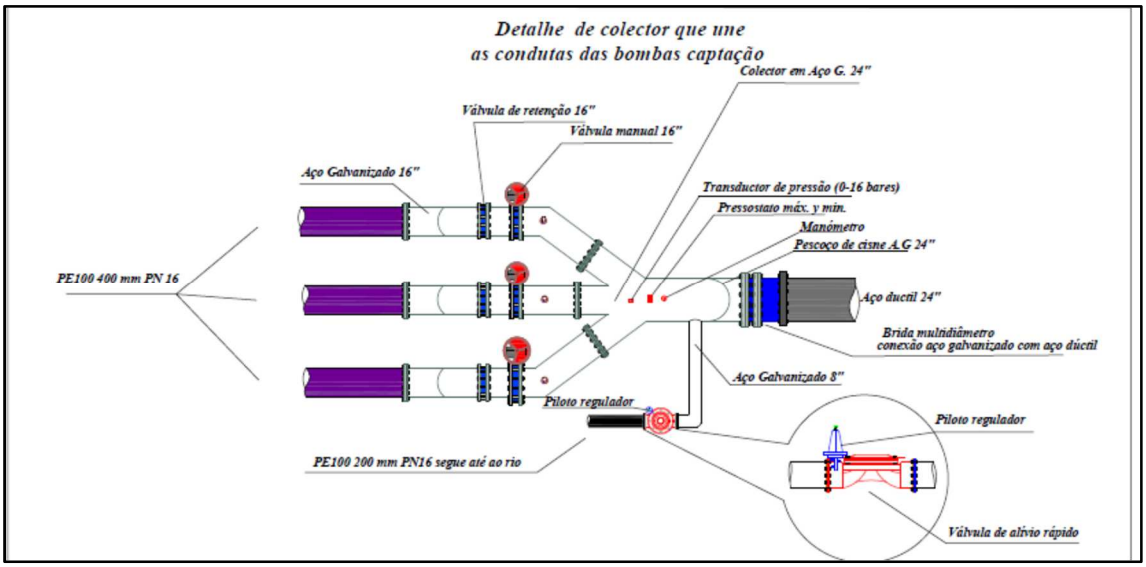
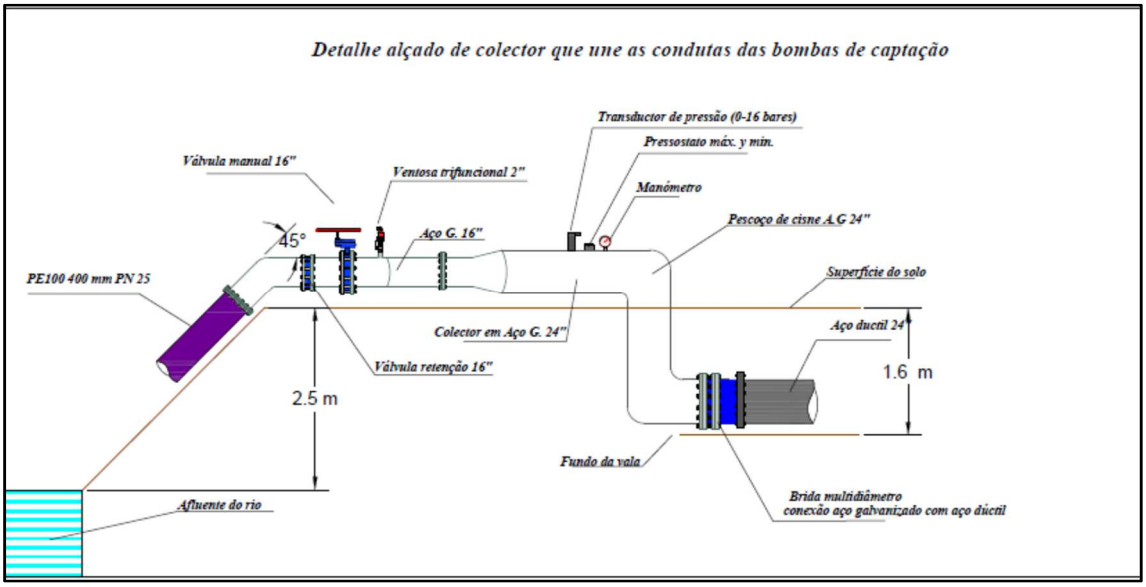


Figura 20. – Detalhe de Coletor que une as condutas das Bombas



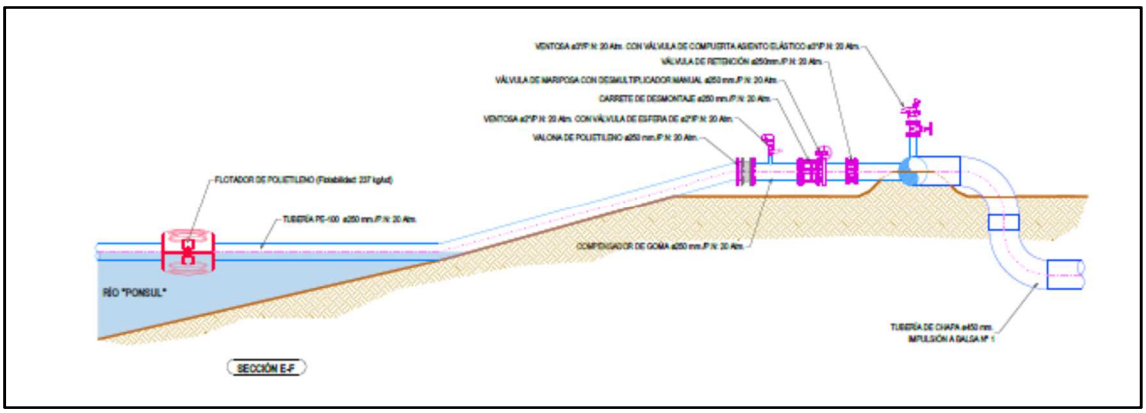


Figura 21. – Projeção vertical do equipamento de Bombagem a instalar.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

De acordo com a figura anterior, após o coletor, a água será conduzida em tubagem de ferro fundido (600 mm), que seguirá enterrada em valas, até à Zona de Proteção Complementar-Tipo II (Ponto B da figura 16), num comprimento aproximado de 500m.

O traçado das valas irá preferencialmente, utilizar o caminho já existente (figura 22). No entanto e dado que parte deste troço tem algumas curvas pronunciadas, este poderá eventualmente ter de seguir a direito, conforme exemplificado na figura 23. A minimização das curvas, neste sistema de condução da água, implica uma maior eficiência do mesmo.

O traçado será selecionado por onde não existam espécimes classificadas e onde a vegetação tenha maior capacidade de regeneração/recuperação, após tapamento das valas.

Figura 22. – Caminho existente até à margem do Rio Ponsul

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

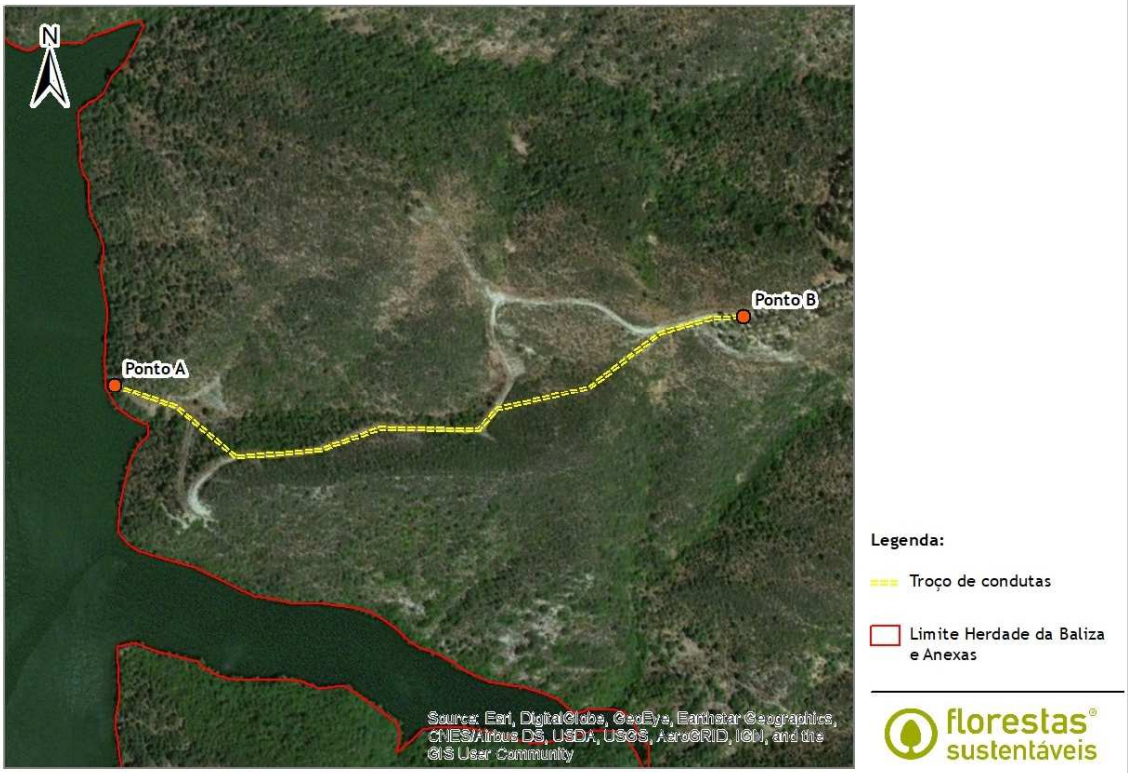


Figura 23. – Exemplo de Traçado das Condutas Primárias Enterradas

A dimensão da vala, para enterramento das condutas é 1 a 2.2m de largura, por 1 a 1.60m de profundidade, conforme exemplificado na figura 24.

No entanto, como estas são abertas e fechadas mecanicamente, estima-se que a largura de trabalho das máquinas, oscile entre os 4 e os 6 m.

Após a colocação das condutas as valas serão tapadas, sendo restabelecido o cenário mais próximo possível, da situação inicial.

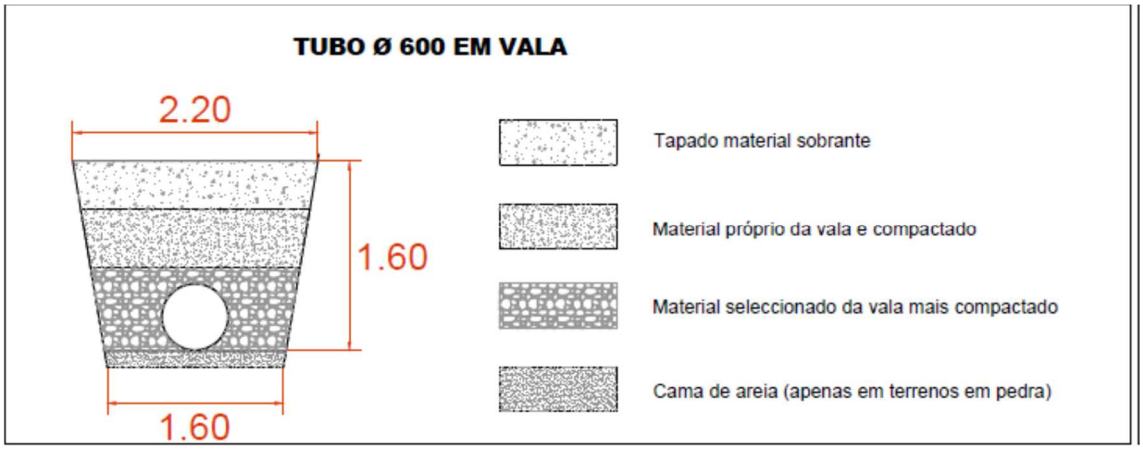


Figura 24. – Perspetiva da Vala e dos Materiais utilizados

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Casa de Bombagem e Instalação de Posto de Transformação de Energia (Ponto B)

Aquando da chegada da água, ao Ponto B da figura 16, é efetuado um rebombeamento através de 2 bombas centrifugas de 200Kv.

Esta ação de rebombeamento permite que a condução da água neste troço seja efetuada com recurso a uma menor potência elétrica, não necessitando da colocação de um ponto de transformação (PT), nem de uma estrutura que comporte o quadro elétrico, em Zona de Proteção Parcial Tipo I, indo ao encontro das orientações propostas, para esta área de proteção, no plano de ordenamento do PNTI.

Em suma, esta solução (ponto intermédio de bombagem) permite que não seja colocada qualquer estrutura/construção ou infraestrutura elétrica, dentro da Zona de Proteção Parcial Tipo I, minimizando os impactos nos valores naturais existentes.

Para proceder a esta ação, é necessário instalar, no ponto B da figura 16, uma caseta de apoio de rega (figura 25), onde serão instalados os quadros elétricos e as bombas para rebombeamento da água até á charca de armazenamento (ponto C).

Figura 25. – Exemplos de Caseta de Rega

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Neste local serão, também, implementados 2 transformadores de 800 Kvas. Estes transformadores serão instalados num apoio em estrutura pré-fabricada, certificados pela DGEG com cerca de 32 m2/cada (figura 26).

De forma a minimizar o impacto no solo e na paisagem, a instalação da caseta e PT, sempre que possível, serão revestidos a material isolador de ruido (por ex. aglomerado negro de cortiça), de forma a minimizar o impacto para as espécies existentes.

Figura 26. – Exemplo de Posto de transformação

A partir deste ponto a água será encaminhada em condutas de 630 mm de PVC Orientado 16 atm (figura 27), num comprimento estimado de 2200 m até à charca de armazenamento (ponto C-figura 16).

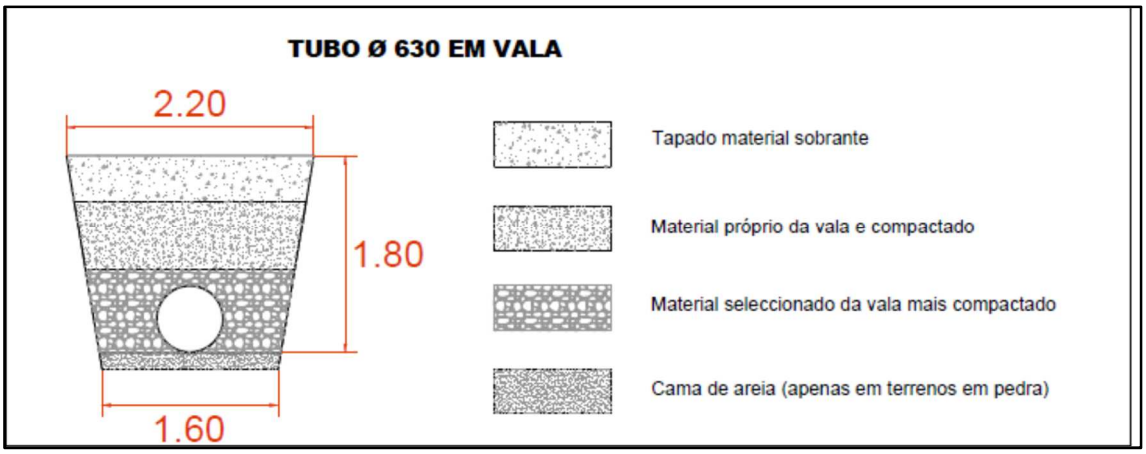


Figura 27. Perspetiva da Vala e dos Materiais utilizados (Ponto B ao Ponto C)

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Charca de Armazenamento (Ponto C)

A capacidade estimada da charca de armazenamento, a construir, é de 210.000 m^3, que pressupõe uma reserva de água para cerca de 3 a 4 dias.

O ponto C, foi o escolhido para a construção desta infraestrutura, uma vez que esta, deve estar num ponto de altura média entre a cota máxima e a mínima, da área onde irá ser implementado o sistema de rega, conforme representado a figura 16.

Ressalvamos que as terras retiradas, para a construção da charca, serão aproveitadas na sua maioria para a formação das paredes da mesma, existindo uma reutilização dos materiais e minimizando desta forma a produção de resíduos.

Até que alguns testes sejam realizados, não é possível prever a necessidade de impermeabilização. Caso seja necessário esta será efetuada através de uma membrana de PEHD e geotêxtil.

É a partir desta que se efetua todo o sistema de distribuição para a parcelas a arborizar.

A construção desta charca, tem como objetivos principais o apoio na rega, numa eventual falha no sistema de bombagem, e a defesa da floresta contra incêndios (DFCI). De forma a cumprir os objetivos propostos, esta será construída de acordo com as normas técnicas para a construção de pontos de água de DFCI de acesso terrestre e aéreo.

Instalação de sistema de rega gota a gota, em sectores, nas parcelas a arborizar com sobreiro e eucalipto.

O sistema de rega gota a gota, com gotejadores autocompensantes, será implementado na totalidade da área apresentada na figura 2.

A opção por este sistema gota a gota permite uma utilização mais eficiente da água, uma vez que é um sistema localizado, que minimiza as perdas de água por evapotranspiração, lixiviação profunda e escorrimento. Este sistema permite ainda, uma maior eficiência ao nível da produtividade, uma vez que permite que a água chegue à planta quando e onde é necessário.

O desenho e cálculo hidráulico irá ser realizado através da utilização de um software de desenho de sistemas de rega, otimizando ao máximo a relação entre as tubagens e a energia despendida. Em fase de projeto, será especificado por parcela, os sectores, e as especificações de tubagem a instalar em cada um deles.

Este sistema será munido adicionalmente de bocas de incêndio que permitirá auxiliar em caso de incêndio, as equipas de 1ª intervenção.

Infraestruturas Elétricas de apoio ao sistema de rega

Para proceder **à eletrificação da propriedade**, de forma a um adequado funcionamento do sistema rega, a eletricidade tem de chegar ao sistema de bombagem que se situa no Rio Ponsul, donde se pretende captar a água.

Assim sendo, propõe-se criar um ponto de entrega de energia em média tensão proveniente da rede de distribuição pública, nomeadamente de uma linha já existente no extremo NW da propriedade (figura 2).

A partir deste ponto são criados 3 troços (figura 14).

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

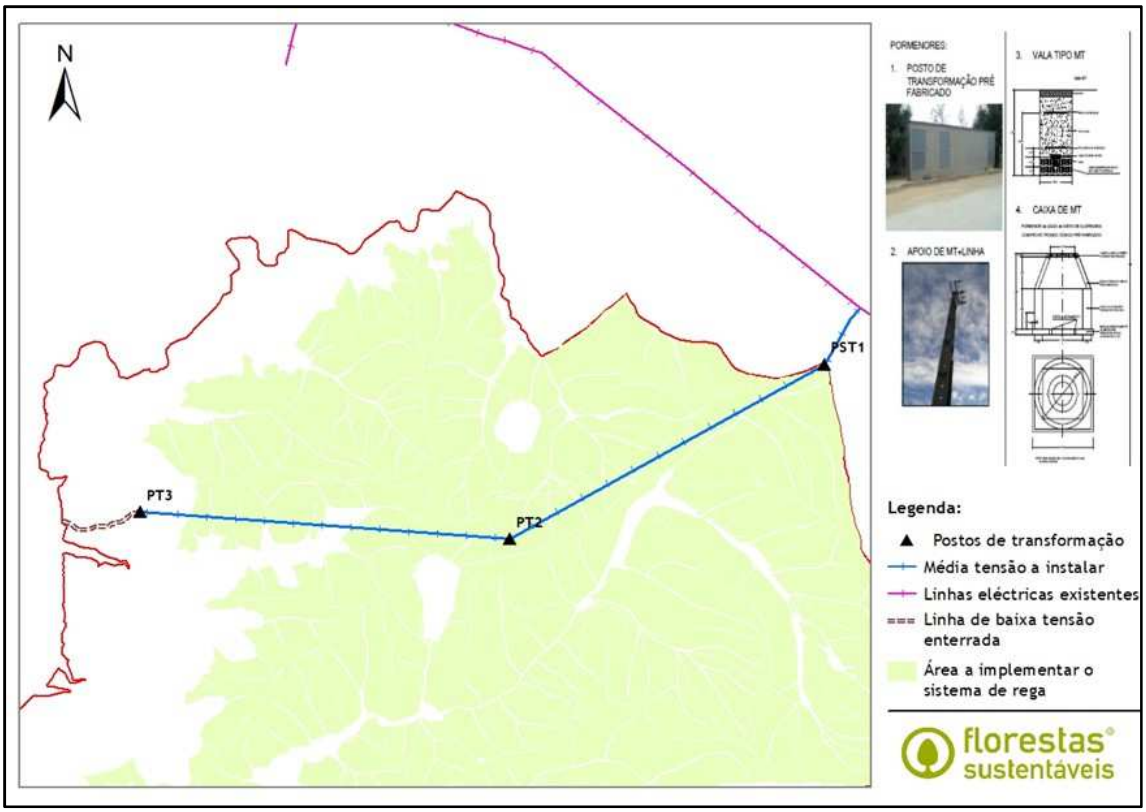


Figura 28. – Sistema de transporte de Energia

O primeiro troço (PST1-PT2), com cerca de 2200 m e totalmente fora do PNTI, vai ser transportado por via aérea em média tensão, e pressupõe a ligação entre o posto de transformação (PT) colocado no extremo da propriedade e a charca de armazenamento, onde será colocado um PT de 630 ou 400 Kvas, para alimentação das bombas em jangada a colocar na charca.

O segundo troço (PT2-PT3), será também transportado em média tensão, por via aérea, com cerca de 2000 m, ligará a charca ao sistema de rebombagem (ponto B da figura 16), onde se encontram instalados, como descrito anteriormente, 2 PT de 800 Kv.

A ligação do ponto de rebombagem até às bombas submersíveis, colocadas no Rio Ponsul (ponto A da figura 16), será efetuada em baixa tensão, num troço de aproximado de 500 m. Esta seguirá enterrada, pelo troço representado na figura 23.

Ressalvamos que apesar de não se encontrar representado neste documento, em fase de projeto, a projeção dos troços aéreos, será efetuada, segundo normas minimizadoras de impacto para as espécies presentes em PNTI, nomeadamente as aves com elevado grau de conservação.

4.6 Programa de aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados (silvopastorícia, caça e pesca)

Silvopastoricia

As ações previstas neste PGF a curto prazo, irão potenciar a atividade silvopastoril, uma vez que são preconizadas ações que podem fomentar a atividade.

Potenciando a rentabilização da propriedade e de otimização dos recursos associados à exploração agro-florestal, indo ao encontro do estabelecido no PROF do Centro Interior.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Caça

As ações contempladas neste plano irão beneficiar o fomento das espécies cinegéticas, uma vez que a espécie a instalar (sobreiro) irá permitir aumentar áreas abertas e da disponibilidade alimentar em subcoberto, designadamente para as espécies de caça menor, coelho e perdiz.

No contexto, de preservar e fomentar as espécies cinegéticas todas as operações de exploração serão efetuadas tendo em atenção os ciclos reprodutivos das espécies, designadamente da perdiz, de forma a minimizar as perdas. Também as ações de controlo de vegetação espontânea previstas deverão ter em conta a manutenção das zonas de abrigo e refúgio.

Pesca

Não existe nenhuma exploração dos recursos piscícolas.

As **intervenções enquadradas neste programa:** são as limpezas de matos, manual e mecânica (em faixas nas zonas inclinadas e nos arrifes), as podas, as adubações de manutenção e a aplicação de corretivos calcários.

4.7 Programa da Biodiversidade

Das áreas incluídas neste Plano de Gestão Florestal, cerca de 1 512.09 hectares estão inseridos no Parque Natural do Tejo Internacional, onde as medidas de conservação e gestão são dirigidas prioritariamente para a conservação de valores de relevante importância biológica no sentido de assegurar condições de reprodução para espécies muito suscetíveis à perturbação como sejam a cegonha-negra, o abutre do Egipto, o grifo, a águia-real, a águia de Bonelli e o bufo -real, entre outras espécies.

O interesse na proteção, conservação e gestão deste território encontra -se demonstrado pela necessidade de assegurar a conservação dos valores naturais que estiveram na origem da classificação desta área como Parque Natural, pelo citado Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de Agosto, e como zona de proteção especial (ZPE), pelo Decreto -Lei n.º 384 -B/99, de 23 de Setembro, no âmbito da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Diretiva Aves), integrando, nessa medida, a Rede Natura 2000.

Assim sendo, o enquadramento das ações propostas no âmbito deste plano terá como base as orientações de gestão do PSRN2000 para a Zona de Proteção Especial Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042), que são mais específicas e orientadas para a gestão de espaços agrícolas e florestais.

No entanto ressalvamos, que o objetivo principal deste plano é a reconversão das áreas de eucaliptal em espécies autóctones (sobreiro), indo ao encontro com as diretrizes de gestão dos espaços florestais do PNTI, descritas na alínea a) e b) do ponto 3 do artigo 24º, e no ponto 3 do artigo 29º, do Regulamento do POPNTI aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros nº 176/2008 de 24 de novembro, as quais passamos a transcrever:

Artigo 24º

3- *Sem prejuízo dos aspetos técnicos que devem ser ponderados em cada caso, a intervenção específica deve preferencialmente ser feita através das seguintes ações:*

a) Reconversão de áreas de eucaliptal, nomeadamente dos eucaliptais abandonados, degradados ou de baixa produtividade, onde se encontrar uma exploração florestal alternativa, preferencialmente baseada em espécies autóctones;

b) Diversificação estrutural dos povoamentos de eucalipto que vierem a ser mantidos, com criação de descontinuidades nas manchas, com intercalação de povoamentos de espécies autóctones como o sobreiro e azinheira;

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Artigo 29º

3- Na área de intervenção do POPNTI devem ser utilizadas preferencialmente na arborização as seguintes espécies: sobreiro *(Quercus suber)*, azinheira *(Quercus rotundifolia)*, carvalho-cerquinho *(Quercus faginea)*, me- dronheiro *(Arbutus unedo)*, freixo *(Fraxinus angustifolia)*, choupo-negro *(Populus nigra)*, amieiro *(Alnus glutinosa)*, salgueiro-branco *(Salix alba)*, zelha *(Acer mospessulanum)* e zimbro *(Juniperus oxycedrus)*.

Assim sendo e de acordo com o explanado anteriormente, é apresentado no quadro seguinte o enquadramento das ações de gestão propostas para a Herdade da Baliza, nas orientações do PSRN2000, para aos habitats referidos anteriormente.

Quadro 37 – Enquadramento das Ações de Gestão Propostas nas orientações do PSRN 2000

Principais Medidas de Gestão	Ações. Preconizadas no PGF	Talhão/Parcela
Adotar práticas silvícolas específicas	As práticas silvícolas adotadas são as que constam no modelo de silvicultura do PROF para as espécies a fomentar e salvaguardando as características e biologia das espécies de fauna e flora a conservar.	A:1, A:2, A:3, A:4, A:5, A:6 e A:7
Tomar medidas que impeçam a florestação (nas áreas abertas de características pseudoestepárias onde as espécies estão presentes)	As áreas de conversão previstas são as que á data se encontram plantadas com eucalipto. O objetivo principal é reconverter as áreas já plantadas por espécies autóctones com menor densidade, criando mais espaços abertos.	A:1, A:3 e A:7
Conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones	As áreas onde já existe sobreiro e outras espécies autóctones, serão para manter e gerir de acordo com as boas práticas de florestais.	A:2; A:3 e A:5
Manter / melhorar ou promover manchas de montado aberto (em áreas concretas de acordo com o uso de habitats das espécies)	-Ações de beneficiação/recuperação das áreas de montado, designadamente através da execução de podas de formação, podas fitossanitárias, adubações de manutenção e limpezas de vegetação espontânea	A:3
Conservar/Recuperar vegetação ribeirinha autóctone	- Manutenção e Beneficiação das espécies ribeirinhas existente na propriedade, através da diminuição da competição intra e interespecífica.	A:5
Conservar/Promover sebes, bosquetes e arbustos	- Conservação e Gestão pontual da vegetação arbustiva classificada que se encontram nas arribas. Interditação de arborização nessas áreas.	A:2
Promover a regeneração natural	- Sinalização da regeneração natural de sobreiro nas áreas de beneficiação do montado de sobro e de todas as espécies autóctones, realizando podas e gestão dos espécimes em competição intra e interespecífica	A:2; A:3, A:5 e A:6
Reduzir risco de incêndio	- Aplicação de um modelo rotativo de controlo de matos por parcela - Beneficiação da rede viária e da rede de divisional existente. - Reconversão da espécie existente por espécie folhosa autóctone e com maior resiliência aos incêndios	A:1, A:2, A:3, A:4, A:5, A:6 e A:7
Impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes	- Diminuição da área de plantação de espécie de crescimento rápido e aumento da área plantada com espécie autóctone, e de elevado valor paisagístico e de biodiversidade.	A:1, A:6 e A:7

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Condicionar mobilização do solo	- Conservação das áreas de habitats melhor conservadas, de maior dimensão, com seja as áreas das arribas. As operações nestas áreas são pontuais e na sua maioria realizadas através de meios motomanuais.	A:2

5. ADEQUAÇÃO AO PROF

As intervenções propostas neste documento, estão planeadas e definidas, de modo a estarem de acordo com os planos de ordenamento nacionais, tendo em especial conta as disposições e objectivos do PROF do Centro Interior.

No quadro seguinte, alocamos as diferentes parcelas de intervenção do PGF, aos objetivos específicos das SRH´s abrangidas pela área de intervenção.

Quadro 38 – Enquadramento das Ações de Gestão Propostas nas orientações do PROF do Centro Interior

	Objetivos Específicos	UOG/Talhão /Parcela	Intervenção
Aumento do rendimento potencial	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo	A:1; A:3; A:4; A7:2	Conversão de povoamentos de eucalipto em sobreiral, adensamento dos núcleos de sobreiro, rearborização com eucalipto, usando técnicas especificas para o aumento da produção.
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e sistemas de produção que mantenham no tempo as condições favoráveis de infiltração e escoamento e proporcionem a pedogénese		
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000		
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvo pastorícia	A:1; A:3; A7:2	Arborização/Adensamento com Sobreiro
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais	A:1; A:3; A7:2	Arborização/Adensamento com Sobreiro
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH	A:1; A:3; A7:2	Arborização/Adensamento com Sobreiro
	Melhorar a gestão dos povoamentos existentes	A:3; A4	Adensamento dos povoamentos existentes de sobreiro, aproveitamento da regeneração natural, rearborização com eucalipto, usando técnicas especificas para o aumento da produção.
	Aproveitar o potencial da regeneração natural	A:6: A:3	Aproveitamento e proteção da regeneração natural
Diminuir a Perigosidade de Incêndio Florestal	Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo	A:1; A:3; A7:2	Arborização/Adensamento com Sobreiro
	Ajustar as prioridades de intervenção da DFCI ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas	A:7:1; A7:2; A7:3	Criação de faixas de gestão de combustível (parcelas A:7:1; A7:2; A7:3), beneficiação e construção de rede divisional de forma a compartimentar a área de intervenção
	Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível	-	-
	Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017	A:1; A:3; A:4; A:7:1; A7:2; A7:3	Conversão de povoamentos de eucalipto em sobreiral, criação de faixas de gestão de combustível, beneficiação e construção de rede divisional de forma a compartimentar a área de intervenção, com o intuito de melhorar a capacidade de combate aos fogos florestais

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 39 – Enquadramento das Ações de Gestão Propostas nas orientações do PROF do Centro Interior (Continuação)

	Objetivos Específicos	UOG/Talhão /Parcela	Intervenção
Conservação do solo e da água	Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais	A:1; A:3; A:4; A:6; A:7:1; A7:2	Controle da vegetação espontânea com a utilização preferencial de corta matos, instalação dos povoamentos respeitando a orografia do terreno de modo a minimizar a erosão e maximizar a retenção de água.
	Promover objetivos e avaliação da conservação do solo e da água aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta	-	-
Conservação da Biodiversidade	Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar	A:1; A:6	Instalação de sobreiro, aproveitamento e proteção de regeneração natural
	Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat	A:2	Intervenção diminuta nos habitats protegidos existentes, em especial nas zonas de folhosas autóctones diversas consociadas com matos
	Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies	-	-
	Integrar a gestão cinegética e silvopastoril na gestão de habitats e espécies a conservar no âmbito dos sítios PTCON0004;PTCON0014;PTCON0 022; PTCON0027;PTCON0028; PTCON0051; PTZPE0038; PTZPE0039	-	-
	Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando à erradicação)	A:1: A:6	Conversão de povoamentos de eucalipto em sobreiral, aproveitamento e proteção da regeneração natural nas áreas a renaturalizar
Gestão Conjunta	Fomentar/apoiar a gestão, incluindo a gestão conjunta	-	O proprietário é aderente da ZIF de Monforte da Beira/Malpica do Tejo
	Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimento suficiente para uma gestão conjunta eficaz	A	Instalação de sobreiro e rearborização com eucalipto
	Integrar as metas de gestão de combustível nos PGF	A	Beneficiação e construção de rede divisional, instalação de faixas de gestão de combustível.
	Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF	A	Controle da vegetação espontânea com a utilização preferencial de corta matos, instalação dos povoamentos respeitando a orografia do terreno de modo a minimizar a erosão e maximizar a retenção de água.
	Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF	A	Intervenção diminuta nos habitats protegidos existentes, em especial nas zonas de folhosas autóctones diversas consociadas com matos
	Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta	-	-
	Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta	-	-

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Quadro 40 – Enquadramento das Ações de Gestão Propostas nas orientações do PROF do Centro Interior (Continuação)

	Objetivos Específicos	UOG/Talhão /Parcela	Intervenção
Sistemas	Aumentar a produtividade cinegética	A	Beneficiação dos sistemas de ocupação do solo existentes e instalação de novos povoamentos de sobreiro, criando habitats mais favoráveis tanto para espécies de caça menor como para as espécies de caça maior
	Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção florestal	-	-
	Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça		-
Apicultura, Plantas	Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recoleção nas áreas agrupadas	-	-
	Promover a apicultura nas áreas agrupadas	-	-
	Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas	-	-
Utilização	Valorizar os espaços florestais através da sua utilização turística	-	-
	Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais	A	Instalação de povoamentos de sobreiro

Como explicitado no quadro anterior a gestão programada para a área de intervenção, abrange a maioria dos objetivos específicos mencionados no PROF e nas SRH´s abrangidas. Os objetivos não contemplados/cumpridos por este plano, estão presos a atividades como a silvopastoricia, o aproveitamento dos produtos não lenhosos, o turismo e a gestão conjunta, atividades que não fazem figuram nas metas de planeamento do plano a curto prazo ou que têm uma aplicação directa á gestão conjunta.

II. CONCLUSÃO

A análise efetuada para a "Herdade da Baliza", ao abrigo do presente Plano de Gestão Florestal (PGF), permite aferir a elevada adaptabilidade da área de estudo no que respeita aos povoamentos existentes, em particular no que se refere aos montados e aos povoamentos de eucalipto, sistemas de ocupação predominantes na propriedade e zona envolvente.

Como consequência da operacionalização das ações preconizadas ao abrigo do presente PGF, poderá esperar-se uma otimização no que respeita à gestão e explorabilidade dos povoamentos existentes, refletindo-se quer ao nível do potencial produtivo dos seus exemplares, quer ao nível da qualidade e quantidade dos produtos a explorar.

Refira-se ainda que, no âmbito do presente PGF, foram tidas em conta ações silvícolas que permitem minimizar o risco de incêndio, bem como os seus efeitos sobre os povoamentos florestais, como seja a diminuição da carga de combustível arbustivo e arbóreo.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

Assim, as ações preconizadas neste PGF preveem a sustentabilidade económica, social e ambiental dos recursos endógenos à área de estudo, e passíveis de constituírem uma fonte adicional de receitas para o proprietário/entidade gestora a curto/médio prazo. A otimização dos sistemas de produção atualmente explorados, indo ao encontro dos objetivos inicialmente definidos, por um lado, e cumprindo as orientações de gestão definidas ao abrigo dos diversos instrumentos de planeamento e de ordenamento florestal, por outro, permitem alcançar os princípios de manutenção da biodiversidade e melhoria ambiental da área de estudo numa ótica multifuncional dos espaços florestais, e os objetivos de incremento da viabilidade económica da presente exploração.

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

C. ANEXOS

I. CARTOGRAFIA

01-Planta de Localização em Carta Militar

02-Planta de Localização em Ortofotomapa

03-Carta de Declives

04-Carta de Exposições

05-Carta de Condicionantes

06-Carta de Ocupação do Solo sem orto

06-Carta de Ocupação do Solo com orto

07-Carta de Infraestruturas sem orto

07-Carta de Infraestruturas com orto

08-Carta das Parcelas de Intervenção – Parcelar Florestal

09-Carta de Intervenções - Ações

10-Carta de Zonamento Funcional

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados

II. DOCUMENTOS

Cartografia Digital

Provas de Titularidade da Propriedade

Certidão Permanente da Sociedade

Identificação do Gestor (Cópia Cartão de Cidadão)

Declaração de concordância com o PGF

Termo de Responsabilidade

© 2019 – Florestas Sustentáveis. Todos os direitos reservados